

BULLYING: CAMINHOS PARA O COMBATE

Veralúcia Guimarães de Souza
Cleide Ester de Oliveira
Paulo Alves de Oliveira
(Organizadores)



Realização



Apoio



Atena
Editora
Ano 2020

FAPEMAT
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA DO ESTADO
DE MATO GROSSO



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

BULLYING: CAMINHOS PARA O COMBATE

Veralúcia Guimarães de Souza

Cleide Ester de Oliveira

Paulo Alves de Oliveira

(Organizadores)



Realização



Apoio



Atena
Editora
Ano 2020

FAPEMAT
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA DO ESTADO
DE MATO GROSSO



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B936	<p>Bullying [recurso eletrônico] : caminhos para o combate / Organizadores Veralúcia Guimarães de Souza, Cleide Ester de Oliveira, Paulo Alves de Oliveira; revisoras Priscila Veloso Ramos, Carolina Guimarães Santos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-059-9 DOI 10.22533/at.ed.599202605</p> <p>1. Assédio nas escolas. 2. Educação de crianças. 3. Violência na escola. I. Souza, Veralúcia Guimarães de. II. Oliveira, Cleide Ester de. III. Oliveira, Paulo Alves de. IV. Ramos, Priscila Veloso. V. Santos, Carolina Guimarães</p> <p style="text-align: right;">CDD 371.58</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

REALIZAÇÃO



APOIO



FAPEMAT
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA DO ESTADO
DE MATO GROSSO



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é uma coletânea de artigos que foram elaborados por pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (GPHSC-IFMT) sobre a temática *Bullying* e Violação de Direitos Humanos que tem sido objeto da pesquisa do grupo desde 2016.

O projeto foi aprovado no Edital 29/2018 da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propes), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, com o título "Bullying: caminhos para o combate", do qual foi oriundo os recursos para realização do presente e-book.

Os diversos autores tratam a temática na vertente multidisciplinar, através de um viés de proposta interdisciplinar. A amplitude das temáticas que abrangem a Educação em Direitos Humanos permitem transitar transversalmente em todas as disciplinas, sustentada pela concepção de que a inserção da formação do cidadão em Direitos Humanos pode contribuir para um convívio social menos violento.

Frente a esse desafio que essa coletânea pretende abarcar, apresentamos alguns elementos práticos que podem ser úteis a você que é educador, pai, ou estudante e/ou pessoa que sofre *bullying* ou percebe em seu meio alguém que sofre com este tipo de agressão.

Esta problemática é abordada dentro da temática da violação dos Direitos Humanos, que tem sido muito disseminada e amplamente debatida dentro dos contextos escolares. É inegável que há interesses institucionais em pesquisas, desde instituições públicas, privadas, com objeto nas diversas formas de violência e na violação dos Direitos Humanos de adolescentes, no cotidiano escolar, tendo, como ponto central, as múltiplas formas de violência: física, psicológica e simbólica, as quais estão presentes no contexto escolar e se materializam por meio do fenômeno *bullying*.

Nesta apresentação, queremos trazer alguns conceitos sobre a temática e consideramos importante salientar que, conforme as conceituações, nem toda violência é considerada *bullying*, porém todo *bullying* é uma forma de violência. Apesar de ambos serem um ato de brutalidade, incivilidade e causar dor e sofrimento à vítima, o *bullying* se diferencia por suas características peculiares, por sua repetição, intencionalidade, por não ter motivação aparente e por haver desequilíbrio de poder, pois normalmente a vítima não tem condições para se defender.

As violências são de diferentes formas e com vertentes específicas, que tratamos, como no caso do *bullying*, por ser física, psicológica ou simbólica, porém em apenas alguns casos estão embutindo situações de *bullying* por ter característica sistemática e intencional, as que ocorrem por situações específicas tratamos como

violências.

Podemos entender que a ocorrência do *bullying* se dá de forma direta e indireta; a primeira é quando há imposição de apelidos, assédios, agressões físicas, ameaças, roubos e ofensas verbais; e a indireta consiste em atitudes de indiferença, isolamento e fofocas.

Neste contexto, apontamos que os diálogos sobre a temática Direitos Humanos e *bullying* podem promover a formação de estudantes que não naturalizam ou banalizam atos de violência e desrespeito. Frente a esse desafio que se propõe trazer diálogos e reflexões acerca desta problemática e buscar propostas de enfrentamento.

Para saber um pouco mais sobre o *bullying* e diferenciá-lo de outras formas de violência, você pode se respaldar em documentos e estudos mais aprofundados sobre a legislação: Leis Federais que são referências sobre o assunto, como a Lei Federal nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que estabelece o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em todo o Brasil. Lei Federal nº 13.277, de 29 de abril de 2016, que institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência na Escola e a Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018, inclui a responsabilidade da escola para promoção de medidas de combate a intimidação sistemática.

Caso você seja um estudante e esteja passando por uma situação de violência, seja ela pela imposição de apelidos, assédios, agressões físicas, ameaças, roubos e ofensas verbais, está sendo vítima de atitudes de indiferença, isolamento e fofocas procure ajuda, não se sinta intimidado. Fale com seus pais, professores, técnicos e diretores da sua escola. Certamente eles vão ajudar a você. E, se você presenciar algum ato violento, ajude a vítima a sair desta situação, não seja um espectador passivo.

Aos pais que perceberam que seus filhos estão sendo vítimas de *bullying*, não hesitem em procurar a escola e junto com a equipe pedagógica e profissionais capacitados encontrar meios de lidar com o problema.

Ao professor(a) e/ou profissional da educação que tiver conhecimento de casos de *bullying*, ou qualquer outro tipo de violência, entre em contato imediatamente com equipe pedagógica e/ou com os profissionais capacitados da equipe multiprofissional da escola. A sua percepção dessas situações é de extrema importância para que se possa tratar de forma adequada esses infortúnios que comprometem o processo de ensino aprendizagem e a qualidade de vida dos estudantes. A comunidade escolar pode se envolver na solução do problema, acompanhando agressor, vítima, demais colegas; aplicando medidas disciplinares, quando for o caso previsto em regimento escolar, ou direcionando a órgãos externos da rede de apoio à criança e ao adolescente, tais como Conselho Tutelar e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - que pode dar encaminhamento a um atendimento psicológico,

quando for necessário.

Um aspecto importante, e inclusive previsto na legislação, é a realização de atividades de prevenção na escola, tais como palestras, eventos, e atividades que favoreçam o protagonismo infantil e juvenil em atividades propostas pelos mesmos que gerem a empatia e a cultura de paz.

Neste e-book relataremos um pouco dos resultados de pesquisa e experiência realizadas, para demais interlocuções, conte conosco.

Agrademos à estudante do ensino médio Millena do Prado Vitoriano de Deus por gentilmente ter cedido a ilustração para capa do presente ebook, ilustração elaborada para a divulgação do VCURTABLV - Festival de Vídeo Curta-Metragem do IFMT campus Cuiabá Bela Vista, cujo tema foi Bullying: caminhos para o combate.

Atenciosamente,
Contato: gphsc.ifmt@gmail.com

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
DESAFIO CONSTANTE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A CONVIVÊNCIA ESCOLAR Antonia Picornell-Lucas	
CAPÍTULO 1	1
PESQUISA HISTORIOGRÁFICA SOBRE O GRUPO DE PESQUISA EM HUMANIDADES E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DO IFMT Anna Beatriz Rodrigues de Amorim Carolina de Vasconcelos Lopes Borba Felicíssimo Bolívar da Fonseca DOI 10.22533/at.ed.5992026051	
CAPÍTULO 2	8
APLICABILIDADE DE FERRAMENTAS DA QUALIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Raquel Martins Fernandes Amanda Silva de Lima Gabriel Belo Lyra e Lima DOI 10.22533/at.ed.5992026052	
CAPÍTULO 3	17
AMBIENTE ESCOLAR REGULAR E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DOCUMENTAL Amanda Silva de Lima Gabriel Belo Lyra e Lima DOI 10.22533/at.ed.5992026053	
CAPÍTULO 4	29
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONVIVÊNCIA GLOBAL E VIOLÊNCIA ESCOLAR Raquel Martins Fernandes Felicíssimo Bolívar da Fonseca Cleide Ester de Oliveira Yuri Ogaya de Assumpção DOI 10.22533/at.ed.5992026054	
CAPÍTULO 5	39
VIOLÊNCIA ESCOLAR, BULLYING E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO COTIDIANO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFMT CAMPUS CUIABÁ BELA VISTA Vanessa Costa Gonçalves Silva DOI 10.22533/at.ed.5992026055	
CAPÍTULO 6	54
PRESENÇA FEMININA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Degmar Francisco dos Anjos Niedja de Freitas Pereira DOI 10.22533/at.ed.5992026056	

CAPÍTULO 7	63
COTIDIANO ESCOLAR DO IFMT: ANÁLISE DO DISCURSO DE PROPOSITURAS DE COMBATE AO BULLYING	
Vanessa Costa Gonçalves Silva	
Jair Aniceto de Souza	
Cleide Ester de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5992026057	
CAPÍTULO 8	74
INCLUSÃO SOCIAL ESCOLAR DOS POVOS CHIQUITANOS: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO	
Isabel Cristina Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5992026058	
CAPÍTULO 9	84
<i>BULLYING</i> , IDENTIDADE E DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR	
Jair Aniceto de Souza	
Vanessa Costa Gonçalves Silva	
Degmar Francisco dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.5992026059	
CAPÍTULO 10	96
<i>BULLYING</i> ESCOLAR E SUA PERCEPÇÃO PELOS ESTUDANTES: UM ESTUDO EM ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO MATO-GROSSENSES	
Quintiliano Siqueira Schroden Nomelini	
Natália Sathler de Souza Cunha	
Rodrigo Ribeiro de Oliveira	
Carla Cristina Rodrigues Santos	
DOI 10.22533/at.ed.59920260510	
CAPÍTULO 11	111
BULLYING E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DE MATO GROSSO: OS (DES)CAMINHOS DA EDUCAÇÃO	
Isabel Cristina Silva	
Carolina Guimarães Santos	
Carlos Rabelo Machado	
Raquel Martins Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.59920260511	
CAPÍTULO 12	123
PANORAMA GERAL DA PESQUISA “VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E <i>BULLYING</i> NO CONTEXTO ESCOLAR” DO GRUPO DE PESQUISA EM HUMANIDADES E SOCIEDADE CONTEMPORANEA DO IFMT	
Gilson Pequeno da Silva	
Isabel Cristina Silva	
Raquel Martins Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.59920260512	
CAPÍTULO 13	133
ESTUDO SOBRE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E BULLYING NO IFMT	
Isabel Cristina Silva	
Carolina Guimarães Santos	
Jair Aniceto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.59920260513	

CAPÍTULO 14 145

CURTABLV: ENSINO, EXTENSÃO E REDES SOCIAIS

Paulo Alves de Oliveira
Veralúcia Guimarães de Souza
Alexandre Magalhães Arruda
Marco Aurélio Bulhões Neiva
Yuri Ogaya de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.59920260514

PREFACIADOR 156

SOBRE OS AUTORES 157

DESAFIO CONSTANTE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A CONVIVÊNCIA ESCOLAR

Antonia Picornell-Lucas

La Convención de los Derechos del Niño (1989) permitió que en el mundo entero aumentara el respeto por los derechos de los niños, niñas y adolescentes; que se transformaran los valores morales y las prácticas con la infancia y adolescencia. Sus principios rectores: no discriminación, interés superior del niño, derecho a la vida y desarrollo y derecho a la participación fueron asumidas como obligaciones por los Estados.

Entre todos los derechos que señala la Convención se encuentra el derecho a la educación en igualdad de oportunidades, cuyo fin es “preparar al niño para asumir una vida responsable en una sociedad libre, con espíritu de comprensión, paz, tolerancia, igualdad de los sexos y amistad entre todos los pueblos” (art. 29d). Sin embargo, el derecho a la educación no puede entenderse solo como escolarización en el sistema educativo formal sino que también hace referencia a cualquier actividad fuera del aula que ayude a los niños y niñas a desarrollar sus aptitudes y capacidades lo máximo posible.

Ahora bien, escuela y niños, niñas y adolescentes es inseparable. La escuela ocupa un lugar principal en las vidas de los

niños y niñas porque las interacciones que allí se producen les van a permitir delinear sus trayectorias vitales. Aunque, también en ese entorno están expuestos a riesgos como la desigualdad de oportunidades o la violencia entre iguales. Precisamente, la presente obra, que me complace introducir, se detiene en el contexto escolar para dar a conocer un problema mundialmente reconocido: la violencia entre pares (*bullying*) que, según UNICEF (2017), están sufriendo uno de cada tres niños-as en el mundo.

Si bien el acoso escolar no es un fenómeno nuevo en las aulas (Calmaestra y otros, 2016), sus consecuencias físicas y psicológicas pueden llevar incluso al suicidio (Hinduja y Patchin, 2010; Mora-Merchán, 2006). La magnitud del grave daño que puede ocasionar este tipo de maltrato provoca una gran preocupación social, como en el caso del Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT de Mato Grosso.

Una violencia que, cada vez con mayor frecuencia, tiene su continuo fuera de las aulas, con el uso de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación (TICs). El *grooming*, *flaming*, *sexting*, *online harrassment*, *identity theft*, *griefing* y *outing*, entre otros, son considerados tipos de acoso

virtual (*cyberbullying*) en función de la acción (Willard, 2007); y con mayores niveles de síntomas depresivos que la victimización tradicional (Perren *et al*, 2010). Todas estas conductas violentas, intimidatorias y estigmatizantes, son un atentado a la dignidad de los niños y niñas que las sufren; pero, al mismo tiempo, erosionan la convivencia escolar, fragmentando el proceso de formación de los niños y niñas en valores democráticos y ciudadanía, base de toda educación.

La preocupación internacional por reducir cualquier tipo de violencia, en especial aquella ejercida contra los niños y niñas, y su interés por promover sociedades pacíficas queda patente en la Agenda 2030. “Eliminar todas las formas de violencia contra todas las mujeres y las niñas en los ámbitos público y privado” (ODS 5.2) y “Poner fin al maltrato, la explotación, la trata y todas las formas de violencia y tortura contra los niños” (ODS 16.2) son metas sobre las que Naciones Unidas pone un especial énfasis. También la Unión Europea demuestra su preocupación por promocionar la equidad, la cohesión social y la ciudadanía activa, poniendo en marcha un marco estratégico de cooperación europea en educación (“ET2020”). Desde su posicionamiento ante la violencia, recomienda a los Estados que impulsen planes estratégicos de inclusión educativa y formación permanente de todos los actores educativos, manteniendo una estrecha colaboración con la sociedad civil. Sin duda, esta postura está permitiendo que las políticas educativas gubernamentales pongan en marcha protocolos, observatorios de convivencia, planes de promoción de la convivencia en los centros escolares y otras estructuras de actuación para promover un clima escolar de respeto.

Pero mejorar el clima escolar y erradicar cualquier situación de vulnerabilidad infantil, incluido el acoso, supone una gran dificultad para las políticas educativas. Las razones son variadas. Si bien existen razones originarias del propio entorno escolar que pueden explicar el *bullying*, también, como causa externa, la desigualdad social es un referente para este fenómeno. La falta de oportunidades laborales, económicas, culturales, etc. de algunas familias emerge como un riesgo para el incremento del rechazo y el acoso escolar (Picornell-Lucas, Montes y Herrero, 2018). Esta situación se ve legitimada por las creencias y actitudes culturales tradicionales, como por ejemplo el empleo del castigo corporal en la crianza de los hijos e hijas o aquellas otras influidas por la discriminación de género.

En consecuencia, son varias las dimensiones, interrelacionadas, para mejorar la convivencia escolar y erradicar el acoso escolar; que no se traducen solo en generar medidas en el interior de los centros educativos sino también, y sobre todo, abordarlo desde políticas públicas de bienestar social, sin olvidar la participación de los niños y niñas. No podemos ocultar que estas acciones violentas atentan contra el derecho a la educación, que incluye ofrecer a los niños y niñas todas las oportunidades para que construyan su propia identidad social, como ciudadanos, en el entorno que les

toca vivir. Pero a la vez transgreden el resto de sus derechos, con multiplicidad de consecuencias para su presente y futuro, especialmente la relacionada con la construcción de su identidad y la transformación de la sociedad, con un aumento de la intolerancia e insolidaridad y un mayor uso de la violencia para resolver los conflictos (Navarro-Pérez y Pastor, 2017), vislumbrándose una expansión de la incompreensión.

Son muchas las dificultades y retos, y así lo manifiestan las autoras y autores de esta obra, cuya preocupación y compromiso por la convivencia, la cohesión social y una educación desde la perspectiva de la garantía de los derechos les ha llevado a reflexionar sobre el acoso escolar en Brasil, proponiendo medidas inclusivas de prevención e intervención para enfrentarse a esta realidad.

REFERENCIAS

Calmaestra, J., Escorial, A., García, P., Del Moral, C., Perazzo, C. y Ubrich, T. (2016). *Yo a eso no juego: Bullying y ciberbullying en la infancia*. Madrid: Save the Children España.

Hinduja, S. y Patchin, J.W. (2010). Bullying, cyberbullying and suicide. *Archives of Suicide Research*, 14(3), 206–221. <https://doi.org/10.1080/13811118.2010.494133>

Mora-Merchán, J. A. (2006). Coping Strategies: Mediators of Long-Term Effects in Victims of Bullying? *Anuario de Psicología Clínica y de la Salud/Annuary of Clinical and Health Psychology*, 2, 15-25.

Navarro-Pérez, J. J. y Pastor Seller, E. (2017). Factores dinámicos en el comportamiento de delincuentes juveniles con perfil de ajuste social. Un estudio de reincidencia. *Psychosocial Intervention*, 26 (1), 19-27. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psi.2016.08.001>

Perren, S.; Dooley, J.; Shaw, T. y Cross, D. (2010). Bullying in school and cyberspace: Associations with depressive symptoms in Swiss and Australian adolescents. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 4 (28). <https://doi.org/10.1186/1753-2000-4-28>

Picornell-Lucas, A.; Montes, E. y Herrero, C. (2018). La desigualdad de oportunidades educativas desde la perspectiva de los niños, niñas y adolescentes de Castilla y León. *Prisma Social*, 23, 169-184.

UNICEF (2017). *Una situación habitual. Violencia en las vidas de los niños y los adolescentes*. Nueva York: UNICEF.

Willard, N. (2007). *Cyberbullying and cyberthreats: Responding to the challenge of online social aggression, threats, and distress*. Illinois: Research Press.

PESQUISA HISTORIOGRÁFICA SOBRE O GRUPO DE PESQUISA EM HUMANIDADES E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DO IFMT

**Anna Beatriz Rodrigues de Amorim
Carolina de Vasconcelos Lopes Borba
Felicíssimo Bolívar da Fonseca**

RESUMO: Este artigo tem como objetivo repassar a história do grupo de pesquisa do IFMT, levando em consideração desde os objetivos iniciais do projeto, até a composição de suas pesquisas e a apresentação de seus resultados à sociedade. Com o intuito de esclarecer - por meio do método historiográfico - a importância do grupo, não só para com o IFMT, mas para com toda a sociedade que terá acesso às pesquisas e estudos e aos seus resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Pesquisa. Extensão.

HISTORIOGRAPHIC RESEARCH ON THE IFMT HUMANITIES AND CONTEMPORARY SOCIETY RESEARCH GROUP

ABSTRACT: This article aims to convey the history of the IFMT research group, taking into consideration from the initial objectives of the project, to the composition of its research and the presentation of its results to society. In order to clarify - through the historiographic method - the importance of the group, not only for IFMT, but for the whole society that will have access to

research and studies and its results.

KEYWORDS: Teaching. Search. Extension.

INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa em Filosofia do IFMT iniciou seus trabalhos em 2008, com alguns docentes que se reuniam semanalmente, e nesse mesmo ano a proposta do projeto de pesquisa do grupo foi aprovada pela instituição e oficializada junto ao CNPq. O GPFIFMT propunha o entendimento da dinâmica do momento contemporâneo a partir de referenciais filosóficos, tendo duas linhas principais de pesquisa: Filosofia Política e Ciência e Tecnologia. Considerando a complexidade deste estudo e a formação continuada dos envolvidos, as atividades de pesquisa do grupo tinham também um caráter interdisciplinar. E permeada de variáveis complexas, a contemporaneidade educacional e social instiga seus componentes e os estimulam a pensar em alternativas para explicá-la.

Dentro destas intenções, o objetivo dos docentes era a formação de um grupo de pesquisa que viabilizasse atividades de ensino-pesquisa e extensão, e que estas viessem a contribuir para com o IFMT e outras instituições. Neste momento, ao Grupo

somaram-se docentes da área de filosofia, além de ter sido aberto a outras áreas como também membros da comunidade em geral; com pesquisas e ações que objetivam reflexões filosóficas sobre diversos campos do conhecimento e o propósito de mudar o tecnicismo do ensino, sugeriram relações de mútua compreensão entre os professores/pesquisadores, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem e a produção científica.

Para que haja efetivação na proposta de estudos humanísticos, é preciso perceber que o ensino está além dos conceitos científicos e propor que sejam ensinados e aprendidos outros aspectos considerados tão ou mais importantes que os fatos e conceitos como, por exemplo: habilidades para resolver problemas, ou usar os conhecimentos disponíveis para enfrentar situações novas ou inesperadas; ou ainda saber trabalhar em equipe, mostrar-se solidário com os colegas, respeitar e valorizar o trabalho dos outros ou a não discriminação de pessoas por motivos de gênero, idade ou outro tipo de característica individual.

Para a concepção humanista da educação, o ensino é centrado no aluno, sua finalidade é a criação de condições que facilitem a sua aprendizagem, e o objetivo básico é liberar a sua capacidade de autoaprendizagem de forma que seja possível seu desenvolvimento tanto intelectual quanto emocional. Desse modo, é incentivado o desenvolvimento de cada um a partir de suas escolhas, os motivos de aprender deverão ser do próprio aluno.

Ainda em 2008, o Grupo de Pesquisa sofreu modificações e buscou ampliar seus objetivos. O nome do grupo foi alterado em 2011, devido à entrada de professores de outras áreas e a abrangência dos temas, e tomou corpus de Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT campus Cuiabá Bela Vista (GPHSC-IFMT), que, atualmente, conta com pesquisadores das várias áreas das ciências humanas e sociais e busca interpretar a sociedade contemporânea a partir de diferentes autores e concepções teóricas, descrevendo e analisando de diferentes ângulos os mesmos fenômenos. Em outros termos, o GPHSC-IFMT, coerente com sua estrutura multidisciplinar, produz diferentes recortes de um mesmo sujeito pesquisado, buscando encontrar, na diversidade de experiências e visões teóricas de seus pesquisadores, os conceitos e métodos adequados a uma compreensão interdisciplinar desse objeto.

METODOLOGIA

Este artigo é resultado do levantamento e de pesquisas sobre a história do GPHSC-IFMT. Para compor esse artigo historiográfico, foram disponibilizados aos discentes arquivos e resumos, nos quais estavam contidos fragmentos da história do

grupo de pesquisa, o objetivo seria criar um artigo que contasse em partes, desde a fundação até os dias atuais, os completados dez anos de existência do Grupo, um pouco da história do GPHSC-IFMT. A supervisão da docente Raquel Martins Fernandes, líder do grupo, foi de extrema importância para o surgimento do artigo.

A reconstrução da história foi feita inteiramente com base nos artigos e declarações publicados pelo mesmo, além de pesquisas no interior do antigo site do Grupo de Pesquisa em Filosofia do IFMT (<https://gpfifmt.wordpress.com>), dados no sítio eletrônico da plataforma do CNPq (www.cnpq.br) e dados retirados de formulários entregues a pessoas ligadas ao atual grupo de pesquisa.

RESULTADOS

O grupo de pesquisa fez o seu máximo para cumprir todos os objetivos propostos desde a fundação do projeto. Dentre esses dez anos, foram realizadas atividades com o objetivo de questionar a zona de conforto da sociedade, trazendo discussões com temas cotidianos e criando conversações para aflorar questionamentos, nos quais as pessoas não pensariam em circunstâncias normais do dia-a-dia.

Dentre muitas atividades do Grupo de Pesquisa, o Guaraná Filosófico foi um evento que nasceu da pretensão de exteriorizar os encontros já realizados pelo Grupo, onde eram realizadas conversações sobre temas de relevância ao ambiente escolar, tendo a sua primeira versão no dia 14/04/2011, e apresentando como tema o Cyberbullying. O nome do evento veio da vontade de regionalizar o evento de discussão, inspirado em eventos semelhantes como o “Café Filosófico”, constituiu-se então “Guaraná Filosófico”, que faz menção ao energético em pó tão comum na cultura dos mato-grossenses.

O primeiro artigo publicado pelo grupo em 2019 foi nomeado “DA IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM NOS NOSSOS DIAS”. Nesta primeira produção, a temática foi o ensino de Filosofia e o seu papel na atual conjuntura da educação profissional. A matéria foi dividida em tópicos, com temas propostos pelos membros ao pensar sobre o que motivou a criação do próprio grupo de pesquisa. Delineando assim, os temas: tecnologia, metodologia e ética.

O escrito propôs um pensamento diferente a cada tópico, fazendo ligações com os temas e as inevitáveis mudanças na sociedade. O locutor, Francisco Andrade Rosa - responsável pelo tema de tecnologia - nos entrega a ideia de que a técnica é aperfeiçoada pela experiência de um modo claro, em que ao contrário de ler livros e entender um conceito, a vivência pode trazer conhecimentos mais profundos. Enquanto no tópico Ensino de Filosofia, a docente Raquel, destaca aspectos básicos

do ensino de Filosofia que favorecem a formação profissional e humanística.

Segundo a docente, a filosofia desempenha um papel muito importante no contexto da complexidade de informações do mundo globalizado para cursos de educação profissional. A quantidade de informações na atualidade é muito maior que em outros momentos da história da humanidade, lidar com elas é uma tarefa muito difícil.

Trazendo em questão a dificuldade de como nos organizamos se recolhemos informações em uma complicação sem limites, ela destaca como uma educação que permite um saber significativo, em que a participação e o desenvolvimento da competência de organização de informações são necessários neste contexto. E se tratando de um mundo que se pretende globalizado, fazer uma análise da complexidade de informações é fundamental do ponto de vista epistemológico e ético. O tratamento das informações de um mundo globalizado envolve uma complexidade cultural, digamos, sem limites, segundo a pesquisadora.

O saber organizar informações significa reconhecer o outro enquanto sujeito também deste mundo globalizado. Significa respeitar o espaço sociocultural de uma rede miúda de ‘nações’ e/ou ‘tribos’. A solidariedade e o diálogo poderiam ser as bases para uma nova forma de organização social, pois apenas o desenvolvimento técnico-científico não seria suficiente.

Há uma discussão básica - interessante ponto levantado na mesma obra - que percorre a história da filosofia e também a discussão atual sobre o seu ensino: “ensina-se Filosofia ou a filosofar?”.

Já em 2017, realizou-se uma pesquisa com o propósito de sintetizar algumas discussões da cientificidade e sobre pesquisa qualitativa que vêm sendo realizadas no percurso das experiências dos pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT. O trabalho foi o resultado de debates e intervenções críticas realizadas no percurso dos pesquisadores do GPHSC-IFMT e mostra resultados sobre o falso dualismo entre os termos qualitativo e quantitativo na educação. Trazendo questões filosóficas e de caráter informativo, concebendo também a oposição de que a quantidade evoca a qualidade do objeto, tal qual a qualidade é um aspecto da quantidade.

Em 2016, iniciaram-se pesquisas que tiveram como tema proposto a “Violação dos Direitos Humanos e Bullying no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos” pelo grupo. A pesquisa fora aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e esteve em andamento durante 2016 e 2017; foi realizada em sete escolas, sendo uma particular, uma estadual e quatro campi do IFMT (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso).

Além das atividades mencionadas anteriormente, o Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea participou da construção do ementário

do curso técnico em eletrônica e protocolou um manifesto sobre a inclusão da filosofia em todos os anos dos cursos do Ensino Médio, conforme a Lei 11.684. Em 2009, as discussões do mesmo deram origem ao artigo publicado na revista Proeficiência.

A equipe realizou parceria interinstitucional com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) para pesquisa sobre o ensino de Filosofia e a abertura de vagas para os estagiários no IFMT. Atualmente o Grupo reúne-se uma vez por mês, no Campus Cuiabá - Bela Vista, e conta com uma diversidade de integrantes, dentre eles docentes, estudantes dos diversos níveis de ensino, pesquisadores, profissionais técnicos de diversos campi do IFMT, profissionais das redes estadual e municipal e, profissionais das redes particulares de ensino; além de integrantes de outras regiões do país, vinculados a UFMG, IFPB, IFSP, IFMG e UFU.

PESQUISA AVALIATIVA DO GPHSC-IFMT

Durante o mês de outubro, foi realizada uma pesquisa com integrantes do GPHSC-IFMT. O objetivo era escrever o que os membros acham do grupo atualmente, suas interações, recomendações, etc. Observando os resultados, foi possível descobrir que a grande maioria considera a atuação do grupo ao menos satisfatória, sendo os que consideram a participação ótima, mais de 40% dos membros.

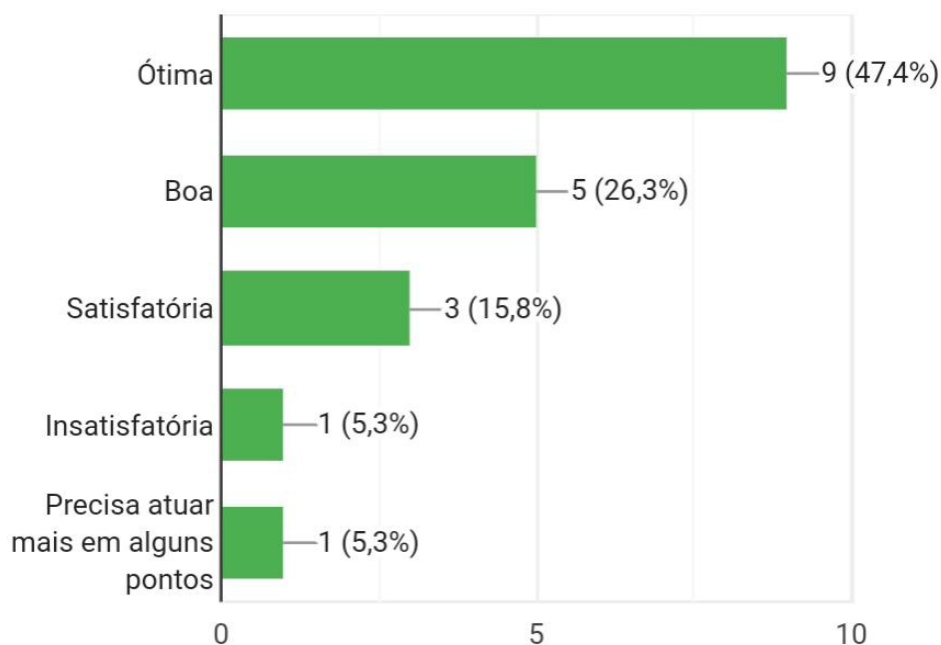


Gráfico 1 – Avaliação da atuação do GPHSC

Fonte: autor próprio, 2018.

Na pesquisa, os membros foram questionados sobre o tempo de atuação no

grupo e área de atuação. Sendo possível perceber que a maioria está no grupo há menos de um ano, o que não surpreende, considerando o excelente trabalho de inclusão de novos membros no projeto a cada ano.

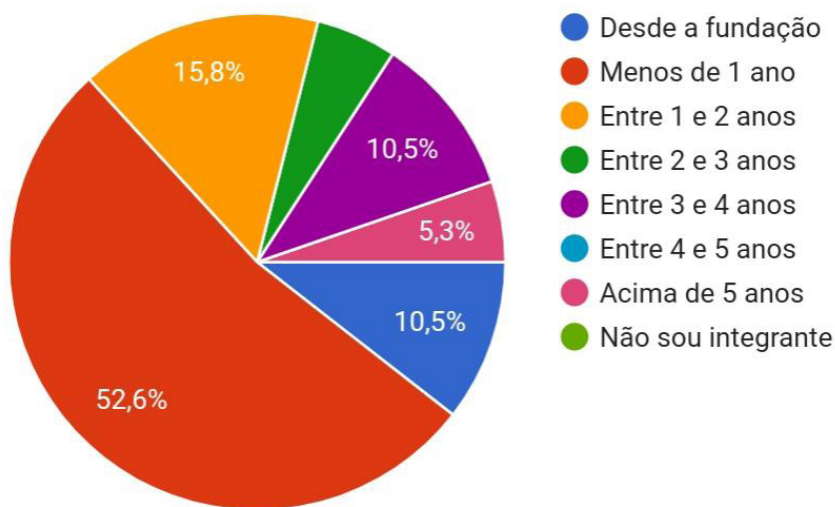


Gráfico 2 – Período de atuação no GPHSC

Fonte: autor próprio, 2018.

Os membros também foram questionados sobre o objetivo do grupo, a grande maioria acredita que o grupo tem como objetivo contribuir com pesquisas aplicadas em prol da sociedade, “realizar estudos aprofundados de um determinado tema” vem em segundo lugar, com quatro votos.

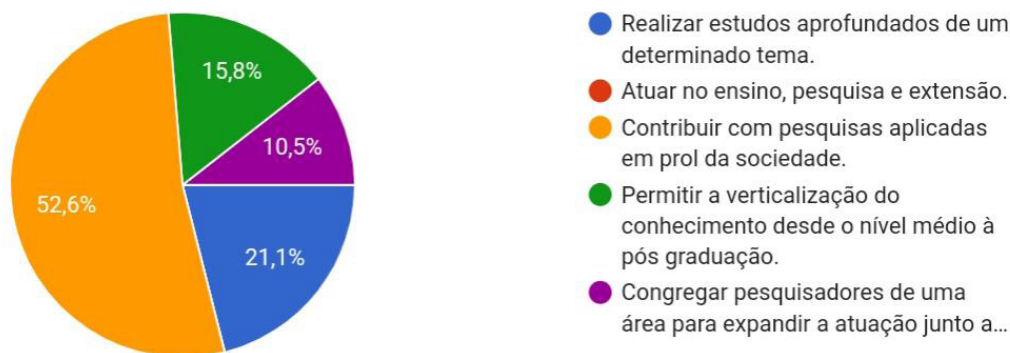


Gráfico 3 – Objetivo do GPHSC

Fonte: autor próprio, 2018.

Em uma das questões do formulário, que perguntava como os membros descrevem o grupo para outras pessoas, foi possível perceber o envolvimento afetivo dos membros com o grupo. Alguns descrevem como um grupo onde “todos tem vez

e voz”, e outros frisaram a importância do seu último projeto, descrevendo a equipe como um “grupo que pesquisa e atua junto aos adolescentes sobre violência escolar”, “Um grupo engajado e atuante nas discussões sobre os temas Bullying e direitos humanos” ou até “Um grupo que busca propor soluções para uma problemática que a atual sociedade esteja enfrentando”, mostrando a importância da inclusão e discussão sobre temas atuais que estão diretamente ligados ao ambiente escolar. Alguns ainda sintetizaram com palavras únicas como: “oportunidade”, “extraordinário” e “adiante”, nos levando a notar o distinto olhar e sentimento de alguns participantes para com o grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta composição é contar a história do Grupo de pesquisa, desde o início, até os atuais dez anos. As pesquisas e formulários montados foram feitas exclusivamente com o intuito de trazer o máximo de informações e sintetizá-las aqui na forma de um artigo historiográfico, trazendo veracidade e frisando a importância do grupo dentro da instituição de ensino.

Todo o processo de produção deste artigo foi supervisionado pela docente e uma das líderes do grupo de pesquisa, Raquel Martins Fernandes, além de ter a aprovação de alguns membros do GPHSC-IFMT. Os gráficos e resultados de formulários apresentados neste artigo historiográfico foram resultados de pesquisas autorais e realizadas no interior da instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Aliana. **Estudantes e professores do IFMT discutem problemas entre alunos**. Hipernoticias, 19 abr. 2011. Disponível em: <<https://www.hipernoticias.com.br/conteudo.php?cid=1207>>. Acesso em: 21 de agosto de 2018.

GAMBOA, S. **Pesquisa Qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos**. Contrapontos. Itajaí, v. 3, n. 3, p. 393-405, 2003.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993.

MOTA, R. M. F.; NEIVA, M. A. B.; SOUZA, J. A. de; OLIVEIRA, P. A. de, ALMEIDA, R. M. de, Fonseca, F. B. da. **Pesquisa qualitativa em Educação: estudos transdisciplinares do Grupo de Pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT (GPHSC-IFMT)**. *Indagatio Didactica* / ISSN: 1647-3582/ v. 9 (3), novembro 2017, pp. 79-98. <<http://revistas.ua.pt/index.php/ID/article/view/6056>>

MOTA, R. M. F.; ROSA, F.A., MARRA, W.G. **Da Importância do Ensino de Filosofia na Educação Profissional e Tecnológica em nossos Dias**. *Revista Proeficiência*, Cuiabá: IFMT, v. I, 2009.

OBIOLS, Guillermo. **Uma introdução ao ensino da Filosofia**. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2002.

REZENDE, Antonio Muniz de (1990). **Concepção fenomenológica da educação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

APLICABILIDADE DE FERRAMENTAS DA QUALIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Raquel Martins Fernandes
Amanda Silva de Lima
Gabriel Belo Lyra e Lima

APPLICABILITY OF QUALITY TOOLS IN HUMAN RIGHTS EDUCATION COURSE

RESUMO: O artigo discorre sobre a aplicação de ferramentas da qualidade em curso de capacitação em Educação em Direitos Humanos (EDH). O objetivo do estudo é analisar a proposta de curso para construir planos e metas que favoreçam a inclusão social consoante aos aspectos do cotidiano escolar. Fez-se uso do procedimento metodológico participante em todo o processo desde a elaboração do curso à sua aplicação e análise; se constituindo de um grupo pesquisador, sendo a metodologia didática do curso: a comunidade de investigação, ressaltada pela praticidade do uso de ferramentas da qualidade. A experiência foi realizada no campus I do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), diferentes técnicas foram aplicadas para analisar e direcionar os problemas e as soluções sobre a EDH e a capacitação dos sujeitos atuantes no processo educativo. Através do estudo, foi possível identificar, selecionar e avaliar medidas de atuação objetivas para implementar a EDH no cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Gestão da Qualidade. Formação.

ABSTRACT: The article discusses the application of quality tools in a training course in Human Rights Education (EDH). The aim of the study is to analyze the course proposal to build plans and goals that favor social inclusion according to the aspects of daily school life. Participant methodological procedure was used throughout the process from course design to application and analysis; constituted of a research group, being the didactic methodology of the course: the research community, emphasized by the practicality of the use of quality tools. The experiment was carried out on campus I of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba (IFPB), different techniques were applied to analyze and direct the problems and solutions about EDH and the qualification of the subjects working in the educational process. Through the study, it was possible to identify, select and evaluate objective action measures to implement EDH in school daily life.

KEYWORDS: Teaching. Quality management. Formation

INTRODUÇÃO

O contexto local, a diversidade cultural e a presença de profissionais diversificados, ao construírem um processo pedagógico, estabelecem novos horizontes de relações interpessoais, interinstitucionais, transculturais e transdisciplinares. Tais relações precisam ser estudadas, analisadas e dialogadas, para propiciar um ambiente educacional de inclusão, que auxilie uma educação de qualidade. Estas necessidades ressaltam a importância de propostas de capacitação em Relações Interpessoais voltadas aos profissionais da educação sobre temas transversais que permeiam a sociedade global, tais como, direitos humanos, inclusão de pessoas com deficiência, gênero, sexualidade e diversidade, bullying e cyberbullying. Este foi o foco do curso de EDH, no IFPB, campus João Pessoa (11/2017 a 02/2018, 30 h); fazendo uso de uma gestão estratégica, a partir da aplicação de ferramentas da qualidade.

DESENVOLVIMENTO

A homofobia e o racismo são fenômenos que estão cada vez mais arraigados na nossa sociedade, embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada há mais de 70 anos, condene todas as formas de discriminação. Além disso, a Constituição Federal de 1988, no inciso IV, Art. 3º, postula como objetivo fundamental da República “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. E com o objetivo de inibir e criminalizar atos de violência discriminatórios, em 6/11/2015, a Lei nº 13.185 foi promulgada e instituiu-se o Programa de Combate ao *bullying*.

No mundo contemporâneo, o processo de ligação entre áreas e/ou disciplinas tem sido constantemente utilizado para produção de conhecimento, tal diálogo é denominado Interdisciplinaridade. Nesse arcabouço, emerge a utilização de ferramentas da qualidade, que são amplamente empregadas no contexto organizacional, perpassando ambientes distintos à utilização genérica de caráter informativo.

Para Carvalho (2018, p. 32), a introdução dos direitos humanos na formação do cidadão é considerada uma prática conveniente e contribui para a conquista de uma sociedade menos violenta, o que acaba por se configurar um período novo para a educação. Neste cenário, o curso em EDH foi desenvolvido a partir de uma concepção de aplicação das ferramentas da qualidade em contextos variados, favorecendo a gestão participativa e o enfrentamento real das situações problemas que envolvem o cotidiano escolar.

METODOLOGIA

O curso EDH foi realizado com atividades de metodologia de cunho cooperativo, a comunidade de investigação (SHARP&SPLITTER, 1998), que permitiu a interação dos participantes na construção do mesmo, através de uma gestão estratégica e do uso de ferramentas da qualidade. O objetivo do curso foi capacitar à equipe de apoio educacional na compreensão da pessoa humana em suas especificidades e a salvaguarda de seus direitos. A criação e elaboração dos cursos se deram através da pesquisa participante, e, também a apresentação dos resultados e avaliação. Realizou-se, sobre as temáticas, uma pesquisa bibliográfica e documental nos âmbitos: da legislação federal, estadual e municipal; de pesquisas desenvolvidas na Paraíba; e jurisprudências; e posterior preparação conjunta do material. O grupo pesquisador, formado por estudantes e técnicos voluntários, é composto por 9 (nove) pessoas, das quais 3 (três) ministraram diretamente o curso.

A sistemática dos encontros foi semelhante: abertura e sensibilização ao tema através de vídeo ou figura, com debate e exposição dialogada sobre; aplicação de uma ferramenta da qualidade e encerramento com música, paródia motivacional. Distribuição dos módulos e atividades: 1) Palestra inaugural. Diagnóstico das necessidades e interesses do campus. Atividade individual, Análise Swot (Strengths – Forças, Weaknesses – Fraquezas, Opportunities – Oportunidades, Threats – Ameaças) sobre a atuação do campus em relação à Educação em Direitos Humanos. Depois em grupos, atribuíram a cada folha, uma palavra-chave que identificava as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. 2) Direitos humanos e educação - Apresentação do vídeo “Curta BLV”, desenvolvido por alunos do IFMT, abordando a temática Direitos Humanos e da Terra. Jogo Tiro ao alvo - utilizando palavras-chave da Análise Swot, do encontro anterior, sinalizaram as mesmas em um dos itens: “relações interpessoais”, “intrapessoais”, “interinstitucionais” e “outros” (atribuída a mais de uma categoria ou dúvida sobre atribuição). 3) *Bullying e cyberbullying* - Vídeo sobre inclusão. Diagrama de Ishikawa (Espinha de Peixe): cada participante escolheu um problema central, depois agrupados por semelhança de temas; e cada grupo procurou identificar as causas de um problema estabelecido pela equipe. 4) Inclusão de pessoas com deficiência - Vídeo TV Manaíra, sobre o IFPB. Exposição. Exibição e debate do vídeo “*We’re the superhumans*”, de divulgação das Paraolimpíadas de 2016/RJ. Foram compartilhados os resultados das ferramentas utilizadas. Apresentação e desenvolvimento da Ferramenta 5W2H com todos participantes. 5) Gênero, sexualidade e diversidade - Apresentação do vídeo “Alerta aos pais... O silêncio fala”. Finalizou-se com a aplicação de uma avaliação para os participantes registrarem seus comentários e sugestões sobre o minicurso de capacitação; tendo como critérios de análise as dimensões de conteúdos conceituais, procedimentais e

atitudinais. Os materiais das atividades foram analisados produzindo uma avaliação participante que segue abaixo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação de ferramentas da qualidade no curso não foi realizada de forma desconexa, procurou-se relacionar o que foi produzido em um encontro com outro, objetivando a produção de uma proposta final de atuação. Devido ao fato de alguns cursistas não se fazerem presentes na sequência dos encontros, esta continuidade pode não ter sido amplamente percebida pelos mesmos.

Apresentamos os resultados do curso em EDH, que contou com uma média de quinze participantes, dos quais onze responderam individualmente a Análise Swot sobre a EDH no IFPB. A partir deste diagnóstico inicial foi possível planejar o curso e atrelar as atividades entre si. Da Análise Swot individual, dois grupos extraíram palavras-chave. Posteriormente foram reagrupados no Jogo Tiro ao Alvo, para cada item, como segue: - interinstitucional: “referência em educação”, “concorrência com instituições (privadas)”, “engajamento institucional”, “pesquisa e extensão”, “redução de orçamento”; “acessibilidade (educação em 3 turnos)”, “infraestrutura insatisfatória”, “falta de prioridades”; - interpessoal: “diversidade”, “colaboração”, “cooperação (entre os diferentes)”; - intrapessoal: “cultura da discriminação”, “capacitação”, “resistência”, “ignorância”; - ? : “desnaturalização dos abusos”, “despreparo para o enfrentamento das violações”, “qualidade”, “políticas nacionais e internacionais”, “ministério público federal”, “compatibilidade com o mercado de trabalho”, “exposição das violações”, “inovação”, “mídia”, “conjuntura política”, “falta de capacitação”, “direito”, “formação integral”. Através destas palavras-chave é possível perceber que as dimensões relacionais estão integradas para os participantes, o que envolve as relações interpessoais perpassa as intrapessoais e interinstitucionais; sendo necessária a interlocução para favorecer um ambiente educacional propício aos Direitos Humanos, uma vez que, educar para os mesmos, envolve elementos conceituais, atitudinais e procedimentais.

Os problemas apresentados deram origem à escolha de dois itens trabalhados em grupo na Ferramenta Diagrama de Ishikawa (Espinha de Peixe).

Abaixo, as figuras mostram o trabalho desenvolvido:

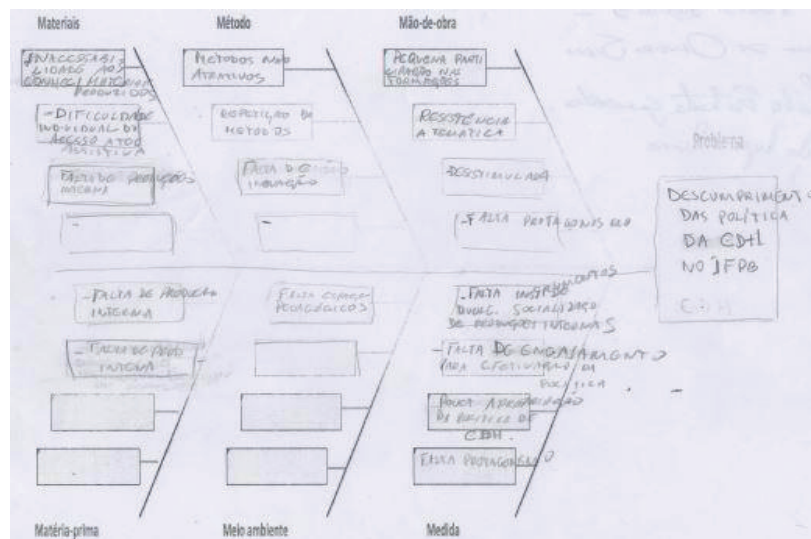


Figura 1 – Diagrama de Ishikawa – Análise do grupo

Fonte: autor próprio, 2018.

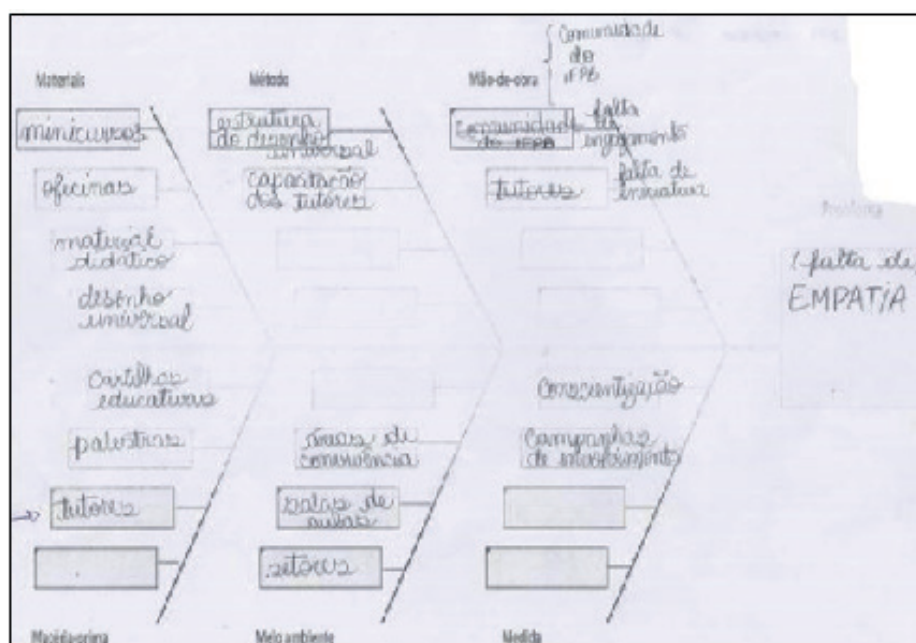


Figura 2 – Diagrama de Ishikawa – Análise do grupo 2

Fonte: autor próprio, 2018.

Os participantes discutiram posteriormente sobre a escolha dos itens apontados como causas na ferramenta e foi possível observar os que se repetiram, evidenciando a sua importância para a análise em curso: falta de engajamento; falta de iniciativa e falta de espaços abertos à comunicação.

Segundo os participantes, torna-se necessário que se faça uma programação levando em conta o protagonismo dos alunos, convidando-os para os espaços de fala. Seria possível a criação de rodas de debates, apresentando questões populares, como um estímulo inicial, permitindo que construam o conhecimento, enfatizando o protagonismo estudantil dentro da Instituição. Partindo destas

constatações foi aplicada a ferramenta do 5W2H, em que todos participantes elaboraram as respostas que se seguem:

O quê?	Por quê?	Onde?	Quem?	Quando?	Como?	Quant o?
Estimular o protagonism o estudantil	É uma estratégia de envolviment o e engajamento com a turma, escola, temática. Estimular a construção e o exercício da cidadania através do protagonism o	Campus João Pessoa (lugares abertos favorecem os debates)	Toda comunidade escolar (servidores, estudantes, terceirizados, comunidade externa, família). Quem desenvolve? Articuladores (inicialmente os cursistas)	Contraturno	Roda de conversa	Sem custo

Figura 3 – Ferramenta 5W2H

Fonte: autor próprio, 2018.

Na avaliação, alguns participantes sugeriram: “mais atividades práticas”, “estudos de caso de temáticas/situações problema” e “definições de ações a serem desenvolvidas institucionalmente”. Um participante salientou nos comentários: “... tenho algumas resistências às ferramentas do planejamento estratégico. Entretanto, elas foram bem utilizadas”. De um modo geral, dos nove participantes que realizaram a avaliação do curso, cinco atribuíram expressões como: “ótimo”, “excelente”, “gostei bastante”; quatro sugeriram mais cursos e palestras sobre EDH. Alguns consideraram que poderia ter maior duração, inclusive para compreensão dos conceitos; outros apontaram que a metodologia permitiu troca de experiências. “O curso ofereceu suporte teórico-prático para a intervenção na prática pedagógica aos cursos nas várias modalidades de ensino, bem como o desenvolvimento de uma cultura de tolerância a diversidade”, comentou um participante.

A tabela e os gráficos abaixo demonstram a avaliação final do curso. Foram nove avaliadores, que atribuíram notas de 0 a 10, conforme os critérios. Na figura 4 e 5, aparece o resultado composto pela média das notas conforme as ocorrências.

CRITÉRIOS	FACILITADOR	MONITORES	PARTICIPANTES	AUTOAVALIAÇÃO
CONTEÚDO	9,5	9,3	9,1	8,2
PROCEDIMENTOS	9,6	9,2	9,1	8,3
ATITUDES	9,8	9,7	9,3	8,4

Figura 4 – Tabela da avaliação realizada pelos participantes do curso em EDH

Fonte: autor próprio, 2018.

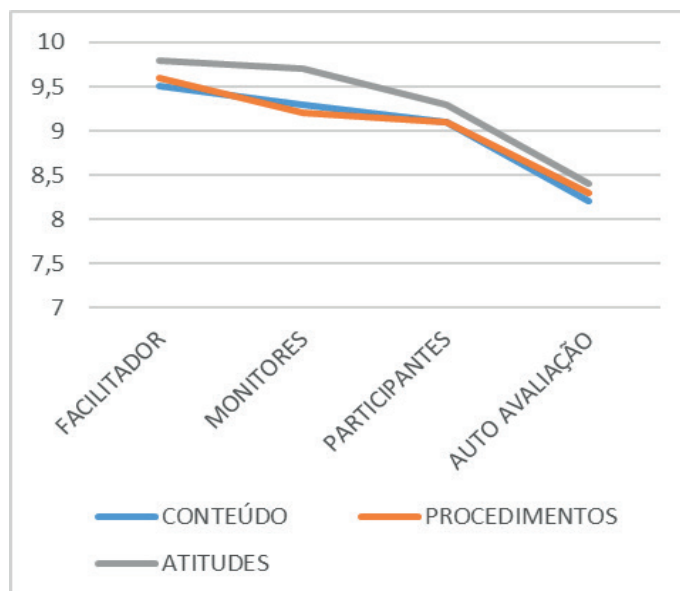


Figura 5 – Mapeamento da avaliação realizada pelos participantes do curso em EDH

Fonte: autor próprio, 2018.

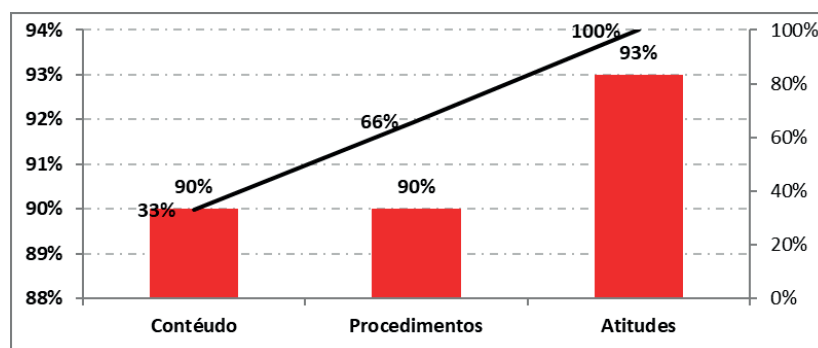


Figura 6 – Análise de Pareto (figura 3 e 4)

Fonte: autor próprio, 2018.

A partir da avaliação realizada pelos participantes pode-se perceber que o desempenho geral do curso foi satisfatório (9,0), o que mostra uma situação equilibrada e eficaz no processo; destacando-se com maior índice o facilitador e o quesito atitudes. A pequena perda de eficiência apontada na auto avaliação poderia ser suprida com a definição do plano de ações pós-curso, visto que os participantes declaram ser este o ponto frágil.

A análise de Pareto (CARVALHO, *et al*, 2012) permite perceber os elementos para um tratamento e aprimoramento da capacitação, considerando do menor para

o maior (o menor representa a menor nota atribuída), os conteúdos e procedimentos precisam ser aprimorados; bem como a participação ativa dos que realizam o curso para reações ulteriores ao mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo contínuo de desenvolvimento humano envolve um crescimento intelectual que permeia os lugares e tempos, onde se constrói uma história singular em uma comunidade global. Um transcurso que não envolve apenas a cultura científica, mas também a popular; não apenas a razão, mas também a emoção; por uma formação humana integral, que contemple os meandros das NTICs (novas tecnologias da informação e comunicação), os desafios da preservação ambiental e a necessidade da inclusão social. Aspectos que permeiam o modelo de educação da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Os resultados do curso em EDH evidenciaram a necessidade de esclarecimento sobre a temática com toda comunidade escolar, bem como, o incentivo ao protagonismo jovem em relação ao desenvolvimento de ações para inclusão social. Percebeu-se ainda, a importância de trabalhar metodologias interativas e do uso educacional das ferramentas da qualidade para um delineamento de proposituras. Ao término do curso não ficaram estabelecidas as ações e agentes a partir das ferramentas; um POP (procedimento operacional padrão) e reuniões de avaliação dos resultados poderiam ter sido estabelecidas, o que permitiria confiabilidade e segurança aos resultados como preconiza a gestão da qualidade; o que sugere a necessidade do planejamento estratégico de mais um módulo do curso.

Através desta primeira capacitação surgiu à necessidade de consolidação do Núcleo de Educação em Direitos Humanos no campus João Pessoa do IFPB, que já estava em fase de abertura sob iniciativa da direção de ensino.

Em junho de 2018, a equipe ofereceu novamente uma capacitação nos mesmos moldes metodológicos da primeira, mas trazendo resultados de pesquisas sobre a atuação em Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e conteúdos específicos demandados pelo núcleo composto por várias comissões, que abarcam.

Esta segunda capacitação de 4 horas de duração, contou com a presença dos integrantes do núcleo já formado, dos dez participantes, a maioria doutores (um doutorando) que estudam vertentes específicas das problemáticas de Direitos Humanos na atualidade, sendo estas: Identidade, gênero e sexualidade; Questões étnico-raciais; Educação ambiental; Mulheres, gênero e feminismo; Trabalho decente e dignidade; Inclusão e deficiência. O curso também foi avaliado e contou com uma

avaliação semelhante à da primeira capacitação, tendo aumentado o índice de satisfação em relação ao item procedimental na auto avaliação dos participantes. Dos comentários, houve considerações positivas sobre as metodologias, e que fosse ampliado o curso em termos de carga horária e abertura aos demais servidores.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, M. G.. **Caleidoscópio das violências nas escolas** (Séria Mania de Educação). 1. ed. Brasília: Missão Criança Editora, 2006.

ALEIDA, J. B.; SANTOS, L. M. P. A.; OLIVEIRA, L. M. P. **Manual de Elaboração para o Projeto de TCC**. [S. l]: Faculdade São Lucas, 2014. Disponível em: <http://www.saolucas.edu.br/repositorio/MANUAL_DE_ELABORACAO_DE_PROJETO_2014.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2018, às 15h:00min.

BASTOS, A. L. S.; PROENÇA, A.; FERNANDES, A. C. **Mais que orientar, ensinar: O Balance Score Card e a gestão estratégica**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL, XXXIII, 2001, Salvador. Anais ... Salvador-BA, 2001.

CARVALHO, L. A. **Educação em direitos humanos: uma revisão de literatura**. Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 30-45, 2018.

CARVALHO, M. de; PALADINI, E. P. (coord.). **Gestão da Qualidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier: ABEPRO, 2012.

MACEDO, Rosa Maria de Almeida, BOMFIM, Maria do Carmo Alves. Violence in schools. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 605-618, set./dez. 2009.

OLIVEIRA, P. A.; SILVA, V. C.G.S.; MOTA, R. M. F.; DUARTE, V. C. O.; ASSUMPÇÃO, Y. O. **Violação dos Direitos humanos e Bullying: a sociabilidade no cotidiano escolar**. In: Reunião anual da SBPC 2017, Belo Horizonte UFMG, 2017.

OLLIVEIRA E SILVA, C. R. **Metodologia e Organização do Projeto de Pesquisa**. Fortaleza: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 2004. Disponível em: <<http://joinville.ifsc.edu.br/~deborapac/Metodologia%20e%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Projeto%20de%20Pesquisa%20CEFET%20CE.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018, 15h e 09min.

PIMENTEL, A. S. O.; BOUDEC, R. M. L.; LEAL, A. B. **Metodologia de ensino sob a ótica da Qualidade Total empregando o ciclo PDCA**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, XXXV, 2007, Curitiba, Anais...Curitiba-PR, 2007.

SABINO, C. V. S.; MARIANI JÚNIOR, R.; SABINO, G. S.; LOBATO, W.; AMARAL, F. C. **O uso do Diagrama de Ishikawa como ferramenta no ensino de ecologia no ensino médio**. Educ. Tecnol., Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 52-57, set-dez/2009.

SHARP, Ann & SPLITTER, Laurence J. **Uma nova educação: a comunidade de investigação na sala de aula**. São Paulo: Nova Alexandria, 1998.

AMBIENTE ESCOLAR REGULAR E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DOCUMENTAL

Amanda Silva de Lima
Gabriel Belo Lyra e Lima

RESUMO: Em meio a uma sociedade constituída por múltiplos sujeitos, onde a diversidade é um dos mais notórios elementos, garantir a igualdade de oportunidades e a valorização das individualidades deve ser objetivo perseguido por todos. Nesse contexto, é essencial evidenciar a importância da escola na formação pessoal e social do indivíduo. O presente artigo apresenta um recorte temático acerca da inclusão de alunos surdos no ambiente escolar regular. A pesquisa iniciou-se a partir de uma investigação teórica sobre o tema; fez-se uso do procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, na qual foram analisadas produções acadêmicas relativas à temática, bem como o que dispõe a legislação vigente. Em um segundo momento, através de uma observação sistemática, foram demonstrados dados embasados em documentos e informações fornecidos por uma instituição federal de ensino no Estado da Paraíba, acerca das estratégias adotadas e as condições de desenvolvimento da educação inclusiva. Em posse de tais informações, foi possível traçar um levantamento bibliográfico documental sobre a temática e as estratégias adotadas pela instituição em questão para a inclusão dos alunos surdos no ambiente

escolar regular. Entre os principais resultados e discussões, apresentou-se uma proposta de intervenção, a partir de um estudo da obra de Lev Vygotsky, na área da psicologia do desenvolvimento cognitivo e da psicologia social. Evidenciou-se ainda, a potencialização das estratégias de conscientização e inclusão na referida comunidade escolar e um número significativo de estudantes surdos que usufruem das práticas inclusivas, viabilizando não só o acesso, mas também, a permanência na rede de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Inclusão. Surdez. Educação.

ENVIRONMENT AND REGULAR NECKLACE
AND INCLUSION OF DEAF STUDENTS:
DOCUMENTARY BIBLIOGRAPHICAL
SURVEY

ABSTRACT: In the midst of a multi-subject society, where diversity is one of the most notorious elements, ensuring equal opportunities and valuing individualities should be pursued by all. In this context, it is essential to highlight the importance of school in the personal and social formation of the individual. This paper presents a thematic cut about the inclusion of deaf students in the regular school environment. The research started from a theoretical investigation on the subject; The methodological procedure

of bibliographic research and documentary research was used, in which academic productions related to the theme were analyzed, as well as the current legislation. Secondly, through a systematic observation, data based on documents and information provided by a federal educational institution in the State of Paraíba were demonstrated about the strategies adopted and the conditions for the development of inclusive education. In possession of such information, it was possible to draw up a documentary bibliographic survey on the theme and the strategies adopted by the institution in question for the inclusion of deaf students in the regular school environment. Among the main results and discussions, an intervention proposal was presented, based on a study of Lev Vygotsky's work, in the area of cognitive developmental psychology and social psychology. It was also evidenced the potentiation of the strategies of awareness and inclusion in the referred school community and a significant number of deaf students who enjoy the inclusive practices, making possible not only the access, but also, the permanence in the education network.

KEYWORDS: Teaching. Inclusion. Deafness. Education.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata da inclusão de alunos surdos no ambiente escolar regular e utiliza como objeto norteador do estudo, levantamento bibliográfico documental, envolvendo dados coletados em trabalhos acadêmicos já realizados, base legislativa acerca da temática e dados fornecidos por uma instituição federal de ensino regular no Estado da Paraíba.

A inclusão de pessoas com deficiência no âmbito educacional é um tema que ainda precisa ser amplamente discutido, a fim de combater as desigualdades e viabilizar o acesso a um direito fundamental: a educação. Educação essa, que muitas vezes segrega alunos com deficiência em instituições especiais.

O ensino exclusivo em escolas especiais inviabiliza o convívio social e escolar desses estudantes e dificulta seu desenvolvimento integral em meio aos diferentes. De acordo com os autores Espote; Serralha; Scorsolini-Comin (2013), frequentar escolas especiais não significa inclusão, pelo contrário, é uma estratégia que reforça ainda mais a exclusão dos alunos surdos.

A inclusão de alunos com deficiência na rede de ensino regular possui respaldo legal, conforme disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que determina em seus artigos 58 e 59 que a educação especial é uma modalidade de educação escolar preferencialmente oferecida na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Nessa perspectiva, Glat e Varela Blanco (2007) prelecionam que a educação inclusiva deve ser entendida como sendo um novo modelo de escola, onde os

mecanismos de seleção e discriminação são substituídos pela identificação com o outro, a fim de rechaçar as barreiras para a aprendizagem.

O interesse por esse estudo surgiu a partir da observação e participação dos pesquisadores na instituição escolar em análise, e da notória necessidade de demonstrar o papel da comunidade escolar para a formação pessoal e social dos sujeitos.

No âmbito educacional, devemos destacar a importância da capacitação dos profissionais responsáveis pela inclusão e pelo diálogo transdisciplinar, fornecendo arcabouço para o desenvolvimento de um ambiente no qual as características de cada sujeito sejam vistas como elementos de valorização das individualidades e criação de um ambiente plural.

Esse trabalho evidencia a inclusão de alunos surdos no ambiente escolar regular, apontando questões essenciais para viabilizar a inclusão da forma mais eficiente possível e o desenvolvimento integral do sujeito no âmbito escolar.

OBJETIVOS

Ante o exposto, o objetivo da pesquisa é evidenciar um levantamento bibliográfico documental que sirva de alicerce teórico inicial para o desenvolvimento dos estudos acerca da inclusão de alunos surdos no âmbito educacional, utilizando como *case* ilustrativo estratégias de conscientização e inclusão desenvolvidas por uma instituição de ensino federal no Estado da Paraíba.

Espera-se, que seja possível contribuir para com a aplicação em outras instituições de ensino das estratégias de inclusão aqui apresentadas e propagar para além do âmbito teórico normativo os dados coletados.

METODOLOGIA

O presente trabalho tem como base, um levantamento bibliográfico documental desenvolvido a partir da análise de produções acadêmicas relativas à temática, estudos da legislação vigente e dados coletados a partir de documentos e informações institucionais fornecidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, *campus* João Pessoa.

A respeito do procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica documental, Gil (2002) preleciona que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, ao passo que, “na pesquisa documental, vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os

objetos da pesquisa”.

Esta pesquisa é resultado do trabalho desenvolvido por membros do Projeto de Pesquisa Diagnóstico Psicossocial e Capacitação de Agentes de Combate a Vulnerabilidades Sociais, sob orientação da Professora Dra. Raquel Martins Fernandes, em parceria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), aprovado pelo Comitê de Ética, com parecer número 2.458.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A escola inclusiva é aquela que identifica as diferenças como uma oportunidade para fortalecer o potencial intrínseco de cada aluno e da comunidade escolar como um todo. De acordo com César (2003), “escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um permitem avançar” (p. 119).

A Constituição Federal de 1988, documento legislativo mais importante do país, preleciona, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e determina a obrigação do Estado de oferecer atendimento educacional especializado. Ao passo que, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 1996, destaca a atuação da tríade família-Estado-sociedade na formação educacional dos alunos com deficiência e dispõe sobre a inclusão na escola regular nos seguintes termos:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (*grifo nosso*).

Um dos regulamentos de maior detalhamento e valor para a inclusão é a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei 13.146/2015), legislação jovem, que entrou em vigor há pouco mais de 2 anos (em 2 de janeiro de 2016). A LBI garante um enfoque especial à educação, trazendo todo um capítulo sobre o tema.

DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES

O Estado da Paraíba possui inúmeras legislações que abordam a educação inclusiva, dentre as quais, destaca-se majoritariamente sua Constituição Estadual, documento que dispõe sobre o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, em seu artigo

207, inciso IX. Destaca-se ainda, a importância da lei estadual nº 8.618/2008, que “cria o Programa de Incentivo ao Atendimento Voluntário para alunos com deficiência no aprendizado escolar”; da lei estadual nº 7.659/2004, que “dispõe sobre a garantia de obtenção de vagas em creches e escolas públicas para pessoas portadoras de deficiência próximas de suas residências”.

No âmbito Municipal, a legislação mais relevante é a lei nº 10.983/2007, que institui o Estatuto Municipal da Pessoa com Deficiência. Essa legislação dispõe sobre a proteção da pessoa com deficiência, o dever do Estado e da sociedade de garantir acesso à educação e a obrigação da Municipalidade de viabilizar estratégias de aproveitamento e desenvolvimento das potencialidades das pessoas com deficiências, trazendo ainda, um capítulo inteiramente dedicado à educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa materializou-se a partir da necessidade de observar e delinear estratégias de inclusão de alunos surdos no ambiente da escola regular.

Para o desenvolvimento desse estudo, foram analisadas produções acadêmicas, jurisprudências e legislações acerca da temática e dados sobre inclusão de alunos surdos dentro de um ambiente escolar regular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba *campus* João Pessoa.

De acordo com Silva (2001), a organização dos saberes e do conhecimento no âmbito escolar é um tema muito discutido através da estruturação do seu currículo, todavia, “com um olhar mais atento, verifica-se que o currículo é uma arena de lutas e conflitos na compreensão do papel da escola em uma sociedade fragmentada do ponto de vista racial, étnico e linguístico”.

A junção de esforços individuais e coletivos a fim de viabilizar a criação de um ambiente escolar inclusivo é essencial para a concretização do objetivo maior da escola: fornecer educação pessoal e social para todos os sujeitos envolvidos.

A DEFESA DOS DIREITOS NO ÂMBITO EDUCACIONAL - JURISPRUDÊNCIAS

Jurisprudência é o termo utilizado para as decisões proferidas pelos tribunais do país, analisando e julgando casos concretos em consonância com a lei em vigor. A análise das jurisprudências se faz relevante, pois, a partir delas identifica-se qual o entendimento majoritário do judiciário brasileiro sobre o tema em debate.

Acerca da inclusão escolar no ensino superior, segue entendimento exemplificativo de uma aluna surda que acionou o Tribunal Regional Federal para ter assegurado o seu direito de acompanhamento por um intérprete de LIBRAS nas atividades acadêmicas:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO ENSINO SUPERIOR. ALUNA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA. PRETENSÃO DA ALUNA DE OBTER APOIO DE INTÉRPRETE EM LÍNGUA DE SINAIS, PARA ACOMPANHÁ-LA DURANTE AS AULAS E DEMAIS ATIVIDADES ACADÊMICAS. POSSIBILIDADE.

1. Consiste em dever constitucional do Estado ofertar a educação escolar às pessoas que requerem cuidados especiais (CF, art. 208, inciso III).

2. A Impetrante é deficiente auditiva, portadora de surdez profunda bilateral congênita, razão pela qual, necessita de um intérprete em LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, a fim de viabilizar a realização de seus estudos no curso superior de Pedagogia.

3. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/ 96), em seu art. 58, § 1º, dispôs que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”.

4. O Ministério de Estado da Educação, considerando “a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior”, editou a Portaria nº 1.679/99, revogada pela Portaria 3.284/03, que incorporou em seu texto a mesma norma no sentido de determinar que, nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de sua autorização e reconhecimento, haverá a inclusão de requisitos de acessibilidade.

5. A mencionada portaria não restringiu o acompanhamento de um intérprete em LIBRAS, quando da realização e revisão de provas, restando, portanto, patente o direito vindicado. 6. Remessa oficial improvida.

(TRF 1ª Região. REOMS 2005.38.00.012888-4/MG. Rel. Desembargadora Federal Selene Maria De Almeida, Quinta Turma, DJ, p.149 de 09/04/2007).

Nesse primeiro julgado, observa-se a materialização do dever do Estado de ofertar educação escolar às pessoas com deficiência em um ambiente inclusivo e adequado às necessidades específicas de cada sujeito. A decisão do referido tribunal encontrou fundamento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que apresenta dispositivos acerca da contratação de profissionais especializados para atender aos alunos com deficiência na escola regular.

Demonstramos ainda, em caráter exemplificativo, a jurisprudência do Tribunal Regional Federal que proferiu entendimento ainda mais amplo quanto a obrigação das instituições de ensino superior estarem adaptadas à realidade da inclusão escolar no ambiente regular de ensino:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEFICIENTES AUDITIVOS. DIREITO À EDUCAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE INTÉRPRETE DE LIBRAS. DEVER DE ADAPTAÇÃO DIRECIONADO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.

A contratação de intérpretes de LIBRAS é dever de adaptação previsto em Lei, direcionado às Instituições de Ensino Superior, que não acarreta ônus desproporcional ou indevido, sendo nitidamente necessário para assegurar o

exercício do direito à educação pelos deficientes auditivos, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

(TRF 4ª Região. Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL, Processo: 0017955- Manual_Cidadania.pmd 166 6/10/2011, 4:38 PM 167 62.2005.404.7100. Data da Decisão: 01/02/2011, UF: RS, Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA).

A breve análise dos entendimentos jurisprudenciais supracitados permite verificarmos a importância da existência e da efetivação das legislações que visam proteger e viabilizar a inclusão dos alunos com deficiência no ambiente escolar regular. Tais disposições jurídicas validam o direito à inclusão e a proteção, sobretudo, da dignidade da pessoa com deficiência.

A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR REGULAR - ATUAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DA PARAÍBA

Com o propósito de ilustrar a temática, foi observado o *case* da atuação de uma instituição de ensino superior no Estado da Paraíba, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, *campus* João Pessoa.

O IFPB destaca-se em meio às demais instituições educacionais de ensino regular do Estado em razão da sua política de inclusão que envolve toda a comunidade escolar.

Um dos principais fatores que auxiliam nesse processo, é a existência de setores e profissionais especializados que atuam no acolhimento de forma individualizada dos estudantes deficientes e na viabilização da inclusão educacional e social.

A Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas – COAPNE, criada no ano de 2016, é um exemplo de elemento institucional que auxilia na inclusão dos alunos. A instituição destaca a notória importância da atuação dos psicopedagogos, técnicos e auxiliares que atuam no setor, como também, a importância dos 09 profissionais terceirizados, da empresa CLAREAR, que atuam como tradutores-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, fornecendo assistência integral para a comunicação dos alunos surdos, alunos ouvintes, professores e demais funcionários. Os tradutores-intérpretes estão disponíveis nos horários de contraturno dos alunos e sua atuação pode ser solicitada em aulas extras, palestras ou em qualquer atividade além da sala de aula.

No ano escolar de 2018, a instituição registrou 6.326 alunos matriculados no *campus* João Pessoa, dos quais, 198 possuem algum tipo de deficiência. Atualmente, apenas esse *campus* possui 17 alunos surdos regularmente matriculados e 09 intérpretes-tradutores de LIBRAS atuando na inclusão diária dos alunos.

O Instituto Federal realiza eventos ao longo do calendário acadêmico

para enfatizar e discutir a inclusão, dentre as principais atividades, destaca-se a Semana da Diversidade e Inclusão, realizada no mês de setembro, mês de maior conscientização e comemoração das conquistas obtidas pela comunidade surda ao longo dos anos. Destacam-se ainda, as comemorações e debates do Dia do Autista, Dia da Pessoa com Síndrome de Down, Dia do Surdo, a recepção dos alunos com vídeos em LIBRAS, assim como a tradução dos materiais institucionais para Braille e LIBRAS.

A instituição oferece ainda, cursos gratuitos de capacitação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – para os colaboradores e membros de toda a comunidade escolar.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Do ponto de vista de uma proposta de intervenção, apresentam-se os estudos da psicologia social, que permitem pensar propostas pedagógicas que coadunam com a preservação dos Direitos Humanos e a Inclusão.

Se falarmos em construção do conhecimento sem tratar os alunos como sujeitos nesta construção, estaremos apenas criticando modelos tradicionais, impedindo desta maneira que os alunos participem da construção do mesmo (conhecimento).

Marta Kohl (LA TAILLE *et al.*, 1992), explicita dois pontos cruciais sobre a teoria *vygotskiana*: - todos possuem ao nascer uma estrutura básica estabelecida ao longo da história da espécie humana; - a estrutura dos processos mentais e as relações entre os vários sistemas funcionais transformam-se ao longo do desenvolvimento individual.

“A cultura torna-se parte da natureza humana num processo histórico que, ao longo do desenvolvimento da espécie e do indivíduo, molda o funcionamento psicológico do homem.” (LA TAILLE *et al.*, 1992, p. 23). A cultura faz o papel mediador na construção humana de significados, ou seja, o grupo cultural fornece ao indivíduo formas de perceber o real, organizá-lo, formar sua lógica. A mediação pressupõe um elemento intermediário em uma relação e é uma ideia central na obra de Vygostky. “Enquanto sujeito de conhecimento o homem não tem acesso direto aos objetos, mas um acesso mediado, isto é, feito através dos recortes do real operados pelos sistemas simbólicos de que dispõe.” (*Ibid.*, p 26). Assim, este conceito acaba por pressupor: de um lado a capacidade humana de operar mentalmente sobre o mundo e de outro a origem social dos sistemas simbólicos. É a linguagem o sistema simbólico básico dos grupos humanos. Por fim, o processo de formação de conceitos característico da representação mental pressupõe a interação dos sujeitos, uma construção de conhecimento mediada pela linguagem.

Esta concepção do desenvolvimento humano pressupõe que: “a compreensão

do desenvolvimento psicológico não pode ser buscada em propriedades naturais do sistema nervoso. Vygostky rejeitou, portanto, a ideia de funções mentais fixas e imutáveis, trabalhando com a noção do cérebro como um sistema aberto, de grande plasticidade, cuja estrutura e modos de funcionamento são moldados ao longo da história da espécie e do desenvolvimento individual”. (*Ibid.*, p. 24)

A formação de conceitos se dá através de uma construção onde os indivíduos internalizam os conceitos. Línguas e outros aspectos sociais diferenciados resultam numa história conceitual diferente entre os indivíduos. A formação de conceitos cotidianos envolve a experiência do estudante e vai se desenvolvendo de forma ascendente, enquanto o conceito científico dificilmente encontra-se relacionado diretamente com a experiência da mesma, carecendo de mediação.

Vygostky delinea o percurso genético do desenvolvimento do pensamento conceitual iniciado por conjuntos sincréticos, subjetivos e com nexos vagos, passando por duas outras fases: pensamento por complexos, que envolve o agrupamento concreto de objetos e a abstração de características isoladas da totalidade da experiência concreta. Essas duas fases não são lineares e dependentes, possuem raízes genéticas independentes, ou seja, a fase da abstração pode começar sem que a de pensamentos por complexos se complete; essas duas linhas de desenvolvimento tendem a se unir dando início a um processo qualitativamente diferente (internalização das funções psicológicas superiores).

O indivíduo tem potencialidades conquistadas pela evolução da espécie:

A ligação dessa estrutura biologicamente dada com o papel essencial atribuído aos processos históricos na constituição do ser humano se dá por uma característica universal da espécie: a plasticidade do cérebro como órgão material da atividade mental. O cérebro é um sistema aberto que pode servir a diferentes funções (que podem ser específicas de um momento e de um lugar cultural), sem que sejam necessárias transformações morfológicas no órgão físico (LA TAILLE *et al.*, 1992, p. 104).

Marta Rohl aponta em que medida a teoria *vygotskiana* conserva a autonomia do sujeito colocando três pontos fundamentais: - a cultura não é um dado estático, os indivíduos recriam e reinterpretam informações; - ‘histórico’, para Vygostky, não se refere só ao macroscópico, mas também à trajetória das experiências dos indivíduos; - sobre as funções psicológicas superiores, Vygostky fala de ‘processos voluntários’, ‘ações conscientemente controladas’ e ‘mecanismos intencionais’ dos sujeitos.

Por fim: “cada indivíduo é absolutamente único e, por meio de seus processos psicológicos mais sofisticados (que envolvem consciência, vontade e intenção), constrói seus significados e recria sua própria cultura” (*Ibid.*, p. 106).

Em seu livro: *A Formação Social da Mente*, Vygostky questiona sobre a relação geral entre desenvolvimento e aprendizado e os aspectos desta relação quando se inicia a etapa escolar. É preciso reconhecer, segundo Vygostky, que o

aprendizado do estudante inicia-se antes da escola, na qual ele chega com uma história prévia e ao ingressar na mesma o estudante é tomado por fatores novos para seu desenvolvimento.

“Só recentemente, entretanto, tem-se atentado para o fato de que não podemos limitar-nos meramente à determinação de níveis de desenvolvimento, se o que queremos é ‘descobrir’ as relações reais entre o processo de desenvolvimento e a capacidade de aprendizado.” (*Ibid.*, p. 95). É preciso observar o contexto para saber o grau de desenvolvimento de um aluno.

O diferencial da teoria de Vygotsky seria o deslocamento do eixo de enfoque, questionando até a forma de proceder em sala de aula; para isso ele conceitua dois níveis de desenvolvimento diferentes:

a) Nível de Desenvolvimento Real – “nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados” (VYGOTSKY, 1989, p. 95) Normalmente é indicado através de pesquisas individuais, o que é feito em cooperação (ajuda do professor ou colegas) ou é imitado não é considerado como capacidade ‘da’ criança.

b) A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de ‘brotos’ ou ‘flores’ do desenvolvimento, ao invés de ‘frutos’ do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente (*Ibid.*, p. 97).

O autor sugere que a educação não se ocupe somente com o que já está desenvolvido, dependendo do estímulo que é dado ao estudante, ele pode apresentar outros resultados. Dizer qual é o estágio de desenvolvimento do estudante envolve entender a relação entre os dois níveis citados. Envolve um educador que ensina e pesquisa. Permite pensar um processo que esvazia a dicotomia teoria e prática:

A zona de desenvolvimento proximal pode, portanto, tornar-se um conceito poderoso nas pesquisas do desenvolvimento, conceito este que pode aumentar de forma acentuada a eficiência e a utilidade da aplicação de métodos diagnósticos do desenvolvimento mental a problemas educacionais (*Ibid.*, p. 98).

Finalmente: “o ‘bom aprendizado’ é somente aquele que se adianta ao desenvolvimento” (VYGOTSKY, 1989, p. 101). Esta é a nova relação entre desenvolvimento e aprendizado proposta por Vygotsky. Ambos não são coincidentes. O aprendizado não segue simplesmente o crescimento mental, ele o estimula, torna-se parte necessária e universal do desenvolvimento global do estudante ao criar a zona de desenvolvimento proximal, despertando ‘processos internos de desenvolvimento’ o que só é possível através da interação e cooperação no ambiente escolar, o que rompe com a perspectiva individualista de construção do conhecimento, entendendo-a como sócio-histórica.

Um segundo aspecto essencial de nossa hipótese é a noção de que, embora o aprendizado esteja diretamente relacionado ao curso do desenvolvimento da criança, os dois nunca são realizados em igual medida ou em paralelo. O desenvolvimento nas crianças nunca acompanha o aprendizado escolar da mesma maneira como uma sombra acompanha o objeto que o projeta. Na realidade, existem relações dinâmicas altamente complexas entre os processos de desenvolvimento e de aprendizado, as quais não podem ser englobadas por uma formulação hipotética imutável (*Ibid.*, p 102).

Ao apropriar-se das teorias de Vygotsky para a educação inclusiva pode-se inferir algumas atividades e ações que auxiliariam o estudante a desenvolver funções na zona de desenvolvimento proximal; mesmo que estas ações, segundo esta teoria, não teriam uma concepção estática, mas dependem do contexto. O treinamento da equipe multiprofissional, dos intérpretes e possíveis monitores das próprias turmas, pode ser um elemento pedagógico a ser incorporado nas propostas, visando o desenvolvimento do estudante surdo; considerando como o autor aborda os aspectos culturais que a linguagem do surdo evoca, em suas significações, que se constituem de um universo próprio, com o qual o desafio da inclusão, não é apenas uma interpretação, mas uma incursão mútua, do estudante surdo no universo dos outros alunos e vice-e-versa.

CONCLUSÕES

A luta por uma educação inclusiva é um exercício constante de validação e respeito às subjetividades de cada indivíduo.

Garantir uma sociedade mais justa e a inclusão social é dever de todos, possuindo respaldo e previsão na legislação hodierna brasileira. Ao analisarmos essa discussão no âmbito educacional, fica evidente a sua importância, haja vista que a inclusão nas instituições de ensino regular viabiliza não só o acesso, mas, também, a permanência escolar dos alunos com deficiência e o desenvolvimento de toda a sua trajetória educacional, de sua formação pessoal e profissional.

Salientamos ainda, que a presente pesquisa será continuada, a partir do desenvolvimento de uma pesquisa de campo acerca da temática, viabilizando a apreensão e análise de outros dados significativos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 10 abril 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Bases da Educação – LDB**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 10 abril 2018.

CÉSAR, M. (2003). A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos. In David Rodrigues (org.), **Perspectivas sobre a inclusão**. Da educação à sociedade. Porto: Porto Editor. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712013000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 01 março 2018.

ESPOTE, Roberta; SERRALHA, Conceição Aparecida; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. **Inclusão de surdos**: revisão integrativa da literatura científica. Psico-USF, Itatiba, v. 18, n. 1, p. 77-88, Abril. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R.; VARELA BLANCO, L. de M. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana. **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 15-35.

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Lei Estadual nº 8.618/2008**. Cria o Programa de Incentivo ao Atendimento Voluntário para alunos com deficiência no aprendizado escolar. Disponível em: <http://arquivos.mppb.mp.br/relatorios/manual_cidadania.pdf>. Acesso em: 18 de abril 2018.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. **Lei Estadual nº 7.659/2004**. Dispõe sobre a garantia de obtenção de vagas em creches e escolas públicas para pessoas portadoras de deficiência próximas de suas residências e dá outras providências. Disponível em: <http://arquivos.mppb.mp.br/relatorios/manual_cidadania.pdf>. Acesso em: 18 de abril 2018.

PARAÍBA. Câmara Municipal de João Pessoa. **Lei Municipal nº 10.983/2007**. Institui o Estatuto Municipal da Pessoa com Deficiência e do Portador de Necessidades Especiais. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2007/1098/10983/lei-ordinaria-n-10983-2007-institui-o-estatuto-municipal-da-pessoa-com-deficiencia-e-do-portatador-de-necessidades-especiais>>. Acesso em 18 de abril 2018.

PARAÍBA. Constituição (1989). **Constituição do Estado da Paraíba**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70448/CE_PB_EC_18.pdf?sequence=1>. Acesso em 18 de abril 2018.

SILVA, M. P. M. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

TRF 1ª Região. **REOMS 2005.38.00.012888-4/MG**. Rel. Desembargadora Federal Selene Maria De Almeida, Quinta Turma, DJ p.149 de 09/04/2007. Disponível em: <<https://tjro.jus.br/novodiario/2009/20090921514-NR175.pdf>>. Acesso em: 18 de abril 2018.

TRF 4ª Região. Classe: **AC - APELAÇÃO CIVEL**, Processo: 0017955- 166 6/10/2011, 4:38 PM 167 62.2005.404.7100. Data da Decisão: 01/02/2011, UF: RS, Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA. Disponível em: <<https://trf-4.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/188943478/apelacao-civel-ac-50837813220144047100-rs-5083781-3220144047100>>. Acesso em: 18 de abril 2018.

VYGOSTKY, L. S. A. **Formação Social da Mente** – o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Trad.: José Cipolla Neto, Luís S. M. Barreto e Solange C. Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONVIVÊNCIA GLOBAL E VIOLÊNCIA ESCOLAR

Raquel Martins Fernandes
Felicíssimo Bolívar da Fonseca
Cleide Ester de Oliveira
Yuri Ogaya de Assumpção

RESUMO: O presente estudo, em andamento desde agosto de 2016, e que se encerrará em agosto de 2018, sobre a “Violação dos Direitos Humanos e Bullying no contexto escolar”: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos, é aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 60165016.0.0000.5165), têm como sujeitos estudantes do ensino médio em duas escolas estaduais e uma escola particular em Cuiabá, e quatro campi do IFMT, os de Cuiabá e de outras regiões de Mato Grosso. Especificamente, o interesse direciona-se para a observação das relações humanas e sociais no limiar deste século, em que, mesmo diante dos avanços em relação aos Direitos Humanos, paradoxalmente, no meio escolar, são recorrentes a violação dos Direitos Humanos e os casos de Bullying. E terá como eixo metodológico a pesquisa qualitativa – descritiva e interpretativa, balizada por questionários com perguntas fechadas e abertas. Os dados serão tratados sob o olhar da Análise de Discurso Crítica e análise descritiva. A escolha da Análise de Discurso Crítica, como método para análise de dados está na importância que

essa abordagem teórico-metodológica atribui ao papel social da linguagem. Dentre as metas a serem alcançadas, temos: diagnóstico da situação de violação dos Direitos Humanos no universo pesquisado, traçando indicadores da violência escolar envolvendo adolescentes e a descrição de processos instituintes de combate e prevenção à violência escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Bullying. Ensino. Estudantes. Violência. Direitos Humanos.

CONTEMPORARY SOCIETY: GLOBAL LIVING AND SCHOOL VIOLENCE

ABSTRACT: The present study, which has been ongoing since August 2016, and will end in August 2018, on “Violation of Human Rights and Bullying in the School Context”: diagnosis and intervention proposal based on student empowerment, is approved. by the Research Ethics Committee (CAAE: 60165016.0.0000.5165), are subjected to high school students in two state schools and one private school in Cuiabá, and four IFMT campuses, Cuiabá and other regions of Mato Grosso. Specifically, the interest is directed to the observation of human and social relations on the threshold of this century, where, even in the face of advances in relation to Human Rights, paradoxically, in the school environment, the violation of Human Rights and the cases of

Bullying. And will have as methodological axis the qualitative research - descriptive and interpretative, guided by questionnaires with closed and open questions. The data will be treated under the eyes of Critical Discourse Analysis and descriptive analysis. The choice of Critical Discourse Analysis as a method for data analysis is in the importance that this theoretical-methodological approach attaches to the social role of language. Among the goals to be achieved, we have: diagnosis of the situation of violation of Human Rights in the researched universe, tracing indicators of school violence involving adolescents and the description of instituting processes to combat and prevent school violence.

KEYWORDS: Bullying. Teaching. Students. Violence. Human rights.

INTRODUÇÃO

O artigo traz como resultado as considerações, que são frutos do resultado de debates e intervenções críticas realizadas no percurso dos pesquisadores do Grupo de Pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT).

Atualmente, o Grupo, desenvolve a pesquisa - “Violação dos Direitos Humanos e *Bullying* no contexto escolar”: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos, já aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 60165016.0.0000.5165), iniciada em agosto de 2016; os sujeitos pesquisados são alunos do ensino médio em duas escolas estaduais e uma escola particular em Cuiabá, e quatro campi do IFMT, em Cuiabá e outras regiões de Mato Grosso.

No que se refere especificamente a este artigo, o interesse direciona-se para a observação das relações humanas e sociais do presente século, interpretando o cenário em que, mesmo diante de tantos avanços em relação aos Direitos Humanos, ainda encontra, no meio escolar, a persistência na violação dos Direitos Humanos e os casos de *Bullying*.

Utilizou-se pesquisa documental bibliográfica numa pesquisa qualitativa que visa compreender a sociedade atual à luz de alguns pensadores e observar os primeiros resultados da pesquisa de campo citada acima.

SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: RELAÇÕES EPISTÊMICAS E SOCIAIS

Alguns autores se posicionam, e diagnosticam, os motivos da atual discrepância entre *epistêmê* e *phrónesis*; ou seja, entre os fundamentos do uso competente da razão para ciência e para a ação; ou ainda a distância entre a teorização e a deliberação. Durante anos, ocorreu à valorização exacerbada do uso da razão instrumental. No entanto, a vida social, os valores precisam ser pensados para

além da cientificidade. Observar a sociedade atual é observar a complexificação, a globalização, a necessidade de personalização e a flexibilização.

Os autores mais otimistas acreditam que estes elementos aliados à tecnologia permitirão uma sociedade mais justa; outros advogam a permanência e aumento da alienação. Como Edgar Morin (2002), que preconiza a religação dos saberes, e a adoção de uma epistemologia construtivista. Para Baudrillard (1991), o mundo é dominado pelas novas mídias que afastam o homem do passado e criam um mundo caótico e vazio. Para Jürgen Habermas (1989) pode-se utilizar a mídia como ferramenta de criação de uma esfera pública para um agir comunicativo. Já Gilles Lipovetsky (2005) designou a atualidade como hipermodernidade, caracterizada pelo hiperconsumo.

A Sociedade de Risco, definida por Ulrich Beck (1999), possui aspectos negativos (riscos) que superam os positivos, tais como desemprego estrutural e a desigualdade social. Conforme, Manuel Castells (2000), que caracteriza a sociedade atual como estruturada em rede, revestida de uma nova estrutura social em rede, e nova ordem econômica internacional, e uma nova cultura (virtualidade real). De acordo com Antony Giddens (1991), a nossa sociedade constitui-se em um mundo em fuga, com alta modernidade e propõe a terceira via. Alain de Botton (2003), mostra o paradoxo dos ideais de igualdade democrática que contribuem, ao contrário, para a desigualdade.

A racionalidade contemporânea sustentada pela visão cartesiano-newtoniana, mecanicista, linear é desafiada pelas mudanças da contemporaneidade. Os sentidos humanos, que durante muito tempo foram avalistas da razão em suas inferências, vêm sofrendo dilatação em sua capacidade, deixando o homem (ser humano) diante de realidades outrora relegadas ao plano da ficção. D'Ambrósio, acrescenta:

Por meio dos sentidos – que ainda são minimamente conhecidos e controlados pelo homem – os artefatos informam só aqueles que os produzem. Nossos sentidos são capazes de reconhecer o que pode ser explicado como materializações. As vibrações, a luz, o som e ondas ou partículas não sensíveis, são capazes de produzir sensações sensíveis. As altas frequências, contudo, não são captadas pelos sentidos humanos, mas sim pelos outros animais (D'AMBRÓSIO, 1997, p. 166).

O homem depende das possibilidades de todas as suas dimensões, conforme afirmado acima, ele não é e não convém que seja refém de uma só. Pode até, desenvolver uma delas, mas o conjunto da obra humana mantém o seu *complexus*. E todas estas mudanças refletem na educação e nas relações sociais estabelecidas.

Em seu livro *Aprendizagem Transformadora – uma visão educacional para o século XXI*, O'Sullivan (2004), mostra a perspectiva de uma educação que evoca três elementos básicos: sobreviver, criticar e criar. Segundo o autor, vivemos na transição da era cenozoico terminal para o período ecozóico, onde o homem determinaria a

sobrevivência ou não do planeta; em que a educação deveria caminhar para uma consciência planetária, ou seja, envolveria uma educação integral, para a qualidade de vida, em uma visão ecozótica transformadora.

O autor admite, inclusive, que para isso haveria uma educação do espírito humano, a partir da diversidade e da percepção da “profunda dimensão da subjetividade no contexto da interioridade, da autopoiesis, da paisagem interior” (O’SULLIVAN, 2004, p. 377). Ele admite que há uma identificação entre uma ‘dimensão profunda da espiritualidade’ com o ‘princípio da subjetividade’. Que nos remete novamente a uma compreensão mais ampla de racionalidade, em suas diversas dimensões.

A meu ver, qualquer discussão em profundidade da “educação transformadora” deve tratar do tema da espiritualidade, e os educadores devem assumir o trabalho de desenvolvimento do espírito em nível mais fundamental. A educação contemporânea sofre profundamente com o eclipse da dimensão espiritual de nosso mundo e universo. Em nosso tempo, a espiritualidade foi seriamente comprometida por sua identificação com as religiões institucionalizadas. (...). Assumo, aqui, a postura de que a “globalização” está se tornando uma religião, não uma religião que cultiva o espírito humano; na verdade, perverte o espírito humano com sua ênfase chocante nos bens materiais. O que está acontecendo em nosso tempo sob a capa da “globalização” é nada menos que o assassinato da alma (O’SULLIVAN, 2004, p. 376).

O referido autor também discute o processo de virtualização e como este faz o homem criar um mundo a partir da riqueza do mundo natural; mas este mundo criado pode ainda apenas reproduzir os sistemas de poder que observamos no natural/cultural. Neste ponto, o autor mostra que o virtual pode expandir a racionalidade a um convite para o espiritual, mas é apenas uma expansão da mente; a vivência do espiritual permitiria uma experiência mais ampla do corporal até um sentido mais amplo da vida (*idem ibid.*, p. 403). Ann Sharp e Splitter nos explicam o desenvolvimento da pessoa da seguinte forma:

Desenvolvimento pessoal – com o que queremos dizer, literalmente, o desenvolvimento das pessoas – depende do relacionamento emergente entre como vemos e valorizamos a nós mesmos e como vemos e valorizamos os outros como pessoas. Quando se trata de desenvolvimento ético – ou seja, o desenvolvimento de características da personalidade que possibilitam formar bons julgamentos sobre como agir e como viver -, as relações recíprocas, que ligam nossos pensamentos, sentimentos e ações dirigidos a outros, são fundamentais (SHARP & SPLITTER, 1999, pp. 212-13).

Em concepções filosóficas e pedagógicas contemporâneas têm-se que o indivíduo é visto como uma pessoa, singular, e o que mais interessa é que na relação com o outro ele se desenvolva, formando bons julgamentos para a vida. A autora segue em seu capítulo elencando perguntas filosóficas que levam a uma reflexão sobre si mesmo e o outro. Nesta mesma linha de pensamento encontramos também, Richard Rorty, filósofo norte-americano, que escreve sobre educação a partir da concepção de metáfora de Davidson. Rorty também contribui para se repensar as

relações pedagógicas do ponto de vista das relações interpessoais:

O ponto de destaque é a percepção de Rorty de que o processo de ensino-aprendizagem, ou, como o senso comum quer, a aula, só se realiza, efetivamente, se acontece um jogo erótico entre dois elementos imprescindíveis: o professor e o estudante ... num 'cortejamento que vai e volta'... "A única importância de se ter professores reais vivos, em vez de terminais de computadores, videoteipes e notas de lições mimeografadas, é que os estudantes necessitam ter seus olhos comprometidos livremente, antes de qualquer coisa, por meio de seres humanos" (RORTY, apud GUIRALDELLI, 2002, pp. 69, 70, 68).

O olhar humano, o calor humano, eis o que a sala de aula necessita, segundo esses autores, uma comunidade, um relacionamento, que aqui nos reporta não apenas para professor e aluno, mas também entre os educandos e entre os educadores. Este comprometimento pode ter todas às nuances do jogo erótico: paixão, sedução, amizade, rompimento, ciúme, respeito (*idem ibid.*, p. 69); levando o fazer pedagógico para além dos limites da sala de aula, quando o conhecimento passa a fazer sentido e os momentos de amor são lembrados ou esquecidos. É esse relacionamento que marca, pois é ele que nos faz lembrar que somos seres humanos e que precisamos de um modo relacional, não só em sala de aula como também em outros meios.

O universo virtual é um contexto do cotidiano que leva a reflexões sociológicas fundantes.

Para Dornelles (*apud* FIGUEIRA, 2007), as diferentes formas de sociabilidade tendem a conviver – e não predominar uma sobre a outra.

Dependendo da articulação das variáveis tempo e espaço, temos três formas diferentes de relações sociais. Quando as pessoas compartilham o mesmo tempo e espaço em um encontro face a face, ao exemplo de uma sociabilidade de bairro, temos uma primeira forma de sociabilidade. Em uma comunicação via chat de internet, temos a segunda forma de sociabilidade, em que as pessoas compartilham o mesmo tempo de interação, mas não o mesmo espaço físico, substituindo-o por um espaço virtual que o simula em plataformas virtuais ao estilo do Orkut. E ainda ocorre a terceira forma de sociabilidade, em que as pessoas podem se relacionar sem estar sincronicamente no mesmo tempo e espaço (FIGUEIRA, 2007, p. 04).

As nuances da relação entre as categorias: relação, espaço e tempo, não são novidades advindas com a internet. Mesmo com cartas e telefone, as relações se davam como o autor salienta. Hoje, porém, a intensidade desta relação é maior, mostrando que possivelmente no futuro haverá 'modalidades de interação social, antes, impensáveis'. Nestas novas configurações se a compartilha estará presente, é uma questão que pode estar localizada em qualquer configuração de tempo e espaço, até nas mais comuns; se temos compartilha ou não, esta é uma questão genuinamente humana. Contudo, segundo o sociólogo, a resposta não é unânime na opinião pública, uns consideram que há perdas, já para outros, os ganhos compensam as perdas. Esta relatividade das perdas e ganhos nas relações nos faz pensar o que seja a compartilha, o que seja compartilhar, estar com.

Talita Cícero (2007), na revista *Filosofia*, em seu artigo “Não me deixe só”, fala da importância da amizade e da impossibilidade do homem viver só. A autora fala de Aristóteles e do ‘egoísmo positivo’ de querer ser melhor sempre, para servir, que seria a amizade verdadeira; onde a pessoa volta sobre si mesma para que possa auxiliar o outro. Ao citar Rousseau, a autora também mostra como as relações intrapessoais do amor a si próprio permitem a amizade. Lopes (2006), defendendo a compaixão como uma recíproca de inversão: “O significado de Compaixão vai se delineando como de deslocamento de si mesmo para entrar no universo do outro visando o cuidado e a solidariedade” (p. 59). Para a autora a recíproca permeia as questões do ser humano, tratadas por Heidegger, como ser do cuidado.

METODOLOGIA

Para a metodologia foi utilizada a pesquisa qualitativa, que busca compreender os fenômenos a partir da subjetividade. E utilizou-se como método de coleta de dados, o questionário eletrônico contendo 19 perguntas semiestruturadas, fechadas e abertas, respondidas anonimamente no início do primeiro semestre de 2017/1.

A forma como foi feita a coleta de dados justifica-se pela necessidade de observar as pessoas em seu próprio contexto interacional, ou seja, “ambiente em que a interação ocorre naturalmente”. Isso, com o interesse de compreender a maneira como elas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para si e como pensam sobre suas ações e as dos outros. Para Bauer & Allum (2003, p.18), “uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige muitos métodos e dados”.

Os métodos usados na pesquisa qualitativa, segundo Bauer & Gaskell (2003), incluem observação, entrevistas individuais e grupais, entrevista narrativa, entrevista episódica, vídeo, filmes, fotografias, bemetologia (meteorologia), registro de sons, questionário, análise de textos ou documentos e análise de discurso ou comportamento gravado com o uso de áudio e de vídeo. Para os autores, há vários enfoques analíticos para texto, imagem e som, tais como, Análise de conteúdo, Análise argumentativa, Análise de discurso, Análise da conversação e da fala, Análise retórica, Análise semiótica de imagens paradas, Análise de imagens em movimento, Análise de ruído e música, Análise com auxílio de computador e análise estatística de texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abarcam-se aqui os dados de três escolas; uma escola particular de ensino médio, localizada no município de Cuiabá/MT e dois campi do IFMT, localizados em

Cuiabá e em Pontes e Lacerda/MT.

Na escola particular, foram aplicados 70 questionários em 2016, sendo 18 nas turmas de primeiro ano, 26 nas turmas de segundo ano e 26 nas turmas de terceiro ano. A faixa etária dos participantes varia entre 14 a 18 anos. A partir das respostas ao questionário, ressalta-se que todos já sofreram algum tipo de constrangimento, no entanto, de um modo geral os casos *Bullying*, se entendido como violência frequente, não são numerosos quando observamos o número de ocorrências do tipo muitas/algumas vezes.

Na pergunta: O que é *Bullying*? Os alunos demonstraram ter conhecimento do objeto: -“É um tipo de violência verbal e não verbal por uma pessoa que é diferente”; - “*Bullying* significa “valentão. *Bullying* é o processo de violência físico, moral, verbal e social”; - “Deixar o próximo em uma situação de desconforto seja ela qual for”; - “Exclusão, preconceito, humilhação. Tudo no contexto escolar”; - “*Bullying* pra mim é quando o maior e geralmente mais forte insulta o menor pela cor, orientação sexual”; - “Quando uma pessoa ou grupo quer ser melhor que outro”; - “Maltratar, insultar alguém, rir, fazer piadas e fazer a gente se sentir mal”.

No IFMT foram aplicados 83 questionários, em 2017, aos estudantes dos Cursos Técnico em Informática e Controle Ambiental Integrado ao Ensino Médio. Os alunos têm entre 14 a 18 anos, sendo que 41% cursam o 1º ano do curso e 59% o 3º ano. Sendo, 42,2% feminino e 57,8% masculino e 94% se declararam heterossexuais. Desses 94%, um se declarou pansexual e quatro não responderam. 37,3 % afirmam ter sofrido ou presenciado situações de *Bullying*, pelos seguintes motivos: racial, religioso, por ter algum tipo deficiência, pelo cabelo que tem, pela voz, por ter espinha, por ter tido filho cedo.

Desses estudantes, 66 fizeram sugestões para acabar com o *Bullying*. No entanto, sete (10,6%) não fizeram sugestões e nas falas reproduzem o *Bullying*, onde se mostraram propensos a praticar atos de violências; sendo os sete do sexo masculino, das idades entre 15 a 17 anos, e desses sete, três nunca sofreram *Bullying*, dois já sofreram e dois não responderam.

Em uma análise das práticas discursivas de ocorrência de *bullying* em contexto escolar realizada por pesquisadores participantes do grupo de pesquisa, a partir proposta da análise do discurso delineada por Gregolin (2004^a) com base nos escritos de Michel Foucault, percebeu-se uma relação de poder/saber que se materializa nas práticas discursivas dos estudantes que praticam o *bullying* como discursos de verdade sobre padrões pré-estabelecidos.

Os que humilham os seus pares assumem a posição de sujeitos “normais” enquanto as vítimas, que estão no lugar do humilhado, são os “anormais”, ou seja, muito magros, muitos gordos, pele escura, defeitos físicos, sexualidade, odores, baixo poder aquisitivo. Sendo assim, pode-se dizer que o discurso sobre o *bullying*

se inscreve em uma formação discursiva que produz um efeito de sentido em que se reconhecem as diferenças e a exclusão e, de certa forma, naturaliza os atos de humilhação. Conforme explica Foucault (1976/2011), os discursos que a sustentam essa ideia operam de uma forma estratégica com mecanismos de controle e de normatização.

De acordo com Pierre Ansart (2005, p. 15), a humilhação é “uma situação particular na qual se opõem, em uma relação desigual, um ator (individual ou coletivo) que exerce uma influência, e, do outro lado, um agente que sofre esta influência.”. Neste sentido, a situação humilhante é racional, e comporta uma agressão na qual um sujeito (individual ou coletivo) fere ou ultraja uma vítima, sem que haja reciprocidade. Para esse autor, a humilhação ocorre de forma provisória, pode ser reparada por uma resposta à altura da agressão recebida; ou de forma não reparada, que é essencialmente desigual, frequentemente durável, na qual, o domínio é exercido em proveito do agressor em detrimento da vítima.

No segundo tipo, a vítima é exposta a uma situação contrária às suas expectativas ou aos seus desejos, uma situação que para ela não tem sentido.

Segundo Ansart (2005), a humilhação não pode ser tratada sob a ótica das paixões individuais, mas na perspectiva das relações de poder que envolvem grupos em situações de dependência. A partir das colocações de Ansart é possível entender a humilhação como um discurso que envolve relações de poder e que se produz a partir da violência, seja física ou psicológica.

Os estudantes, no geral, têm consciência do que vem a ser uma violação de direitos, das relações sociais de poder; das consequências nocivas de segregação dos grupos à autoestima e às relações psicossociais. Eles apresentam saídas e sugestões, mostrando a necessidade de favorecer e construir um ambiente democrático.

CONCLUSÕES

Quando se trata das diferenças, há a necessidade de ser; em meio a máquinas, a necessidade de conviver; em um contexto de globalização a necessidade de sobreviver; nas palavras de Castells (2000), em seu livro *Sociedade em Rede*, percebe-se um lema para o século XXI, a possibilidade de uma visão equilibrada para o prosseguimento de nossos dias globais:

O projeto inspirado neste livro nada contra as correntes de destruição e contesta várias formas de niilismo intelectual, ceticismo social e descrença política. Acredito na racionalidade e na possibilidade de recorrer à razão sem idolatrar a deusa. Acredito nas oportunidades de ação social significativa e de política transformadora, sem necessariamente derivar para as corredeiras fatais de utopias absolutas. Acredito no poder libertador da identidade sem aceitar a necessidade de sua individualização ou de sua captura pelo fundamentalismo (CASTELLS, 2000, p. 24).

Esta visão favoreceria ambientes democráticos, e novas formas de comunicação, que permitam as diferenças serem respeitadas e as formas de violência física ou simbólica, prevenidas, inibidas e reduzidas. Sendo assim, todos agentes do processo de formação humana, no ambiente escolar estariam imbuídos e comprometidos com o combate ao *Bullying*, incluindo, é claro, os próprios alunos, como protagonistas sociais de uma geração mais humana, e não apenas tecnológica e racionalista.

REFERÊNCIAS

ANSART, P. **As humilhações políticas**. In: MARSON, Isabel & NAXARA, Márcia. Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia, EDUFU, 2005.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Antropos, 1991.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização? Equívocos do Globalismo**: Respostas à Globalização. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

BOTTON, Alain de. **A arte de viajar**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Trad.: Roneide Venancio Majer. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COLL et alli. **Os conteúdos da reforma**: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Trad.: Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Palas Athena, 1997.

FIGUEIRA, Maria. **Second Life**: febre na rede. In: REVISTA SOCIOLOGIA especial. São Paulo: Editora Escala, ANO I, nº 9, 2007.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. São Paulo, SP: Graal, 2011. (Original publicado em 1976).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GREGOLIN, M. R V. **Michel Foucault**: O discurso nas tramas da história. In C. A. Fernandes & J. B. C. Santos (Orgs.), *Análise do discurso: Unidade e dispersão* (pp.19-42). Uberlândia, MG: Entremeios, 2004.

GUIRALDELLI JR., Paulo. **Didática e teorias educacionais**. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2002.

HABERMAS. **Consciência Moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1989.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Era do Vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri/SP: Manole, 2005.

LOPES, Maria dos Milagres da Cruz. **A Recíproca de Inversão**: A compaixão na Clínica Filosófica. In: Revista Internacional de Filosofia Clínica. Porto Alegre/RS: Instituto Packter, n ° 3, janeiro-junho 2006, pp.51-68.

MORIN, Edgar. **A ciência com consciência**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 200. 2

O'SULLIVAN, Edmund. **Aprendizagem Transformadora** – uma visão educacional para o século XXI. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

ZABALA, Antoni. **Enfoque Globalizador e Pensamento Complexo**. Artes Médicas, 2002.

VIOLÊNCIA ESCOLAR, BULLYING E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO COTIDIANO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFMT CAMPUS CUIABÁ BELA VISTA

Vanessa Costa Gonçalves Silva

RESUMO: O presente trabalho é um recorte da dissertação com o mesmo tema, que visa compreender situações de possíveis processos de violência escolar através do bullying, como a violação de direitos humanos no cotidiano escolar, que envolvem estudantes adolescentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Cuiabá Bela Vista (IFMT Campus Cuiabá Bela Vista). A pesquisa é qualitativa, com base na pesquisa social, que visa à melhoria do cotidiano escolar praticado. Foi usado como aporte teórico Certeau (2004), com a arte de fazer o cotidiano. Abramovay (2002; 2003), para debater a violência escolar e Fante (2005), para fundamentar questões do bullying. Como resultado preliminar evidenciou-se que a Educação em Direitos Humanos é uma estratégia real de enfrentamento a prática do bullying, da violência e da violação de direitos. No Campus pesquisado evidenciou-se a prática de bullying motivado por questões de gênero, características físicas e questões sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Bullying. Cotidiano escolar.

SCHOOL VIOLENCE, BULLYING AND HUMAN RIGHTS INFRINGEMENT IN TECHNICAL COURSE SCHEDULE INTEGRATED WITH IFMT CAMPUS CUIABÁ BELA VISTA HIGH SCHOOL

ABSTRACT: This paper is a clipping of the dissertation with the same theme, which aims to understand situations of possible processes of school violence through bullying, such as the violation of human rights in daily school life, involving teenage students at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso Cuiabá Bela Vista Campus (IFMT Campus Cuiabá Bela Vista). The research is qualitative, based on social research, which aims to improve the daily school life practiced. It was used as a theoretical contribution Certeau (2004), with the art of doing daily life. Abramovay (2002; 2003) to discuss school violence and Fante (2005) to substantiate bullying issues. As a preliminary result, it became clear that human rights education is a real strategy to confront the practice of bullying, violence and violation of rights. The researched Campus showed the practice of bullying motivated by gender, physical characteristics and social issues.

KEYWORDS: Teaching. Bullying. School daily life.

INTRODUÇÃO

A temática da violação dos Direitos Humanos tem sido muito disseminada. E percebemos que há interesses institucionais em pesquisas, desde instituições públicas, privadas, com objeto nas diversas formas de violência e na violação dos Direitos Humanos de adolescentes, no cotidiano escolar, tendo como ponto central, as múltiplas formas de violência: física, psicológica e simbólica, as quais estão presentes no contexto escolar e se materializa através do fenômeno *bullying*.

Este tema está sendo amplamente discutido e está inserido no campo de atuação do GPHSC – Grupo de Pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT, campus Cuiabá Bela Vista, cuja pesquisa é: “Violação dos Direitos Humanos e Bullying no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos”. O GPHSC é cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 60165016.0.0000.5165), que ocorreu no período de agosto de 2016 a agosto de 2018.

Este trabalho é um recorte da dissertação que está em fase de conclusão, e é um desdobramento das discussões realizadas pelo Grupo de Pesquisa, que aponta para a relevante temática de violação dos Direitos Humanos de adolescentes no cotidiano escolar, tendo como ponto central, as múltiplas formas de violência que estão presentes no contexto escolar. Um ponto importante que está sendo desenvolvido é o diagnóstico dessas formas de violência, que podem ocorrer entre estudantes e os processos (des)educativos podem gerar, sustentar, definir e conduzir a processos de transformação e/ou conservação social.

Diante da necessidade de combater a violência escolar, que houve a proposta de investigar como estas violações podem alcançar um *status* de legitimação e legalização, cuja banalização pode desencadear em atos de violação aos Direitos Humanos que podem nem ser contestados. Portanto, a questão que baliza esta pesquisa é: como a prática e a prevenção do *bullying* e de violação de direitos humanos estão presentes nas relações cotidianas dos adolescentes estudantes do Ensino Médio do Campus Cuiabá Bela Vista do IFMT?

Este trabalho está sendo desenvolvido no IFMT *Campus* Cuiabá Bela Vista, que é um dos dezenove Campi do IFMT. Foi inaugurado em 13 de setembro de 2006, e teve o seu funcionamento autorizado pela Portaria Ministerial nº. 1.586, de 15 de setembro de 2006. Nesse período funcionava como uma extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (CEFET-MT), que passou a ser denominado campus com a lei de criação dos institutos, Lei nº 11,892, de 29 de setembro de 2008. Vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira,

didático-pedagógica e disciplinar.

Os sujeitos que fazem parte da pesquisa são os estudantes dos cursos técnico em Meio Ambiente e técnico em Química integrados ao Ensino Médio.

Para a presente pesquisa foi feito o recorte temporal de cinco anos (2014-2018), que é o período de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT e um período em que as discussões sobre o *bullying* já são bastante conhecidos pelos estudantes, docentes e comunidade escolar.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi necessário fundamentar a proposta da temática de direitos humanos e *bullying* como um tema transversal nos cursos técnicos integrados com Ensino Médio do IFMT *Campus* Cuiabá Bela Vista, numa perspectiva da transversalidade e multidisciplinaridade, e relação bilateral, que exige maturidade, postura diferente a ser adotada frente a esta problemática, uma concepção unitária do ser humano. Rompendo com o paradigma tradicional de escola, pensando em uma prática embasada no paradigma da complexidade, na qual o estudante passa a fazer parte da construção do conhecimento racional, sem deixar de fora as emoções, sentimentos e intuições.

A complexidade da educação que é trazida por Morin (2000), traz o diálogo como um princípio que aproxima os antagônicos, admitindo que os “opostos são complementares” sendo indissociáveis e indispensáveis, contribuindo para a percepção de que uma educação viável é fortalecida através da busca pela formação integral do ser humano, ou “totalidade humana” aberta, sem os fragmentos incomunicáveis.

Neste sentido, entendemos estas discussões como de grande relevância social e científica, que podem ser debatidas no contexto do IFMT, percebendo que é necessário trabalhar com temas transversais, dentro de um currículo pré-formatado através de seus Planos de Curso que são pensados na formação do estudante técnico e apto a exercer suas atividades profissionais após sua formação escolar, que no caso desta pesquisa estão relacionados às áreas das ciências da natureza.

DESENVOLVIMENTO

Quando rumamos no universo da pesquisa, do cotidiano vivido e das relações humanas, não sabemos ao certo o que teremos como descobertas, por isso não há como entrar na discussão sem embasamento de teóricos que já vem debatendo questões que me ajudarão a enxergar o encontrado com outro olhar e com mais sensibilidade, os autores que trago como suporte são Certeau (2004, 2013) com conceitos de a arte de fazer o cotidiano, invenção e táticas. Abramovay e Rua (2002) para auxiliar a compreensão da violência na escola. Alves (2008) e Ferraço (2007) tem fundamentado a concepção de pesquisa nos/dos/com os cotidianos da escola.

Fante (2005) e Silva (2010) para me ajudar a entender a questão do *Bullying* na escola. Além de Silva (2015), que é aporte para debater a concepção de currículo e sua complexidade.

Neste cenário, apresentado teço parcerias para desenvolver esta pesquisa e crio redes de relações entre os sujeitos praticantes e o cotidiano escolar para ter outro olhar e sensibilidade para perceber e conviver no universo escolar, não apenas olhar de longe esse universo, mas vivenciar, caminhar junto e compartilhar experiências, anseios e alegrias.

Para contextualizar o cenário educacional vivenciado, busco respaldo no estudo realizado pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), no ano de 2003, no qual aponta que a violência no ambiente escolar tem se apresentado como um problema crescente. Para Abramovay (2003), os atos delituosos e as pequenas e grandes demonstrações de incivildades nas escolas chamam a atenção e provoca um sentimento de insegurança na comunidade escolar. Para esta autora, a escola não representa mais um espaço seguro de integração social, de socialização, pois deixou de ser um espaço resguardado, uma vez que se tornou cenário de ocorrências violentas. Dessa forma, o que se constata é que a violência na escola é um reflexo da violência vivenciada na sociedade como um todo, uma vez que essas formas de violência estão presentes em todos os espaços sociais.

A escola é chamada de uma microssociedade, por Silva (2010, p. 79), que segundo a autora, tende a reproduzir, em maior ou menor escala, a sociedade como um todo. Nesta organização existe uma hierarquia escolar onde há uma engrenagem funcional e administrativa da instituição em que os seus sujeitos têm seus papéis para que possam exercê-los de forma eficiente e solidário, numa forma de preparação para seu percurso à vida de adulto.

Consideramos a escola como um importante ambiente de socialização, sendo o espaço onde estudantes passam boa parte do tempo, principalmente os estudantes desses cursos que estudam em período integral, a mesma tem em seu bojo a função de educar, proteger e aprimorar seus estudantes no que se refere aos valores, ao respeito e ao exercício da cidadania e do direito de todos. Esses aspectos são fundamentais para que a instituição de ensino estabeleça e fortaleça sua missão, visão e valores, que é a sua identidade, a sua razão de ser, o seu currículo. Currículo esse que é definido por Silva como,

...lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja a identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (1999, p. 150).

Esta definição mais complexa sobre o currículo escolar nos dá uma visão mais

ampla e um entendimento de que o currículo extrapola a especificação e a seleção de conteúdos, objetivos, metodologias e avaliações que podem ser precisamente medidos, ele envolve uma concepção mais complexa, que parte do fundamento que os indivíduos acessam um currículo que visa a sua formação humana plena.

Essa formação com maior complexidade perpassa pelo desenvolvimento de saberes que são construídos e reconstruídos pelo sujeito, que permite que este relacione estas aprendizagens com suas necessidades cotidianas. E este currículo deve saber lidar com a subjetividade dos alunos, sua linguagem, sua prática de vida e sua percepção de mundo.

SOBRE A PESQUISA

Numa caminhada em busca por explorar o cotidiano escolar e as relações estabelecidas por seus sujeitos praticantes é que surge esta pesquisa, que foi desenvolvida através da natureza qualitativa, descritiva e interpretativa. Os métodos usados na pesquisa qualitativa, segundo Bauer & Gaskell (2003), incluem observação, entrevistas individuais e grupais e questionários, que foram as formas de coleta dos dados desta pesquisa.

Utilizei a pesquisa social como uma ferramenta de análise sistemática dos dados, que conforme Flick (2013) tem como uma tarefa principal proporcionar reflexões em problemas práticos e em rotinas que não são questionadas.

Segundo Flick (2013, p. 19), a pesquisa social se torna relevante para o campo da prática, e para a solução de problemas na prática. Que o autor chama de pesquisa de ação participatória, na qual o pesquisador no campo de estudo não apresenta apenas resultados finais e comunica os resultados, pois a intenção é iniciar mudanças durante o processo da pesquisa, pelo fato do estudo ser realizado. Neste tipo de pesquisa, não há apenas a descrição da rotina cotidiana, mas há um processo de pesquisa nas rotinas do cotidiano. O autor diz que o principal critério da mesma é a utilidade da pesquisa e seus resultados para os participantes, tornando-a um processo de conhecimento, aprendizagem e mudanças para pesquisador e participante.

Essa metodologia de pesquisa concebe a linguagem, as práticas e as coisas como inseparáveis, pois procura trabalhar com a vivência, com a experiência, com o dia a dia, com a compreensão das estruturas e instituições como resultantes da ação humana. O uso da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de observar as pessoas em seu próprio contexto interacional, ou seja, no ambiente em que a interação ocorre naturalmente.

Para deixar claro os passos da coleta de dados, farei a descrição das etapas

das mesmas, com seus procedimentos e análise das mesmas, onde quero ir tecendo as redes sobre o assunto, buscando entrecruzar os sujeitos e o cotidiano vivenciado.

O questionário foi o início da pesquisa que se desdobrou em outras formas de coleta de dados, como entrevista com o grupo de estudantes/bolsistas que participaram da pesquisa como bolsistas e como estudantes que estavam cursando o último ano na instituição de ensino, que trouxeram um olhar mais crítico sobre situações vividas no chão da escola.

1 | QUESTIONÁRIO *GOOGLE FORM*

Numa primeira etapa, o estudo foi dirigido por meio de um questionário semiestruturado, disponibilizado *online* através do *Google form*, com treze questões, onze fechadas e duas abertas, que nortearam o recolhimento das informações e permitiu a caracterização dos sujeitos pesquisados e do contexto social no qual estão inseridos. As oito primeiras questões buscam recolher informações gerais sobre os alunos (idade, sexo, orientação sexual), a escolaridade dos pais e a situação familiar (casa própria, trabalho).

A questão seguinte foi subdividida em 24 itens que tem como objetivo identificar as formas de *bullying* sofridas e/ou praticadas pelos alunos. O estudante identificava as questões relativas ao *bullying* e relacionava a frequência que o fato ocorreu, sendo o indicativo nenhuma vez, até três vezes, acima de três vezes. Duas outras questões objetivaram verificar se os estudantes pesquisados sofriam ou praticavam *bullying* e os possíveis motivos relacionados a essa prática. Quanto às questões abertas: a primeira pede que o estudante que já sofreu ou viu alguém sofrer *bullying* faça um relato do ocorrido, enquanto a outra pede por sugestões dos alunos para acabar com o *bullying*.

A aplicação do questionário *online* foi pensada para permitir que os estudantes participantes pudessem respondê-lo a partir de diversos espaços (casa, escola, smartphon), possibilitando maior liberdade de expressão e flexibilidade para responder quando tivesse tempo. Cada estudante respondeu apenas uma vez o formulário que foi disponibilizado a partir da entrega do Termo de Assentimento assinado pelos pais e de consentimento dos estudantes maiores de idade.

Nesse sentido, o interesse foi o de compreender a maneira como os alunos de Ensino Médio espontaneamente se expressam, falaram sobre o que é importante para eles e de como falam sobre suas ações e as dos outros. Através do questionário foi possível ter um panorama dos sujeitos entrevistados, que deram informações importantes sobre seus contextos socioeconômicos que viabilizou os diagnósticos na pesquisa qualitativa; o primeiro processo de compreensão dos dados desta pesquisa e, posterior, análise e intervenção sobre a temática.

Segundo Bauer e Gaskell (2003), entre as características da investigação qualitativa destacam-se a busca pelos significados que os sujeitos pesquisados atribuem às suas próprias ações, o caráter descritivo de apresentação, o uso de métodos da pesquisa social, a formulação de questões abertas nas entrevistas, entre outras. No caso específico desta pesquisa, embora tenhamos feito uso de algumas relações quantitativas para construir noções gerais sobre os sujeitos pesquisados, minha principal análise foi construída principalmente a partir das questões abertas do questionário utilizadas para coleta de dados e da entrevista realizada com estudantes e equipe multiprofissional do *Campus*.

O questionário foi respondido por 128 estudantes dos Cursos Técnico em Química e Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio no ano de 2017. A escola possuía neste período 430 estudantes matriculados. A escolha dos estudantes que fizeram parte desta foi arbitrária e não probabilística intencional, pelo fato de todos os estudantes do campus terem sido convidados para acessar ao formulário do questionário e houve adesão dos interessados no tema, sendo o único critério para a participação no mesmo, ser estudante devidamente matriculado no curso técnico integrado ao Ensino Médio.

Este questionário ficou disponível por noventa dias, entre os meses de março a junho de 2017, sendo encerrado o preenchimento do formulário no prazo estabelecido. As respostas realizadas foram uma amostragem considerada representativa, com aproximadamente trinta por cento dos quatrocentos e trinta estudantes matriculados no referido ano.

O GPHSC optou por esse formato de aplicação do questionário da pesquisa, pois não demandaria uma ação específica para levar aos estudantes para o laboratório de informática, além de dar a possibilidade de o pesquisado escolher o momento mais oportuno para o preenchimento do questionário para garantir a privacidade e anonimato dos mesmos.

A citação da opção do GPHSC, é pelo fato de que esse é um projeto maior e que esse mesmo questionário foi aplicado em sete escolas diferentes, sendo IFMT Campus Cuiabá - Bela Vista, IFMT Campus Sinop, IFMT Campus Pontes e Lacerda, IFMT Campus São Vicente, Escola Particular de Cuiabá, Escola Estadual Antônio Epaminondas e Escola Estadual Professora Eliane Digigov Santana, no total de 634 participantes, destes 20,8% são do IFMT Cuiabá Bela Vista, sujeitos desta pesquisa.

Outro benefício apresentado é a tabulação dos dados, pois a ferramenta do *google* já cria automaticamente uma planilha com todos os dados necessários, ajudando o pesquisador a filtrar os dados para as análises.

Certamente que este método de coleta de dados também pode ter alguns percalços, das quais destaco que os estudantes pesquisados podem não dar as respostas a partir de análise mais crítica das questões e que seja pensado em todo

contexto vivido, que pode implicar em respostas superficiais, que necessite de um aprofundamento através de outras fontes de coleta de dados de subjetividade dos estudantes.

Outra situação quanto às estratégias para o *Campus Cuiabá Bela Vista*, que não transcorreu da forma planejada, pois houve baixa adesão voluntária à pesquisa, sendo necessária uma nova estratégia de intervenção juntamente com as estudantes/bolsistas do grupo de pesquisa para aumentar a participação dos estudantes na pesquisa, que foi satisfatória e propiciou o envolvimento e protagonismo jovem, em que foi possível a amostragem da mesma.

Quanto ao resultado, obtivemos um panorama sobre os sujeitos participantes e percebemos o tipo de *bullying* mais praticado no cotidiano pesquisado.

Os participantes da pesquisa têm entre 14 a 18 anos, cursam do 1º ao 4º ano do Ensino Médio. Quanto ao gênero, 81 são do gênero feminino e 48 do gênero masculino. 54 são estudantes do curso de Química e 74 do curso de Meio Ambiente. Sobre a orientação sexual tivemos os seguintes quantitativos:



Figura 1 - Orientação sexual

Fonte: autora. Dados da pesquisa, 2018.

Este dado chamou atenção pelo fato de que no questionário aplicado, a letra “s” da questão nove, é específica sobre violência devido à orientação sexual, e essa informação de que quase 85% se intitulam heterossexuais fica desencontrada com os 92% das respostas que disseram sofrer algumas vezes humilhação devido sua orientação sexual. 1% diz ter sofrido muitas vezes e 7% nenhuma vez.

Essa prática chamou a atenção pelo fato dos sujeitos participantes em sua maioria se denominarem heterossexuais e ao mesmo tempo sofrer algumas vezes humilhação por sua orientação sexual. Ficando evidenciado que muitos ainda estão na construção de sua identidade sexual, que por algum estereótipo ou comportamento podem ser vítimas de “brincadeiras” e deboches.

Este é um tipo de violência que não deve ser tratado como *bullying* e sim

caracterizado como homofobia, que é uma forma de tratamento discriminatório sofrido por jovens e adolescentes homossexuais. O que Abramovay (2002, p. 11), traz como uma forma de legitimar padrões culturais que condenam práticas não-heterossexuais. Com efeito, em uma cultura machista, a homossexualidade representa uma afronta à masculinidade/virilidade. Segundo a autora trazem diversas situações que causam constrangimento, magoam, ferem a dignidade e geram baixa autoestima dos estudantes afetados pela homofobia. Podem ter como consequências ainda, constantes trocas de estudantes de sala, mudanças de escola, abandono e reprovação, com impacto direto no fracasso escolar. Além das ofensas sofridas, muitos estudantes identificados como homossexuais são vítimas, também, de agressões físicas.

O IFMT, através de sua Política e Metas para Direitos Humanos, contidos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, assegura que é preciso perceber a orientação sexual como um elemento integrante do processo de construção de uma cidadania ativa. Isto é, para além das preocupações com o desenvolvimento de ações educativas voltadas para a compreensão da importância de se respeitar e valorizar a diversidade sexual e a igualdade de gênero é imprescindível que seja levado em consideração que a inclusão social só será plena se dela fizer parte a inclusão relacionada à diversidade sexual. (PDI, 2014, p. 83)

Os caminhos e as escolhas devem ser responsáveis, ativos e respeitosos. Devem ser sobretudo, críticos frente ao modelo social vigente, com vistas à transformação social na busca pela justiça e pela igualdade.

Outro dado que considero elevado foi quando a aparência física. O questionário no item “e” da questão 9, fica o item mais alto da prática de *bullying* onde 15% dos sujeitos participantes alegam ter sofrido algum tipo de constrangimento com relação a sua aparência física, sendo:

Aparência Física	Muitas vezes	Algumas vezes	Nenhuma vez
a. Insultam-me por causa de alguma característica física	15%	31%	69%

Tabela 01 – Bullying – Aparência Física

Fonte: autora - dados da pesquisa, 2018.

Este dado é muito relevante, pois mostra que apesar de ter sido respondido por estudantes que convivem em um espaço educativo, ainda existe a não aceitação do diferente. O ser intolerante me remete a refletir sobre a sociedade que vivemos, na qual ainda encontramos pessoas que tem uma visão de mundo centrada em si próprio e em suas próprias necessidades, não se importando com outro, irrefletido,

inflexível, insensível e injusto, distante de questões de ética e valores, pois afinal, existe certo desejo de impor aos outros um determinado padrão, uma matriz pré-determinada, que podemos sintetizar como intolerância humana e desrespeito.

Esta situação é uma violência praticada no ambiente escolar e segundo Abramovay (2002, p. 24-25), tem variáveis endógenas e exógenas, que são relativos ao interior e exterior aos muros da escola, com influência de outros ambientes e instituições pelas quais os estudantes transitam. Autora traz como aspectos exógenos algumas questões que precisam ser considerados pela escola para compreender seu meio como questões de gênero, relações raciais, situações familiares, influências da mídia, espaço social onde a escola está inserida.

A estudante bolsista pesquisada trouxe em sua fala um relato de situação vivenciado pela mesma, onde fala sobre ser vítima de intimidação por alguma característica física,

É de não aceitar o diferente né, não aceitam. Já aconteceu comigo em relação ao meu corpo por eu ser muito magra e tal, e tipo, na época foi uma pessoa que era a minha colega que falou, então tipo, eu fiquei chateada, mas tipo levei na boa, fiquei chateada, sempre fiquei chateada, tipo assim, não briguei e depois. Isso já faz bastante tempo, mas foi aqui no IF e quando participando do estudo e entendendo mais sobre o bullying, você consegue olhar para isso e caracterizar, “nossa, isso foi realmente bullying”. Eu acho que tem uma mínima importância você conhecer, que você consegue olhar para as coisas mínimas e caracterizar e falar bem assim “isso aqui foi bullying, isso aqui não podia ter acontecido” (estudante/bolsista 1).

A análise desses dois dados da pesquisa já sinaliza que a escola pesquisada não está isenta desse tipo de prática, sendo necessário olhar para esse cotidiano visando criar estratégias onde os novos fazeres sejam pautados na demanda por um ambiente saudável e de respeito. O *bullying* e outros atos de violência não podem ser tratados como um fato isolado e desconexo, isso demanda um olhar multidimensional através de prática transdisciplinares, que permite que usemos óculos que melhore a visão sobre os fatos e enxerguemos a situação claramente, não mais como um vulto, onde punir, julgar e excluir seja a alternativa para o real problema.

2 | ENTREVISTA COM ESTUDANTES QUE PARTICIPARAM DO GRUPO DE PESQUISA

Foi realizada uma entrevista com quatro estudantes formandos do curso técnico em meio ambiente, estudantes do período 2014-2017, do curso com a matriz curricular formatada para quatro anos. As estudantes fizeram parte do grupo de pesquisa em humanidades e sociedades contemporânea do Campus apenas no ano 2017.

As três estudantes/bolsistas participaram ativamente no processo de coletas de

dados, análise de materiais, tabulação de dados e, no fim do processo, as estudantes foram entrevistadas para que pudessem falar de suas percepções, considerações e os percursos vivenciados pelas mesmas na instituição. A entrevista ocorreu no mês de dezembro de 2017, período bem próximo ao encerramento do ano letivo, os alunos estavam prestes a se despedir da escola, então a entrevista ocorreu num misto de encerramento, saudades e com a vontade de deixar suas marcas.

Na entrevista as estudantes fizeram relatos quanto a percepção do que é o *bullying*, suas características, particularidades, fazendo esta relação de estudantes que vivenciaram o bullying escolar enquanto vítimas e agressoras e como a discussão mais aprofundada da temática trouxe uma mudança de mentalidade e entendimento sobre essas práticas.

Quanto a percepção das mesmas sobre a pesquisa e suas participações, trago o relato de uma estudante/bolsista:

Foi uma coisa nova, uma experiência de vida, conhecimento também. Fiquei meio assustada quando cheguei na sala e só tinha professor e a gente de aluno, e não sabia o que fazer, a forma de ajudar, de saber o que estava acontecendo também, porque até então a gente ficou sabendo que era um projeto pra falar sobre bullying, só que a gente não sabia qual era a grandeza, qual era a dimensão do projeto, da pesquisa, do grupo, a gente nem sabia q quantidade de professores que tinham e quando chegou na reunião um monte de professor. (Estudante/Bolsista 3)

Quanto a percepção das mesmas após ter estudado o tema, ter participado e ajudado na pesquisa, fizeram o relato de como entenderam sobre essa prática, as mesmas relataram que:

Achava que era uma coisa distante, que não acontece igual aqui na escola existem umas brincadeiras e você acha que não e com os resultados eu vi que bastantes pessoas sofrem o *bullying* aqui (Estudante/Bolsista 2).

No decorrer das discussões, nos artigos que a gente lia, às vezes pra poder ter base no que falar, percebi que já tinha presenciado *bullying* e que a maioria das pessoas sofrem e as vezes sem saber que tá sofrendo *bullying* fica calado por medo (...) nos resultados vimos que aqui na escola tinha tanta gente que sofria *bullying* desse jeito, e você ficar sabendo assim aparece que olha “ta aqui os resultados a gente ta fazendo o que? O que tem pra fazer? Não sabia que tinha, to aqui a 4 anos e nunca tinha visto, tinham tantas formas de gente sofrendo bullying sem a gente mesmo perceber, notar essas coisas. (Estudante/Bolsista 3).

As estudantes/bolsistas demonstram através de seus relatos que o tema é muitas vezes banalizado, porém é real e presente no cotidiano da escola que vivenciaram por quatro anos e que apenas após a pesquisa vieram a constatar que é causador de sofrimento e silenciamento por parte da vítima.

3 | ANÁLISE DOCUMENTAL - DOCUMENTOS OFICIAIS DO IFMT (PPC, PDI E PPI).

Esta etapa consistiu em analisar os documentos oficiais do IFMT, buscando perceber a concepção de educação da mesma e seu posicionamento quanto a temática da pesquisa e como seu currículo é estruturado.

Em seu Plano de desenvolvimento Institucional (PDI) e Plano Pedagógico Institucional (PPI), é explícita a concepção da instituição em garantir o direito à diversidade, suas propostas de combate a violência, educação para a diversidade sexual e relações de gênero, tendo a inclusão como um valor, o IFMT fez a escolha por um currículo inclusivo, que explicita e acolhe as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades. (PDI, p. 46)

Estas análises são balizadores para o entrecruzamento da realidade vivenciada pelos estudantes no cotidiano do IFMT com o que foi instituído através da elaboração de documentos formais. Nesse contexto, a autonomia do IFMT pode ser compreendida em suas dimensões social e política, balizando a sua capacidade em aplicar tais conhecimentos no atendimento à sociedade. Esta afirmação em documento institucional justificativa à investigação desta proposta de atuação do próprio IFMT e avaliação da sua efetividade, verificando se realmente está se alcançando este objetivo e o que tem feito em relação a estas temáticas.

Quanto ao Plano Pedagógico de Curso (PPC), é o documento que direciona todo o andamento do curso, suas ações, itinerário formativo do curso, matriz curricular, ementas das disciplinas, perfil da formação e demais dados pertinentes ao curso e ao estudante. Os Planos Pedagógicos de Curso, nesse período delimitado pela pesquisa, passaram por dois documentos norteadores diferentes, sendo que ambos os documentos foram elaborados na mesma época, com mesma data, o primeiro de outubro 2009, sendo válido para os ingressos em 2010 que ficou em vigência até a adequação da matriz e a reformulação do curso que ocorreu em dezembro de 2015 que entrou em vigor em 2016, documento que está em vigência até a data atual. Portanto nos últimos 05 anos os cursos passaram por duas reformulações de documentos norteadores.

Os PPCs dos dois cursos foram elaborados pelas áreas específicas, porém suas construções caminharam juntas e estão com redações bem semelhantes. Fazendo comparação entre os documentos 2009 e 2015, percebemos o avanço e o amadurecimento quanto a questões de Direitos Humanos e a evolução da escrita quanto aos termos direitos humanos, respeito e tolerância, pois no documento de 2009 não há nenhuma citação sobre essa problemática e nem apresenta encaminhamentos quanto o enfrentamento de qualquer tipo de violação e/ou violência. O documento 2016 já traz um capítulo específico sobre direitos humanos e traz em seu escopo que:

Estabelecendo seu compromisso com a construção de uma cultura de direitos, o IFMT possibilitará uma educação que ressalta os valores de tolerância, respeito, solidariedade, fraternidade, justiça social, inclusão, pluralidade e sustentabilidade, implementando estes valores na educação técnica, contribuindo assim para o bem-estar de todos e a afirmação das suas condições de sujeitos de direitos (PPC, Meio Ambiente 2015).

O avanço apresentado é bem salutar e mostra que as lutas por essas problemáticas estão sendo incorporadas nas discussões e nos avanços quanto ao reconhecimento dos direitos dos estudantes como sujeitos, porém, me intriga ainda perceber que a problemática específica do *bullying* ainda não é tratada nos documentos oficiais, pois como vimos o *bullying* é uma violência que ocorre na escola e os documentos não dá nome ao problema, mostrando certa omissão ou não reconhecimento da problemática.

4 | ENTREVISTA COM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Houve uma entrevista com a psicóloga e assistente social do campus que fizeram relatos de suas ações enquanto profissionais que lidam diretamente com os estudantes, gerenciando conflitos que se estabelecem nas relações escolares. O objetivo era perceber qual a sua percepção das profissionais sobre *bullying* e a violação de direitos humanos no cotidiano escolar, sobre o enfrentamento e ações preventivas da problemática no ambiente escolar. Outro fator relevante foi para perceber as demandas de atendimento que as mesmas recebem em relação aos casos de *bullying* e violação de direitos humanos.

As falas das profissionais foram fundamentais para compreender o cotidiano do IFMT Cuiabá Bela Vista, onde as profissionais relatam suas vivências e dizem,

Eu tenho uma perspectiva de marcadores sociais quanto a isso, porque eu acho que o bullying e a violação de direitos humanos, está presente na escola como em outros lugares também e a escola acaba reproduzindo certos tipos de padrões, de pensamento, de beleza, E de ser mesmo que reforça os estereótipos que reforçam o *bullying*. (Profissional 1)

Acredito que tem alguns determinantes sociais que interferem nesta questão, estas percepções de violência, de gênero, racismo, preconceito, desigualdade social, tudo isso influencia para estas atitudes agressivas. (Profissional 2)

Para as profissionais as questões sociais também são determinantes ao estabelecer as relações cotidianas escolares. O tratamento desigual dos sujeitos praticantes do cotidiano, demonstra que as práticas pautadas nas mais variadas situações sociais, é sustentado por uma ideia de superioridade econômica. Deixando claro que em todos os aspectos apontados há uma relação de desigualdade prezada por questões sociais, econômicas, de gênero, racial, religioso... enfim, as diferenças ainda causam afastamentos e fomentam a discriminação.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresentou um espaço escolar em que o *bullying* está presente e tem assumido características que podemos nomear como outros tipos de violência, como racismo, preconceito, homofobia e discriminação. Pautando-se por marcadores sociais específicos, que geram as diferenças e constituem a identidade dos estudantes, que podem ser determinantes para que ocorra a atitudes agressivas presentes nas relações escolares.

O tipo de *bullying* que apontado no Campus Bela Vista, não está relacionado com a questão da violência física ou briga entre os alunos, mas acontece uma violência verbal e discriminatória, em que as profissionais que atendem aos estudantes apontam como uma relação direta ligada a questão do preconceito por serem pobres, por serem cotistas, por receber bolsas de assistência estudantil ou bolsa família, deixando claro que o *bullying* vivenciado neste cotidiano escolar é marcado por marcadores sociais da diferença, que é marcado por classe, por desrespeito ao pobre, ao negro e a homossexuais, que chamo na pesquisa de violência verbal, violência racial, aparência física e exclusão social.

Diante dessa problemática tenho percebido que realmente um currículo bem estruturado com ações bem estratégicas podem ter efeitos positivos acerca do enfrentamento às violências e violações de direitos presentes nesse cotidiano escolar.

A necessidade de ruptura com modelos legitimados historicamente de uma escola excludente e polarizada, nos remete a vivenciar um cotidiano escolar, que seja construído a partir de relações saudáveis e de respeito aos Direitos Humanos, sendo ousado e muitas vezes subversivo, para que a tão esperada transformação ocorra, é necessário dar vez e voz aos sujeitos, na qual os mesmos abandonem suas certezas e convicções para que os saberes sejam (re)construídos por sujeitos praticantes através de estratégias astutas (CERTEAU, 2004).

Pensar em estratégias astutas para assegurar uma convivência de respeito e reciprocidade no ambiente escolar, onde a multiculturalidade, os diversos saberes e as individualidades estão presentes, pode ser uma forma de intervenção institucional para o combate ao *bullying* e outras formas de violências presentes no cotidiano escolar. O conflito de diversas ordens nos faz buscar outros cotidianos, que podem ser construídos/tecidos através de diálogos e pensamentos críticos, que promove a tão desejada mudança.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. M. **Ensino Médio**: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO, 2003.

ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas escolas** / Miriam Abramovay et alii. Brasília: UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

BAUER, Martim W. & GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som** – um manual prático. Editora Vozes: São Paulo, 7ª edição, 2003.

BOGDAN, R. BIKLEN. S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)**. Brasília: Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm> Acesso em: 02 de setembro de 2018.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano 1: as artes de fazer**. 10ª edição. Petrópolis: Vozes, 2004.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: <www.direitoshumanos.usp.br>.

FANTE, Cléo. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 2. ed. Campinas, SP: Verus, 2005.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Cotidiano escolar, formação de professores (as) e currículo**. São Paulo: Cortez, 2005.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Artmed. 2013.

PETRAGLIA, Izabel. **Edgar Morin, A Educação e a Complexidade do Ser e do Saber**. 13ª edição. Ed. Vozes: Petrópolis, 2000.

SILVA, T.T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2015.

PRESENÇA FEMININA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Degmar Francisco dos Anjos
Niedja de Freitas Pereira

RESUMO: O presente estudo analisa a presença feminina no contexto da educação profissional, através do levantamento de dados sobre a participação das mesmas, em tal modalidade de ensino, no âmbito do Instituto Federal da Paraíba. Desse modo, o trabalho foi realizado a partir da análise de dados institucionais, disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, bem como pela revisão de literatura de artigos nos bancos de dados da SCIELO, CAPES e livros. Como resultado, pode-se identificar a preponderância da presença masculina no contexto dos cursos técnicos no âmbito dos Institutos Federais e especificamente no IFPB, bem como a inversão desse quadro quando consideradas áreas culturalmente associadas à figura feminina. Foi constatada, ainda, a ausência de dados precisos sobre os números da evasão a partir do critério gênero.

PALAVRAS-CHAVE: mulher; gênero; educação profissional; evasão.

WOMEN'S PRESENCE IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

ABSTRACT: This study analyzes the female presence in the context of vocational education,

by collecting data on their participation in such education, within the Federal Institute of Paraíba. Thus, the work was performed from the analysis of institutional data, available on the Nilo Peçanha Platform, as well as by reviewing the literature of articles in the databases of SCIELO, CAPES and books. As a result, it is possible to identify the preponderance of male presence in the context of technical courses within the Federal Institutes and specifically at IFPB, as well as the inversion of this framework when considered areas culturally associated with the female figure. It was also verified the absence of accurate data on the dropout numbers from the gender criterion.

KEYWORDS: woman; gender; vocational education; evasion.

INTRODUÇÃO

A motivação para desenvolvermos este estudo nasceu do propósito de analisar os sentidos e os desafios da participação feminina no contexto da educação profissional, especificamente, no âmbito do Instituto Federal da Paraíba, enquanto pesquisa vinculada ao programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (Profept). Para melhor compreensão desse cenário, apresenta-se como de fundamental importância conhecer os dados referentes ao

ingresso, permanência e êxito do público feminino na referida modalidade de ensino, bem como os fundamentos e constructos sociais que originaram e naturalizaram desigualdades fundamentadas no gênero.

GÊNERO, PODER E TRABALHO

A construção do papel social da mulher na sociedade, moldado culturalmente ao longo da história, resultou na naturalização de desigualdades fundamentadas no gênero, assim, trata-se de uma concepção cultural, respaldada em práticas e experiências vivenciadas e perpetuadas, conforme aduz Beauvoir (1967, p. 9):

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.

Desse modo, é possível compreender a condição de subordinação feminina, construída e naturalizada na sociedade, enquanto uma relação de poder exercida em diferentes contextos, entre estes a família, a escola e o trabalho. Nesse sentido, o poder revela-se como uma relação complexa, que se mantém através da imposição de comportamentos padronizados, imposição esta nem sempre relacionada ao uso da força física, mas oriunda de processos de naturalização de verdades (FOUCAULT, 1999).

Especificamente, com relação ao contexto laboral, conforme assevera Antunes (2009), a divisão sexual do trabalho evidencia a face da desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, esta se manifesta pela destinação de atividades laborais tendo como fator determinante o gênero. Segundo o mesmo autor, nos espaços fabris, a divisão sexual do trabalho manifesta-se de maneira mais evidente ao se constatar que as mulheres são responsáveis pela maior parte das atividades com exigência de menor qualificação ou, por vezes, fundamentadas em trabalho intensivo.

É imperioso destacar o papel da família e da escola dentro desse contexto, uma vez que as relações de poder, evidenciadas no mundo do trabalho, têm sua origem nas relações sociais mais básicas da sociedade e se estende para o ambiente laboral. De modo especial, destacamos o espaço escolar enquanto lugar destinado à formação do indivíduo, espaço este, considerado por Foucault (1999), como um dos lugares de efetivação da relação de poder, exercido através da disciplina e do estabelecimento de comportamentos humanos homogêneos (FOUCAULT, 1999). Desta forma, podemos concluir que, quando o ambiente escolar reproduz e naturaliza, sem a devida reflexão, comportamentos construídos a partir de uma concepção de discriminação, como por exemplo, a ideia de que existem determinadas profissões

destinadas às mulheres, outras aos homens, está contribuindo decisivamente para a perpetuação desse modelo de sociedade.

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 109).

Segnini (1998) assevera que cuidar da família, da casa e dos filhos são atividades naturalmente consideradas pela sociedade como atribuições femininas, tal entendimento estabelece desigualdades estruturais na relação entre homens e mulheres. Essas desigualdades acabam por ser incorporadas, de forma muitas vezes naturalizada, no ambiente de trabalho, resultando no que a autora considera como uma espécie de trama social. A jornada, que compreende as atividades relacionadas à criação dos filhos e o cuidado com o lar, bem como os estereótipos de sensibilidade e fragilidade atribuídos à figura da mulher, são utilizados para justificar situações como a prevalência da ocupação pelas mulheres de postos de trabalho em regime parcial, a destinação às mulheres de tarefas com menor potencial de capital intensivo, bem como pela destinação de tarefas e áreas de atuação específicas, qualificadas como femininas (SEGNINI, 1998).

Mesmo diante de um cenário de desigualdades fundamentadas no gênero, a ocupação feminina nos mais diversos contextos laborais, educacionais, políticos e sociais é uma realidade, não há espaços onde estas não tenham conseguido chegar e provado sua competência. Porém, muitos são os obstáculos a serem superados, uma vez que persistem situações de discriminação, principalmente no que concerne ao contexto do mundo do trabalho, mas que, para além deste, manifestam-se na família e na escola, enquanto reflexo da construção social sexuada do papel da mulher na sociedade. Nesse sentido, é que se torna preciso buscar identificar no ambiente escolar e, a partir disso, trabalhar na direção da superação a existência de discursos ou práticas que alimentam as situações de discriminação e desigualdade fundamentadas no gênero.

CONTEXTO EDUCACIONAL

No que concerne ao contexto educacional, importante compreender que para além de ser um direito público subjetivo, que deve ser assegurado a todo cidadão brasileiro, a educação é, sem dúvida instrumento de transformação de realidades sociais. Conforme assevera Gramsci (1975, apud Nosella e Azevedo, 2012) educação e cultura são poderosos instrumentos capazes de impulsionar as transformações que se espera na sociedade. Exatamente por ser a escola um espaço destinado à

formação e reflexão, é que diálogos sobre questões que impactam diretamente na concretização de direitos precisam ser estabelecidos. Sendo assim, é a partir da educação que se operam as grandes mudanças sociais e culturais, para tanto, torna-se preciso repensar as práticas educacionais no sentido de fortalecer valores que assegurem a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças.

Segundo Freire (1980), a educação, enquanto prática libertadora, corresponde efetivamente à ideia de conscientização, desta forma, o conhecimento se manifesta pela relação dialética entre a ação e a reflexão (FREIRE, 1980). Sendo assim, identificar a existência de fatores das mais variadas ordens que se manifestam na sociedade, bem como ser capaz de reconhecer a interferência dos mesmos na realidade que nos cerca, inclusive no ambiente escolar, representa um importante avanço rumo à superação de tais fatores, a partir da concepção de uma ação educacional voltada para a práxis.

Nesse sentido, é importante compreender a educação profissional enquanto política pública destinada a promover a efetivação de dois direitos fundamentais consagrados pela Constituição Federal do Brasil: o direito à educação e o direito ao trabalho, uma vez que a referida modalidade de ensino, presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, visa à inserção do indivíduo no mundo do trabalho através da formação técnica. Tal modalidade de ensino, embora direcionada à preparação do discente para o exercício de uma profissão técnica, deve ser compreendida enquanto propiciadora da formação integral desses indivíduos.

Os Institutos Federais, que compõem a Rede Federal de Ensino e foco deste trabalho, enquanto instituições de educação superior, básica e profissional, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica, são, sem dúvida, as instituições de maior relevância quando se trata da oferta de educação profissional no país. Estando inseridos no contexto social já mencionado, não estão imunes às práticas sociais estruturadas pelo sistema.

REFLEXOS NA EVASÃO ESCOLAR

Ao pensarmos a evasão escolar é preciso ter em mente a complexidade que envolve tal problemática, uma série de fatores das mais variadas vertentes, como ausência de políticas públicas, questões familiares, dificuldades de aprendizagem, estrutura escolar, jornada de trabalho, dentre outros, podem resultar no afastamento do ambiente escolar por parte dos discentes. Dessa forma, as circunstâncias desencadeadoras da evasão podem estar ligadas à fatores nem sempre internos ao ambiente escolar envolvendo, assim, desde questões pedagógicas a questões de cunho social. Segundo Silva Filho e Araújo (2017, p. 37), “a evasão e o abandono

representam um processo muito complexo, dinâmico e cumulativo de saída do estudante do espaço da vida escolar”.

Para além da pluralidade de circunstâncias que acabam por resultar na evasão escolar, são também múltiplas as formas de definir tal fenómeno, inclusive no que concerne à distinção entre evasão escolar, entendida para fins desse trabalho enquanto afastamento definitivo do ambiente escolar, e abandono escolar, entendido enquanto espécie de afastamento temporário do discente, ou seja, nas situações de abandono escolar em que se constata o retorno posterior do discente.

Ao discorrer sobre emprego do termo *evasão*, Pelissari (2012, p. 33) assevera que:

(...) o conceito de evasão tem sido utilizado pela literatura especializada, em alguns casos, ora com o viés subjetivista, responsabilizando única e exclusivamente o aluno pela ‘evasão’ (nesses casos, partindo daquela concepção de juventude enquanto fase de delinquência que precisa ser controlada), ora com a concepção de construção social do fenómeno, porém considerando apenas fatores externos, caindo na armadilha do reprodutivismo das relações sociais na escola.

Ao trazer uma concepção voltada para o entendimento do termo *evasão*, Machado (2009, p. 36) assevera:

O termo *evasão* refere-se ao ato de escapar de algo, implicando fuga, desvio para evitar aquilo que não se deseja e que, portanto, foi rejeitado. Partindo da compreensão da palavra, pode afirmar que o fenómeno da evasão escolar é percebido à medida que o aluno abandona a escola, desistindo de prosseguir com seus estudos. Essa ação causa nos demais atores envolvidos nesse processo a impressão que o aluno está fugindo da escola por não desejá-la mais ou por rejeitá-la, como se ela lhe oferecesse algo do qual ele prefere evitar.

No tocante à evasão escolar na educação profissional, para além das questões que de maneira geral são identificadas no ensino médio regular, somam-se situações peculiares dessa modalidade de ensino, fatores como: preferência pelo ensino médio regular, falta de identificação com o curso, dificuldade em relação às disciplinas, baixa qualidade do ensino fundamental e a inadequação dos programas de estágio são os motivos mais recorrentes apresentados como justificativa para o abandono escolar na educação profissional (DORE; CASTRO E SALES, 2013).

Importante destacar que, para além dos fatores apresentados pelas referidas autoras como preponderantes para a decisão de abandono nos cursos de educação profissional, há que se considerar que, no caso específico da mulher, as circunstâncias ligadas à condição feminina e a construção social do seu papel dentro da sociedade e da família somam-se a tais motivos, podendo contribuir de forma determinante para a tomada da decisão de abandonar o ambiente escolar.

Em estudo realizado sobre as causas da evasão nos cursos técnicos no Instituto Federal de Brasília, Fredenhagen et al. (2012) identificou a presença de questões relacionadas ao gênero como fatores determinantes para abandono escolar por

parte das discentes do sexo feminino, entre os 14 (quatorze) fatores, indicados como causas pessoais, 06 (seis) traziam circunstâncias relacionadas ao gênero. Os fatores mencionados relacionavam-se, especificamente, com a atribuição de cuidar dos filhos, tarefa social e culturalmente designada como de competência da mulher.

METODOLOGIA

O presente estudo teve por base a análise de dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha, tendo como indicadores: taxa de evasão, sexo e os eixos tecnológicos de controle e processos industriais, gestão de negócios, infraestrutura, produção industrial, ambiente e saúde, desenvolvimento educacional e social, produção cultural e design, turismo e hospitalidade e lazer. Além da análise de dados do Resumo Técnico do Censo da Educação Básica 2018, disponível no portal do Inep.

RESULTADO DA PESQUISA

De acordo com os números apresentados pela Plataforma Nilo Peçanha, ambiente virtual de coleta, disseminação e validação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (SETEC/MEC), ano referência 2018, as mulheres representam 46,6% do número de discentes matriculados nos cursos técnicos de nível médio nos Institutos Federais, no âmbito do IFPB, estas representam 45,6% do total de matrículas em tal modalidade de ensino. Tais números evidenciam que embora as mulheres sejam maioria quando considerados os números gerais de matrículas efetuadas na educação profissional, conforme dados do Censo Escolar 2018, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019), ao considerar somente os Institutos Federais tal cenário mostra-se diferente, prevalecendo em maior número a participação masculina.

Se considerarmos os cursos de eixos tecnológicos como controle e processos industriais, gestão de negócios, infraestrutura e produção industrial, áreas culturalmente associadas à figura masculina, a participação feminina tende a diminuir. Nesse contexto, considerando o total de matrículas efetuadas nos Institutos Federais, a participação feminina é de 42,3%, resultado equivalente ao verificado no âmbito do IFPB 42,2%. Diferentemente, ao considerarmos os eixos tecnológicos de ambiente e saúde, desenvolvimento educacional e social, produção cultural e design, turismo, hospitalidade e lazer os números sofrem uma inversão, em dimensão nacional o percentual é 65,4% de mulheres, enquanto no IFPB 56,1%.

No que tange aos números da evasão, ainda tomando por referência o ano de 2018, os dados revelam uma taxa de 17,3% de discentes evadidos dos cursos técnicos

nos Institutos Federais e 14,9% no contexto do IFPB. Importante frisar que os dados relativos à evasão, apresentados pela Plataforma Nilo Peçanha, não apresentam informações relacionadas ao sexo dos discentes evadidos, compreendendo, desta forma, dados gerais. A ausência de dados oficiais que retratem a evasão a partir do gênero dos discentes evidencia a importância de estudos sobre a referida temática.

CONCLUSÃO

Os dados coletados revelam que, no âmbito dos Institutos Federais, diferentemente do que ocorre com o ensino médio regular, os discentes do sexo masculino representam o maior número de matrículas efetuadas. Outro fator evidenciado pela análise dos dados diz respeito ao perfil de ingresso em determinadas eixos tecnológicos, nos quais se enquadram cursos técnicos culturalmente considerados de perfil mais adequado para determinado gênero, áreas como controle e processos industriais, gestão de negócios, infraestrutura e produção industrial apresentam preponderância de matrículas de discentes do sexo masculino, em contrapartida, áreas como ambiente e saúde, desenvolvimento educacional e social, produção cultural e design, turismo, hospitalidade e lazer apresentam uma inversão nos números, apontando a predominância de discentes do sexo feminino.

Diante do quadro apresentado, considerando que o ambiente escolar não está imune às questões que permeiam a sociedade, dentre elas as inerentes às desigualdades fundamentadas no gênero, conclui-se pela necessidade de estudos sobre questões voltadas às práticas de discriminação de gênero no âmbito dos cursos técnicos, principalmente daqueles culturalmente associados ao perfil masculino, bem como sobre a evasão escolar a partir do critério gênero.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed., rev. e ampl.. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BITTENCOURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. **Insurgência**: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, vol. 1, n. 1, p. 198-210, jan./ jun. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/16758/11894>> (Acesso em: 18/out/2018).

BONFIM, Carla Márcia Paiva Assis. **A situação das mulheres na educação profissional de nível médio**: uma análise dos dados do censo escolar – 2001 a 2006. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-4KSUH/disserta__o_carla_pdf.pdf?sequence=1>. (Acesso em 12/ outubro/2018).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 47. ed. Brasília: Edições Câmara, 2015.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica de 2018**. Brasília: Inep, 2019.

_____. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 10 mai. 2018.

_____. Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 03 nov. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha (Ano base 2018)**. 2019. Disponível em: <<https://www.plataformanilopecanha.org/>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, ANA ZULEIMA. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 770–789, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a07.pdf>>. (Acesso: 25/ outubro/2018).

DORE, Rosemary; CASTRO, Tatiana Lage; SALES, Paula Elizabeth Nogueira. Educação Profissional e Evasão Escolar: estudo e resultado parcial de pesquisa sobre a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais. In III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR. 3. 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, UFMG, 2013. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/seminarios/iv-observatorio-da-educacao/Educacao_Profissional_e_Tecnologica/Educacao_profissional_e_evasao_escolar..._-_Rosemary_Dore.pdf>. (Acesso: 25 nov. 2018).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREDENHAGEM, Sheyla; et al. A voz da evasão. **EIXO**, Brasília, v. 1, n. 2, p 2-19, jul./dez. 2012. Disponível: <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/issue/view/9/showToc>>. (Acesso: 20/ novembro/ 2018).

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Teoria e prática: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes. 1980.

MACHADO, Márcia Rodrigues. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática/ nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes – MG (2002 a 2006)**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8676/1/2009_MarciaRodriguesMachado.pdf> (Acesso: 01/ novembro/2018).

NOSELLA, Paolo; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A educação em Gramsci. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 25 – 33, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/20180/10526>>. (Acesso: 14/novembro/2018).

PELLISSARI, Lucas Barbosa. **O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a educação profissional técnica de nível médio**. 2012. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/dissertacoes%20m2012/m2012_Lucas%20Barbosa%20Pelissari.pdf>. (Acesso: 30/ outubro/2018).

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/>>

v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso: (05/novembro/2018).

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Relações de gênero no trabalho informatizado bancário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 2, p. 147 – 168. 1998. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4098384>>. Acesso: 10/novembro/2018).

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan./jun. 2017. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527>>. Acesso: 20/ novembro/ 2018).

COTIDIANO ESCOLAR DO IFMT: ANÁLISE DO DISCURSO DE PROPOSITURAS DE COMBATE AO BULLYING

Vanessa Costa Gonçalves Silva
Jair Aniceto de Souza
Cleide Ester de Oliveira

RESUMO: A escola não se limita apenas a ser um lugar de transmissão de conhecimento, mas em um espaço de interação e crescimento pessoal, porém, temos acompanhado o sofrimento de muitos estudantes que sofrem com violências físicas, psíquicas e simbólicas, que são materializadas através do bullying. Este trabalho é um desdobramento das discussões que têm como objeto de pesquisa na violência entre pares no cotidiano escolar. No qual percebemos a necessidade de um currículo que permita criar táticas e estratégias de enfrentamento a toda forma de violência, sendo este inicialmente um passo para reconhecer sua existência, buscando os contextos e situações em que a violência possa estar “escondida” ou silenciada. Esta pesquisa é de natureza qualitativa, descritiva e interpretativa, balizada através de informações fornecidas por um questionário eletrônico. O artigo constitui da análise das informações coletadas com 129 alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) Campus Cuiabá Bela Vista. Na análise foi utilizado o método da análise do discurso crítico (ADC), a luz de Michel Foucault, que nos faz considerar que a escola precisa tornar-se um espaço de

construção da humanidade orientados para a cidadania, voltados para um mundo para a inclusivo e com respeito às diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Bullying; Cotidiano; Currículo escolar; Ensino.

IFMT SCHOOL COTIDIAN: ANALYSIS OF THE BULLYING FIGHTING PROPOSALS

ABSTRACT: The school is not just a place of knowledge transmission, but in a space of interaction and personal growth, however, we have been following the suffering of many students who suffer from physical, psychic and symbolic violence, which are materialized through bullying. . This paper is an offshoot of the discussions that have as their object of research on peer violence in school daily life. In which we realize the need for a curriculum that allows the creation of tactics and strategies to confront all forms of violence, which is initially a step to recognize its existence, seeking contexts and situations in which violence may be “hidden” or silenced. This research is qualitative, descriptive and interpretative, based on information provided by an electronic questionnaire. The article consists of the analysis of the information collected with 129 students of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso (IFMT) Campus Cuiabá Bela Vista. In the analysis we used the method of critical discourse analysis

(ADC), the light of Michel Foucault, which makes us consider that the school needs to become a space for the construction of humanity oriented towards citizenship, facing a world for inclusion. and with respect to differences.

KEYWORDS: Bullying; Daily; School curriculum; Teaching.

INTRODUÇÃO

Refletir a educação como lugar de transformações, mudanças, construção de identidades e adequado para convivência entre as pessoas, não se limitando a um mero lugar de transmissão de conhecimento, é que o nos fez debruçar em debates sobre o cotidiano escolar, direitos humanos e *bullying* como pano de fundo de uma relação tecida no território escolar pautada nas convivências entre os sujeitos.

A partir destes princípios que ingressamos na pesquisa multidisciplinar sobre o *bullying* nas escolas de Ensino Médio do Estado de Mato Grosso pelo Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) do IFMT.

O tema, *bullying e Violação dos Direitos Humanos na escola*, está inserido no campo de atuação do GPHSC, que é cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cuja pesquisa atual “Violação dos Direitos Humanos e Bullying no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 60165016.0.0000.5165), encontra-se em andamento desde agosto de 2016 e encerrará em Agosto de 2018.

O artigo é um desdobramento das discussões em andamento e focalizar-se-á no objeto de pesquisa a violência entre pares no cotidiano escolar, tendo como ponto central, as múltiplas formas de violência: física, psicológica e simbólica, as quais estão presentes no contexto escolar e o currículo praticado nesta instituição de ensino.

Diante da necessidade de combater a violência escolar, pretende-se com este trabalho investigar como a violência alcança certo *status* de legitimação e naturalização, cuja banalização faz os atos de agressão não serem contestados. Portanto, a questão que centraliza-se este trabalho é como a prática do *bullying* e de violação de direitos humanos estão presentes nas relações cotidianas dos adolescentes do Ensino Médio do campus Cuiabá Bela Vista do IFMT?

Entendemos que a escola é, depois da família, o mais importante ambiente de socialização, sendo o espaço em que as crianças e os jovens passam maior parte do tempo e a sua função é educar, proteger e aprimorar seus estudantes no que se refere aos valores, ao respeito e ao exercício da cidadania e do direito de todos.

Uma pesquisa realizada por Ferrari (2010), na cidade de Juiz de Fora, mostrou como a humilhação surge nas definições de classe, raça e gênero e como ela serve

para construir a noção da diferença e do diferente, a noção de pertencimento e de grupo como algo que configura a distinção entre o “nós” e “eles”. Para o autor, as situações que relacionam a violência e a humilhação de gênero, raça e classe no contexto da escola, nos proporcionam uma oportunidade para problematizar a formação dos conceitos, a hierarquização instaurada e como isto influencia a própria constituição dessas categorias e sujeitos.

A reflexão do cotidiano escolar não é sinônimo de uma rotina, repetição de atividades e monotonia, e sim, do conhecer e discutir aquilo que causa inquietações e conflitos, mas nunca negá-los ou ignorá-los, mas sair da zona de conforto. E insistir nas possibilidades de arriscar espaços menos seguros, menos estáveis que aqueles com os quais vimos construindo diretrizes e referenciais, estas mudanças de paradigmas são fundamentais para a valorização de uma formação cidadã, inclusiva, plena, integral e humana em que “o cotidiano só é possível de ser entendido se for vivenciado, participado e partilhado com os sujeitos que vivem e fazem esse cotidiano acontecer, viver o cotidiano é conviver com suas experiências (FERRAÇO, 2005).

Viver o cotidiano faz com que sintamos este mundo e nos movimenta em direção ao combate das diversas formas de violações de direitos e preconceitos. É fundamental que na escola pensemos em educar para a vida, para a igualdade e para o respeito, rompendo com modelos que promovam a competição, sendo este o princípio de toda a guerra.

Se quisermos uma sociedade diferente é necessário que se modifique os discursos de ódio e que haja respeito entre os sujeitos que estão no cotidiano escolar, que isso seja cultivado para que aprendam a estabelecer relações saudáveis, assim o conhecimento fluirá naturalmente. Para que isso ocorra é preciso ousar e transformar os processos de ensino-aprendizagem, é preciso diversificar. E ouvir, dar vez e voz aos estudantes, é preciso dar oportunidades para que eles construam seu conhecimento através de relações saudáveis e de respeito, na qual o professor precisa abandonar suas certezas e convicções para que os saberes sejam (re)construídos com os estudantes, criando táticas e subversões:

A tática é movimento dentro do campo de ação do inimigo, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Criar ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 1994).

Acreditamos que um currículo que permita criar táticas e estratégias de

enfrentamento a toda forma de violência, seja inicialmente um passo para reconhecer sua existência, buscando os contextos e situações em que a violência possa estar “escondida” ou silenciada. A partir desse primeiro passo, que é possivelmente o mais difícil, a escola pode pensar em estratégias efetivas de intervenção e prevenção, onde transforma situações desfavoráveis e de conflitos em algo favorável e de aprendizagem.

METODOLOGIA

O artigo é o resultado inicial de uma pesquisa multidisciplinar sobre *bullying* em desenvolvimento em sete escolas de ensino médio do Estado de Mato Grosso pelo GPHSC do IFMT. Destas escolas, quatro são de campi do Instituto Federal de Mato Grosso, duas escolas públicas estaduais e uma escola privada. Os dados desta pesquisa são do Instituto Federal de Mato Grosso Campus Cuiabá Bela Vista, com a participação de 140 estudantes do Ensino Médio Integrado aos cursos técnicos em Química e Meio Ambiente.

A pesquisa é de natureza qualitativa, descritiva e interpretativa, balizada por questionário com 24 questões fechadas e 02 questões abertas. O questionário foi disponibilizado *online*, através de formulário do *google-drive*, sendo que os estudantes participantes respondiam a partir de diversos espaços (casa, escola, smartphone), possibilitando maior liberdade de expressão. Cada estudante respondeu apenas uma vez o formulário que foi disponibilizado a partir da entrega do Termo de Assentimento assinado pelos pais.

A pesquisa qualitativa, segundo Deslandes (1994), trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, representações, valores e atitudes. Isso implica no estudo do mundo dos significados, das ações e das relações humanas, não tão perceptíveis e não tão captáveis com outro método de pesquisa. Assim, esta metodologia de pesquisa concebe a linguagem, as práticas e as coisas como inseparáveis, pois procura trabalhar com a vivência, com a experiência, com o dia a dia, com a compreensão das estruturas e instituições como resultantes da ação humana. O uso da abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de observar as pessoas em seu próprio contexto interacional, ou seja, no ambiente em que a interação ocorre naturalmente.

Nesse sentido, o nosso interesse é o de compreender a maneira como os alunos de ensino médio espontaneamente se expressam e relatam sobre o que é importante para eles, e como falam das suas ações e as dos outros. Nesta pesquisa foi utilizado o questionário semiestruturado, questões abertas e/ou fechadas, do ponto de vista dos pesquisados e da coleta de informações socioeconômicos e técnicas, utilizando

um conjunto coerente de indicadores socioeconômicos e tecnológicos (formulário *online*). O que viabiliza o diagnóstico da pesquisa qualitativa; o primeiro processo de compreensão dos dados desta pesquisa e, posterior, análise e intervenção sobre a temática.

REFLEXÕES À LUZ DE MICHEL FOUCAULT

Nas concepções teóricas da análise do discurso, é ponto fundamental trazer os conceitos formulados por Foucault (2008), no plano discursivo, uma vez que o autor explicita que o discurso luta pelo poder na sociedade, além de traduzir as lutas ou os sistemas de dominação, e é também a luta pelo poder do qual se quer apoderar.

Nesse sentido, o que está na base desse conceito é a ideia de que em toda sociedade há certo número de procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem simultaneamente a produção do discurso. A função desses procedimentos é a de “conjurar seus poderes e perigo, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (p. 9). Na sociedade existem procedimentos de exclusão, sendo que a interdição é apontada como a mais conhecida, as palavras proibidas, a segregação da loucura e a vontade de verdade; são os três sistemas de exclusão que afetam o discurso (FOUCAULT, 2008).

Porém, para dar legitimidade a estes sistemas de exclusão, a vontade de verdade foi a mais enfatizada (FOUCAULT, 2008), tanto ela quanto outros sistemas de exclusão têm como apoio as instituições, pois, através de um conjunto de práticas, dentre elas a pedagogia, os sistemas de livros, as bibliotecas, as sociedades antigas e os laboratórios de hoje os reforçam e os reconduzem simultaneamente. Além disso, segundo o autor, o sistema é reconduzido, também, pela forma como o saber é administrado em uma sociedade, como é valorizado, dividido e de certa maneira distribuído.

O presente estudo tem como pressupostos teóricos e metodológicos a Análise do Discurso (AD). No livro *Arqueologia do Saber*, Foucault (2008), que concebe a necessidade de acolher o discurso em sua dimensão de acontecimento, isto é, cada texto, cada palavra, por mais que se aproximem de outros, nunca são idênticos aos que os precedem.

Conforme explica Foucault (2008), a análise arqueológica focaliza na dimensão de exterioridade dos discursos e busca suas condições de existência nas práticas discursivas, que são também práticas sociais. As práticas discursivas produzem saberes de diferentes tipos que as caracterizam e delimitam suas especificidades.

Segundo Foucault (2007), para compreender por que apareceram em certo tempo e lugar uma ciência, uma teoria, um conceito, valores, verdades, etc., é preciso atentar para as relações sociais que os tornaram discursos enunciáveis e visíveis,

ou seja, situá-los em determinadas relações de poder. Nesse sentido, o saber se liga ao poder. Em síntese, analisar discursos significa, de acordo com Gregolin, “tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas” (2007, p. 15).

Nessa perspectiva, a análise enunciativa é uma análise histórica, e só pode se referir às coisas ditas, ao que foi pronunciado ou escrito, às performances verbais realizadas, pois a análise é feita no nível de sua existência e só se pode descrever as coisas ditas porque foram ditas (FOUCAULT, 2008).

Para Foucault (2008), o conceito de discurso carrega em seu bojo a ideia de práticas discursivas, pois é nelas que o discurso se materializa. As práticas discursivas são um conjunto de regras anônimas, históricas e determinadas no tempo e no espaço, que definem, em uma época dada, as formas como se devem enunciar os discursos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada com 129 estudantes dos Cursos Técnico em Química e Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, com idades que variam entre 14 a 18 anos. Quanto ao sexo, 81 são do sexo feminino e 48 do sexo masculino. Dos alunos e alunas que responderam o questionário 31 afirmaram que já tiveram os direitos violados no contexto do território escolar.

O recorte deste artigo constrói-se a partir da análise da pergunta aberta “O que você sugere que seja feito para acabar com o bullying”. Neste contexto selecionamos algumas respostas que mostram a percepção dos estudantes quanto à promoção de diálogos na escola para combater este mal, pois a escola foi colocada como o local de suma importância para este enfrentamento da problemática, devendo dispor de profissionais capacitados para atendimento ao sujeito que sofre ou pratica o *bullying*, além de promover ações para reflexão e abordagem o problema. O papel da escola na construção da identidade dos sujeitos é importante para a garantia dos direitos destes adolescentes de desenvolverem, e serem tratados com equidade, respeito e sem estereótipos, conforme o relato abaixo:

Excerto 01:

Conscientização dos alunos sobre as diferenças que cada pessoa tem em particular seja de gênero, opção sexual, religião, cor, entre outras. Também é preciso incentivar que quem sofra bullying conte o ocorrido para uma pessoa adulta, os pais ou a pessoa responsável na escola para tomar alguma providência, para isso é necessário que os pedagogos e coordenadores das escolas e principalmente os pais conquistem a confiança dessa criança ou jovem para contar o que acontece de

negativo com ele na escola.

Excerto 02:

Palestras, fiscalização e punições

Excerto 03:

Talvez se esse assunto fosse mais falado por meio de aulas, atividades escolares e palestras tanto no ensino fundamental, quanto no médio, haveria uma diminuição. Também acredito que educação vem de casa sim! se os pais alertarem seus filhos de que isso não é legal, esse aluno vai passar a ter consciência de que isso esta incomodando ao seu próximo. muitos jovens afetados acabam se fechando para o mundo, se tornando pessoas tímidas com o alto estima baixo por culpa do bullying que sofre.

Excerto 04:

A igualdade deve prevalecer. Medidas educativas devem ser tomadas pelas instituição de interação dos alunos e campanhas de combate.

Excerto 05:

Acredito que deve haver uma grande demanda por parte dos professores e funcionários em propagar o perigo do bullying e punir severamente aqueles que o praticam tornando miserável a vida de outro colega. Poucos alunos que sofrem bullying e poucos colegas que presenciam denunciam o ato, por medo de sofrerem o mesmo (ganhando apelidos ou sendo vítimas de brincadeiras de mal gosto) ou indiferença, por aquilo “não ser da sua conta”. Mas temos que começar a nos preocupar com aqueles que por um motivo ou outro (um comentário, ou uma piada), mesmo que não dirigidos diretamente, se sentiram ofendidos e tiveram sua saúde mental abalada. Grande parte dos estudantes do campus em que estudo são adolescentes em fase de formação de opinião e orientação sexual variada ou indefinida. Temos religiões diferentes, etnias diferentes, costumes diferentes, sexos diferentes e, enfim, diferentes modos de agir e pensar e ninguém, em momento nenhum, deve se sentir ofendido, ameaçado ou culpado por ter uma personalidade ou opinião diferente da dos demais (desde que não interfira no direito de expressão e liberdade alheio).

Pode-se perceber que as sugestões dos alunos para acabar com o *bullying* na escola são diversas. Embora haja uma luta contínua para eliminar ou, pelo menos, mitigar os conflitos em função das diferenças na nossa sociedade, os reflexos dessa desigualdade refletem na escola.

Podemos perceber que *falar sobre o bullying* é para todos os participantes uma forma de combate. Apesar de ser um tema muito comentado não é discutido com os alunos. Observamos que as categorias como de “conscientização” e “punição” emergindo como marca nesses discursos. Neste ponto, é possível perceber uma conotação de protagonismo dos estudantes perante esta realidade em seus discursos.

Sobre a conscientização, nos excertos 1 e 3 respectivamente podemos observar que eles dizem que é necessário “*Conscientização dos alunos sobre as diferenças*” e “*esse aluno vai passar a ter consciência de que isso esta incomodando ao seu próximo*”. É possível, então, compreender que para os participantes o praticante do *bullying* não tem a consciência de seu ato e/ou de suas consequências, não sendo assim uma ação proposital, mas realizado em forma de brincadeira, sendo esta conscientização necessária e um papel educacional.

Há também a menção nas narrativas da diferença que produz o *bullying* que age na intersecção: orientação sexual, cor, raça, religião, classe e outras diferenças. Trecho 1 “*cada pessoa tem em particular seja de gênero, opção sexual, religião, cor, entre outras*”, trecho 5 “*Temos religiões diferentes, etnias diferentes, costumes diferentes, sexos diferentes e, enfim, diferentes modos de agir e pensar [...]*. Esse apontamento é muito importante no tocante ao *bullying*, através de Foucault podemos perceber que as sociedades modernas são sociedades de ‘disciplinarização’, são ainda de normalização e nessas, os discursos e práticas disciplinares propõe saberes e regras de verdade e de normalidade, sendo que o normal é aquilo que se é verdadeiro, aceito e legitimado pela sociedade, sendo reforçada por um suporte institucional que é reconduzido e atribuído por uma série de práticas.

O fator de maior importância nas narrativas de todos os participantes é a importância do papel da escola no combate ao *bullying*. Todos os excertos trazem em suas narrativas algo que demanda ação da escola, excerto 1 “[...] *a pessoa responsável na escola para tomar alguma providência [...]*”, excerto 2 “*Palestras, fiscalização e punições*”, excerto 3 “*Talvez se esse assunto fosse mais falado por meio de aulas, atividades escolares e palestras tanto no ensino fundamental, quanto no médio, haveria uma diminuição*”, excerto 4 “[...] *Medidas educativas devem ser tomadas pelas instituição [...]*” e excerto 5 “[...] *demanda por parte dos professores e funcionários em propagar o perigo do bullying e punir severamente aqueles que o praticam [...]*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ambiente escolar percebe-se que um dos motivos de conflitos e afastamentos entre os sujeitos é a discriminação relacionada à classe social, gênero,

credos, etnia, culturas, que são geradores de brigas, xingamentos e agressões entre estudantes que não conseguem lidar com as diferenças e com o outro. Por este fator, é fundamental a intervenção da escola e do trabalho docente que deve promover estudos, debates e reflexões que vise à melhoria do clima escolar e a redução de práticas violentas. A instituição de ensino tem cada vez mais responsabilidade de ensinar a socializar, a entender e respeitar as diferenças e a valorizar o ser humano.

Encontrar formas adequadas de lidar com a diversidade na escola será essencial para a prevenção de violência na escola. Os conflitos certamente surgirão na existência de diversidade, mas isso, antes de significar violência, agressividade, pode fazer com que as pessoas aprendam mais sobre o outro e passem a respeitá-lo.

Estas relações saudáveis são fundamentais para favorecer a construção de uma escola transformadora, onde toda comunidade escolar tenha intenção em mudar através de uma educação ativa, livre, cooperativa e holística que pense o aprendizado como o conhecimento contínuo em que envolve os estudantes, docentes, a comunidade e extrapole os muros da escola. Enfim que se pense em uma educação viva, sem padrões preestabelecidos e numa construção coletiva, onde o “eu” e o “outro” se complementam num movimento de trocas e vivências onde percebem que se complementam e que são ricas as experiências partilhadas a partir das diferenças.

A violência não está restrita aos muros da escola e está certamente relacionada ao contexto social em que se insere, isso não quer dizer que a instituição de ensino e seus membros possam isentar-se de sua responsabilidade de transformação diante da sociedade, embora algumas formas de violência que ocorrem nos limites da escola sejam motivos constante de preocupação, em especial aquelas protagonizadas por estudantes, outras agressões recebem pouca ou nenhuma atenção como, por exemplo, o assédio moral de professores, o racismo, a homofobia e outras formas de discriminação.

O reconhecimento de que a escola é um lugar de reprodução de formas de preconceito, discriminações e desigualdades sociais, e que estas se manifestam por meio de violência física e simbólica, deve levar o sistema escolar a conceber estratégias de intervenção para o seu enfrentamento e combate. O currículo pode ser utilizado como estratégia de enfrentamento das formas de violência que ocorrem no contexto escolar, tanto as que são facilmente percebidas quanto aquelas que estão escondidas ou silenciadas. Entretanto, mais do que um espaço social prevenção da violência física e simbólica, a escola precisa tornar-se espaço de construção de seres humanos orientados para a cidadania, para a inclusão e o respeito às diferenças. Encontrar formas adequadas de lidar com a diversidade na escola é essencial para a superação da violência e para a construção de formas mais democráticas de

interação e de respeito ao outro. Os conflitos certamente surgirão na existência de diversidade, mas isso, antes de significar violência, agressividade, pode fazer com que as pessoas aprendam mais sobre o outro e passem a respeitá-lo.

Pensando na escola, no seu currículo e na concepção de que o conhecimento está em constante transformação, de que muda permanentemente e que deve favorecer o crescimento pessoal, devemos refletir sobre a prática de um currículo que não é fixo e engessado, que não propõe universalizar uma verdade em especial e que rompa com o único objetivo de ensinar aquilo que é mensurável, quantificável e observável, desconsiderando as complexidades, subjetividades e singularidades dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. M. **Ensino Médio**: múltiplas vozes. Brasília: UNESCO.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, M. G.. **Caleidoscópio das violências nas escolas** (Séria Mania de Educação). 1. ed. Brasília: Missão Criança Editora, 2006.

ABRAMOVAY, Miriam. et alii. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ANDRE, Maria Elisa D. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus. 1995.

BAUER, Martin W. & GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. Editora Vozes: São Paulo, 7ª edição, 2003.

BAUER, Martin W. & ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. *In*: BAUER, Martin W. & GASKEL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, p.17 – 36, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a Pesquisa Participante**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984

BRUNER, Edward. M. Introduction: The ethnographic self and the personal self. *In* BENSON, Paul (ed), **Antropology and Literature**. Urbana: University of Illinois Press, p. 1 – 26, 1993.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994

CHARLOT, Bernard. **A violência na escola**: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002.

DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S.. O sétimo momento - Deixando o passado para trás. *In*: DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S.(orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2ª ed. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, p. 389 – 406, 2006.

DESLANDES, Suely Ferreira, NETO, Otavio C., GOMES, Romeu & MINAYO, Maria Cecília de S. (orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: rio de Janeiro: vozes, 1994.

- FERRAÇO, Carlos Eduardo. **Cotidiano escolar, formação de professores (as) e currículo**. São Paulo: Cortez, 2005.
- FOUCAULT, M. (2008). **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária. (Original publicado em 1969).
- FOUCAULT, M. (2008). **A ordem do discurso**. São Paulo, SP: Edições Loyola. (Original publicado em 1970).
- FOUCAULT, M. (2011). **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo, SP: Graal. (Original publicado em 1976).
- GASKEL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W. & GASKEL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, p.64 – 89, 2003.
- LEMOS, Anna Carolina Mendonça. Uma visão psicopedagógica do *bullying* escolar. **Rev. Psicopedagogia**. 2007; 24(73): 68-75.
- MACEDO, Rosa Maria de Almeida, BOMFIM, Maria do Carmo Alves. *Violence in schools*. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 605-618, set./dez. 2009. MEC, 2003.
- PEREIRA, A.C. & WILLIAMS, L.C.A (2010). **Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente**. Vol. 18, no 1, 41 – 52, *Temas em Psicologia – 2010*. Disponível em: <<http://www.laprev.ufscar.br/documentos/arquivos/artigos/>>. Acessado em 20 de junho de 2015.
- RUBIN, Herbet J. & RUBIN, Irene S. **Qualitative interviewing: the art of hearing data**. London: SAGE Publications, 1995.
- SOUZA, Liliâne Pereira de. A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. **Revista LABOR** nº7, v.1, 2012.
- ZALUAR, Alba. LEAL, Maria Cristina. Violência Extra E Intramuros. **Revista Brasileira De Ciências Sociais** - RBCS Vol. 16 no 45 fevereiro/2001.

INCLUSÃO SOCIAL ESCOLAR DOS POVOS CHIQUITANOS: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

Isabel Cristina Silva

RESUMO: Promover a inclusão social, contribuir para uma sociedade culturalmente mais humanizada, e impulsionar o desenvolvimento científico das ciências é missão de qualquer instituição de ensino. Entusiasmados por esta perspectiva surgiu o interesse em desenvolver este estudo, tendo como problema de pesquisa identificar como ocorrem os processos de inclusão social no ambiente educacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Os atores sociais colaboradores da pesquisa são os alunos do ensino médio, oriundos de povos Chiquitanos residentes na região fronteira de Mato Grosso. O embasamento teórico para pesquisa é composto por Nóvoa (2002), Aranha (2000), Merleau Ponty (1994), Mota (2017), entre outros. Optou-se por desenvolver a pesquisa através da fenomenologia com abordagem qualitativa. Como objetivo a pesquisa procura identificar as causas da exclusão social escolar, analisando se ocorre a exclusão social, com grupos específicos como os Chiquitanos. Com relação aos materiais e métodos, pretende-se utilizar de questionários online, entrevistas e observações em campo. Espera-se como resultado identificar fatores que possam interferir no processo de inclusão social escolar, e desta forma, promover o

diálogo entre comunidade escolar e sociedade na busca de construírem referenciais que permitam o enfrentamento institucional das questões relacionadas à exclusão social escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Ensino, Chiquitanos.

SCHOOL SOCIAL INCLUSION OF THE CHIQUITAN PEOPLES: THE CHALLENGES OF EDUCATION

ABSTRACT: Promote social inclusion, contribute to a more humanized cultural society, and boost the scientific development of science and the mission of any educational institution. Excited by this perspective emerged or was interested in developing this study, having as research problem identify how the processes of social inclusion occurred in the educational environment of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso (IFMT). The collaborating social actors of the research are the high school students, coming from Chiquitanos people living in the border region of Mato Grosso. The theoretical basis for research is composed by Nóvoa (2002), Aranha (2000), Merleau Ponty (1994), Mota (2017), among others. Choose to develop research on phenomenology with a qualitative approach. As objective the research can identify as causes of social exclusion in school, analyzing

if social exclusion occurs, with groups of criteria such as Chiquitanos. For materials and methods, use the online questionnaires, interviews and field presentations. It is expected as a result to identify factors that may interfere in the process of school social inclusion, and thus promote dialogue between the school community and society in search of reference references that allow or face institutional problems related to school social exclusion.

KEYWORDS: Inclusion, Teaching, Chiquitanos.

INTRODUÇÃO

A inclusão social escolar das diferentes identidades, dos diversos modos de vida e das diferentes (re)significações, dos povos e seus territórios vem ganhando espaço nas discussões da sociedade. Possibilitar aos indivíduos em diversos contextos e espaços geográficos tenham oportunidades iguais de expressão de seus talentos e capacidades de criação é a meta que pretende-se alcançar num país que luta por paridade social.

Os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos de grupos com *status* minoritários, principalmente, têm causado enormes danos na construção da coletividade.

A criação de políticas públicas educacionais direcionadas a defesa das diferenças culturais, da(s) identidade(s), da autonomia e do combate à violência com foco na inclusão social escolar, na resiliência e na interculturalidade, pautadas pelo respeito aos Direitos Humanos devem ocupar espaço nas ações do poder público.

Cada vez mais, as instituições de ensino são confrontadas a buscar alternativas de inclusão social, a promoção da inclusão social dentro do espaço educacional é algo que deveria fazer parte do cotidiano das instituições de ensino. Todavia inúmeros fatores têm contribuído na contramão desta perspectiva e aumentado os casos de isolamento social, aversão à escola e evasão. A violência, o *bullying* e a própria inércia das instituições de ensino estão entre os fatores que contribuem para agravar o problema da exclusão social escolar.

No caso da violência, quando se considera especificamente os adolescentes, observa-se que a agressão pode resultar em consequências graves, considerando-se que no caso dos jovens pode não existir ainda a maturidade suficiente para lidar com a situação - os mesmos podem incorporar a ideia de que somente através do uso da agressividade é que se torna possível a resolução de conflitos.

No caso do *bullying*, o cenário é igualmente preocupante já que as consequências negativas deste fenômeno repercutem na escolaridade, no desenvolvimento psicossocial e nas condições de saúde dos estudantes. São comuns os casos de depressão, ansiedade, solidão, comportamentos agressivos, indisciplina, reprovação,

evasão, uso de álcool e drogas e até suicídio estarem associados a casos de *bullying* na adolescência. (LOPES, 2005).

Entre adolescentes os atos de exclusão social no ambiente escolar não são incomuns. Tais atos têm repercutido nos diversos tipos de relações, seja ela familiar, grupos de amigos, relações de trabalho, o que tem comprometido nocivamente a qualidade de vida dos envolvidos.

É nesta reflexão sobre a importância da inclusão social escolar das diferentes identidades e espaços geográficos e na inquietação de como as instituições de ensino lidam com estas questões que surgiu o interesse em desenvolver esta pesquisa tendo como lugar de estudo o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT- Campus Pontes e Lacerda/Fronteira Oeste e como problema de pesquisa responder ao seguinte questionamento: *Como ocorrem os processos de inclusão social no IFMT dos alunos Chiquitanos na região fronteira do Oeste de Mato Grosso?*

Contextualizada pela problematização acima apresentada, e ainda entendendo que falar de inclusão social escolar também implica falar em exclusão social, este artigo desdobra-se ainda em questões subjacentes, que podem orientar a pesquisa, mesmo não sendo a questão central tais como: Ocorre a exclusão social escolar? Se sim, quais são os motivos? Quais são os principais protagonistas? Os atos de exclusão social ocorrem em um grupo social específico como Chiquitanos? A exclusão social tem alguma relação com a violência, o *bullying* e a evasão escolar? Quais são as consequências psíquicas e comportamentais que a exclusão social traz para os envolvidos? Quais as estratégias de enfrentamento adotadas pela Instituição para combater a exclusão social? Tais questões permeiam o nosso trabalho na tentativa de encontrar respostas à questão central e que beneficiem as estratégias de criação de políticas educacionais voltadas à inclusão, a mediação e superação de conflitos não só no ambiente educacional, mas que se propaguem nos diversos tipos de relações existentes que acontecem nas comunidades e no dia a dia da sociedade.

Desta forma, a pesquisa se justificativa pela busca de possibilidades na construção de referenciais e atividades interdisciplinares, multidisciplinares e transversais que ao mesmo tempo propiciem a inclusão social, combata a exclusão e os malefícios impostos pela mesma. Busca ainda contribuir para ampliar o conhecimento científico referente à temática da inclusão social, especialmente envolvendo os povos Chiquitanos das regiões fronteiriças de Vila Bela da Santíssima Trindade, Cáceres e Pontes e Lacerda, procurando neste contexto, compreender a inclusão social por um ângulo diferente e ao mesmo tempo dar visibilidade a estes povos que tanto contribuíram nas origens do Estado de Mato Grosso.

Outro fator de relevância para esta pesquisa é a existência de dados apresentados através do trabalho “Violação dos Direitos Humanos e *Bullying*:

a sociabilidade no cotidiano escolar”, (OLIVEIRA, et al, 2017), de autoria dos pesquisadores do grupo de pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC), que denotam a existência, do *bullying* e da violência etno-racial dentro do Instituto Federal de Mato Grosso, e neste sentido, esta pesquisa busca aprofundar o conhecimento se os tipos de violências identificadas na pesquisa causam a exclusão social escolar dos Chiquitanos, já que ainda existe uma grande concentração destes povos na região de fronteira.

Como objetivo geral, a pesquisa buscará investigar e compreender como ocorrem os processos de inclusão social dos alunos Chiquitanos no ambiente do Instituto Federal de Mato Grosso.

Na tentativa de contribuir para a construção de caminhos para uma escola inclusiva esta pesquisa têm ainda os seguintes objetivos específicos: identificar as causas da exclusão social escolar uma vez identificada; analisar se ocorre a exclusão social com grupos específicos como os Chiquitanos; avaliar se as instituições pesquisadas promovem a valorização da diversidade presente nas comunidades dos povos Chiquitanos como forma de inclusão social escolar e promoção da sua riqueza cultural.

É impossível falar dos Chiquitanos sem levar em consideração a herança cultural e a identidade coletiva que os mesmos trazem aos longos dos anos. Na região de Cáceres, Pontes e Lacerda e Vila bela da Santíssima Trindade, o IFMT é visto como referência em educação e naturalmente, surge o questionamento sobre o que o IFMT enquanto instituição de ensino tem feito para promover a inclusão social escolar desta parcela da população, respeitando sua organização social, suas vivências culturais e promovendo a valorização do seu modo de vida, das suas crenças e costumes que perpetuam ao longo dos anos, combatendo a invisibilidade da sua especificidade étnica e a negação da identidade como Chiquitano.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ambiente educacional deve ser um espaço seguro ao aluno, capaz de promover a formação crítica e emancipatória dos indivíduos. Para atender a esta necessidade, é relevante que as escolas proporcionem cenários favoráveis às discussões que englobem o respeito ao ser humano, a diversidade, e ao convívio social saudável. A Junção do trabalho entre a comunidade, famílias e escolas é essencial para o fortalecimento da democracia no ambiente educacional, em que “a concepção da escola como um espaço aberto, em ligação com outras instituições culturais e científicas e com uma presença forte das comunidades locais, obriga os professores a redefinirem o sentido social do seu trabalho” (NÓVOA, 2002, p. 23).

A educação é considerada direito de todos. É dever do estado e da família, oportunizar que as crianças e adolescente tenham desde cedo o acesso à mesma, objetivando a formação profissional, pessoal, com ênfase no desenvolvimento crítico-científico do indivíduo, sua formação ética, autônoma e cidadã, sempre com o compromisso com a justiça social e levando em consideração o contexto sócio-cultural ao qual o sujeito está inserido.

Segundo Paulo Freire defende a educação emancipadora “Enquanto prática social, a prática educativa em sua riqueza, em sua complexidade, é um fenômeno típico da existência e, por isso mesmo, um fenômeno exclusivamente humano” (FREIRE, 1996, p. 54).

O Brasil tem uma longa história de exclusão social educacional de pessoas estigmatizadas pelo seu status de raça, cor, etnia, gênero, orientação sexual e condição socioeconômica. Para Cunha (2010), dependendo dos interesses políticos e econômicos existem em cenários de conflitos onde a identidade étnica desses grupos tende a ser negadas. Neste contexto, as políticas de reconhecimento passam a ser vistas como um privilégio e não como um direito. Essa negação age inclusive na consciência étnica de cada indivíduo, que passa a também questionar a sua própria identidade.

Segundo Souza (2003), a noção individualista do direito negou a estes diversos povos oriundos de comunidades como os Chiquitanos e muitas outras comunidades coletivas, qualquer direito coletivo, fazendo valer apenas os direitos individuais, cristalizados na propriedade privada (2003, p. 45).

É neste cenário de opressão que fica evidente que a educação tem um papel fundamental na formação crítica dos cidadãos. E através dela que os indivíduos podem atuar nas diferentes práticas sociais, de modo a posicionar-se enquanto sujeito crítico, ocasionando, com isso, o seu empoderamento frente aos discursos, interesses, ideologias e forças opressoras. Nesta miscigenação dos seus diversos papéis, a escola assume também a tarefa de incluir, englobar a diversidade étnica dos povos.

O processo de inclusão social escolar é um dos principais pilares de uma educação de qualidade, a fim de proporcionar aos indivíduos condições de construir um desenvolvimento crítico, capaz de lutar contra qualquer forma de dominação, permitindo que cada indivíduo seja respeitado independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, étnicas, emocionais, linguísticas.

Aranha (2000), argumenta que para a escola tornar-se inclusiva são necessários suportes de diferentes tipos: físico, pessoal, material, técnico e social, destacando que essas são condições necessárias, mas não suficientes para garantir a equiparação de oportunidades e uma educação efetivamente inclusiva.

Conforme Moreira (2006), deve-se ressaltar que a “educação inclusiva

é a aceitação das diferenças, não uma inserção em sala de aula” e que exige transformações no sistema de ensino, envolvendo o respeito às diferenças individuais, a cooperação entre os alunos, professores capacitados para incluir todos os alunos em todas as atividades escolares e, principalmente, trabalhar a questão do respeito e da dignidade.

Uma revisão da literatura nos permite descrever alguns benefícios da inclusão social: redução do medo de pessoas com aparência ou comportamento diferentes, aumento da receptividade aos outros, comunicação mais eficaz com todos os colegas, desenvolvimento de princípios morais e éticos pessoais, menos preconceito, mais empatia (STAUB & PECK, 1995).

O espaço de inclusão social possibilita um melhor aprendizado, estimula a cooperação e a construção de relações afetivas. Pensar em uma escola inclusiva significa pensar em uma escola onde o aluno seja atendido de acordo com suas necessidades e dificuldades, utilizando os recursos e metodologias que proporcionem o seu aprendizado e desenvolvimento social (MIRANDA, 2001).

Ao abordamos o indivíduo nesta pesquisa, somos levados a aprofundar nosso conhecimento no ser humano. Para tal objetivo buscamos embasamento teórico na subjetividade e na fenomenologia de Merleau-Ponty (1945/1994). Ponty que ofereceu tantas contribuições para que pesquisadores continuem insistindo no conhecimento do ser humano. Conhecer o homem em seu mundo é um legado da fenomenologia, sobretudo, talvez, às ciências sociais.

Para assimilar o sentido da subjetividade em Merleau-Ponty torna-se imprescindível compreender também a noção de liberdade. Na concepção de Merleau-Ponty, a liberdade é sempre o encontro do nosso ser interior com o exterior e as escolhas que fazemos tem sempre lugar sobre as situações dadas e possibilidades abertas. O sentido das nossas escolhas contribui para a subjetividade. O campo da subjetividade encontra-se recortado pela historicidade, pelos objetos da cultura, pelas relações sociais, tensões, contradições, paradoxos, afetos (NOBREGA, 2008). Assim, todas as experiências vividas, sentimentos mobilizam sentidos que foram construídos nesse campo subjetivo e apresentam-se como maneiras de subjetivação específicas da cultura contemporânea e da educação como um processo de aprendizagem dessa mesma cultura.

Merleau-Ponty (1945/1994), recoloca a questão transcendental de Husserl, pois que do natural e do social, descobrimos a ambiguidade da vida, de estar ‘no’ mundo e sermos ‘do’ mundo; solicitados por ele e livre para escolhermos. Emolduramos nossa existência por intermédio e através de nossas escolhas e nisso reside o verdadeiro.

Na sociedade em que vivemos estar incluído significa ter as mesmas oportunidades dentro da sociedade e acesso ao processo de escolarização. Contudo, não são poucos os estudantes que enfrentam dificuldades no processo

de escolarização. Para lidar com essas dificuldades, o próprio sistema necessita buscar alternativas. Refletir sobre tal estratégia é imprescindível quando se almeja a concretização de uma educação que seja inclusiva em seu cerne.

METODOLOGIA

Para se atender ao objetivo proposto nesta pesquisa e com o intuito de compreender e interpretar determinados comportamentos, opiniões e expectativas dos indivíduos dentro do contexto escolar, optou-se por desenvolver a pesquisa através da fenomenologia com abordagem qualitativa, em que suas características se configuram da seguinte forma: a fonte direta dos dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal; a investigação qualitativa é descritiva, o interesse mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados e produtos, tendência em analisar os dados de forma indutiva, o significado de importância vital na abordagem qualitativa. Em contraste à pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada pesquisa soft. O protótipo mais conhecido é, provavelmente, a entrevista em profundidade (BAUER & GASKELL, 2015).

Os atores sociais, colaboradores da pesquisa, são os alunos ingressantes do ensino médio do ano de 2018, do Instituto Federal de Mato Grosso dos campi de Pontes e Lacerda e Cáceres, do período matutino e vespertino, com a faixa etária entre 14 e 18 anos. Tal recorte se dá em virtude de acreditar que alunos ingressantes terão maior dificuldade em lidar com atos de preconceitos, *bullying*, violência e discriminação.

Antes de abordarmos os materiais e métodos a serem utilizados na pesquisa, necessitamos esclarecer que esta pesquisa utiliza parte dos dados coletados para uma pesquisa de mestrado que está em andamento e já está autorizada pelo Comitê de Ética (CAAE: 60165016.0.0000.5165/Parecer: 2.110.377). Trata-se também de um recorte de outra pesquisa que está em andamento, sendo realizada pelo GPHSC - Grupo de Pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea, cuja temática foca em questões relacionadas aos direitos Humanos e *Bullying*. Numa primeira etapa desta pesquisa desenvolvida pelo GPHSC, foi aplicado um questionário online, com questões referentes à temática direitos humanos e *bullying* no ano de 2017. Das respostas encontradas neste questionário é que surgiu o interesse em desenvolver a pesquisa do mestrado, uma vez que foi identificado o registro de *bullying* relacionados a questões étnico-raciais.

A segunda etapa desta pesquisa do GPHSC será desenvolvida neste segundo semestre de 2018 e início de 2019, na qual serão englobados os questionamentos

referentes ao objeto de pesquisa deste trabalho através de questionário online, entrevistas e observação em campo.

Feito este esclarecimento, podemos dizer que com relação aos materiais e métodos deste trabalho pretende-se utilizar questionários online com grupos de adolescente, os quais responderão a perguntas abertas e fechadas, sendo as questões fechadas tabuladas através de gráficos e planilhas e posteriormente analisadas juntas com as questões abertas para melhor compreensão da inclusão e exclusão social e suas peculiaridades.

Em seguida serão realizadas entrevistas, cuja seleção dos estudantes a serem entrevistados, estará condicionada aos dados encontrados no diagnóstico realizado; pelo menos serão entrevistados dois estudantes por etnia estudada, com entrevista semiestruturada, de modo a permitir que o interlocutor expresse de modo singular suas vivências.

Posteriormente a etapa de entrevista será realizada observações em campo, onde os dados serão minuciosamente anotados e posteriormente analisados junto com os demais dados coletados nos questionários e na entrevista, utilizando-se de caderno de campo.

Com o intuito de compreender um pouco mais sobre o objeto pesquisado foi feita também uma pesquisa inicial de revisão de artigos científicos, para conhecimento do estado da arte, utilizando-se de alguns descritores, constituída principalmente de artigos científicos, teses e dissertações de origem nacional e internacional englobando os seguintes descritores: Chiquitanos “Mato Grosso”, Quilombolas e Chiquitanos “Mato Grosso”, Quilombolas, Chiquitanos e Educação.

Descritores (2010-2018)	Scielo	Google Acadêmico	Portal de periódicos das Capes
Chiquitanos “Mato Grosso”	3	5	11
Quilombolas e Chiquitanos “Mato Grosso”	1	-	3
Quilombolas, Chiquitanos e Educação	1	-	3

Quadro1 - Descritores

Fonte: Autor próprio, 2018.

É possível observar que o objeto de pesquisa ainda é incipiente em termos de estudos acadêmicos. Desta forma os resultados da pesquisa permitirão fomentar discussões sobre o tema abordado, entre a sociedade e a comunidade escolar; mostrando a possibilidade de construção de referenciais e atividades interdisciplinares, multidisciplinares e transversais que propiciem um melhor entendimento da importância de se promover a inclusão social e, paralelamente combater a exclusão social na busca da construção de uma sociedade mais justa e

igualitária, com ênfase no ser humano e no pluralismo cultural.

RESULTADOS ESPERADOS

Como resultados, espera-se identificar fatores que possam interferir no processo de inclusão social escolar, e desta forma, promover o diálogo entre comunidade escolar e sociedade na busca de construir referenciais que permitam o enfrentamento institucional das questões relacionadas à exclusão social escolar, conseqüentemente a construção de ambientes mais democráticos, onde prevaleça o respeito às diferenças e a convivência saudável das diferentes identidades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apenas as respostas obtidas a partir do questionário online poderão não ser suficientes para formar uma compreensão do quadro geral (e inicial) das práticas de inclusão social no contexto escolar. É necessária uma análise em profundidade e em detalhamento dos sentidos e significados das diferenciações de identidades étnicas, de gênero, religiosas, linguísticas que estão inseridas no ambiente escolar. Tornam-se necessárias observações de campo das formas cotidianas de interação entre os alunos e entrevistas abertas possibilitariam uma melhor compreensão dos processos de construção das subjetividades no ambiente escolar, o que permitiria, por sua vez, a construção de projetos culturais (práticos e teóricos) de intervenção com o objetivo de redução das formas interativas baseadas em preconceitos e na violência, conseqüentemente a promoção da inclusão social escolar.

Nesta perspectiva as instituições de ensino necessitam criar mecanismos inclusão social e de combate à exclusão social escolar. Propor ações com diversos profissionais a fim de implantar projetos que trabalhem ações de combate à evasão escolar, ao *bullying* e a violência são fundamentais no cotidiano escolar. A exclusão social escolar é um grande desafio a ser vencido. A necessidade de uma sociedade melhor, mais justa e inclusiva é o elemento propulsor para que seja possível uma ação conjunta entre família e escola na busca da promoção do respeito e da tolerância ao diferente.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Inclusão Social e Municipalização**. In: MANZINI, E. J. (Org.). Educação Especial: temas atuais. Marília: UNESP, 2000. p.1-9.

BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, Manoela Carneiro da. **Cultura Com aspas e Outros Ensaios**. Cosac Naify, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e Participação Comunitária**. In: CASTELLS, Manuel. *Novas Perspectivas Críticas em Educação*. Porto Alegre: ArtMédicas, 1996a, pp. 53-61.

LOPES, A. A., NETO. **Bullying - Comportamento Agressivo entre Estudantes**. *Jornal de Pediatria*. 2005. 81(5), 164-172.

MERLEAU-PONTY, M. (1994). **Fenomenologia da percepção**. (C. Moura, Trad.) São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em francês, 1945).

MIRANDA, M. J. DE (2001). **Educação, deficiência e inclusão no município de Maringá**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR.

MOTA, Raquel Martins Fernandes, *et al.* **Sociedade contemporânea: convivência global e violência escolar**. In IV Congresso Nacional de Educação 2017, Brasil, PB, João Pessoa.

MOREIRA, M. **A inclusão do deficiente auditivo usuário de implante coclear: um olhar familiar à luz da legislação**. *Construindo o Serviço Social*, n.16, p.59-87, 2006.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. **Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty**. *Estudos de Psicologia*. Rio Grande do Norte 2008, 13(2), 141-148.

OLIVEIRA, Paulo Alves. *et al.* **Violação dos Direitos Humanos e Bullying: a sociabilidade no cotidiano escolar**. 69ª Reunião Anual da SBPC - UFMG - Belo Horizonte/MG.2017

SOUZA-FILHO, C. F. M. **Multiculturalismo e direitos coletivos**. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Série Reinventar a emancipação social para novos manifestos,3).

STAUB, D., & Peck, C. A. **What Are the Outcomes for Nondisabled Students?** *Educational Leadership*, 52(4), 36–40, 1995.

BULLYING, IDENTIDADE E DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Jair Aniceto de Souza
Vanessa Costa Gonçalves Silva
Degmar Francisco dos Anjos

RESUMO: Esse artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre bullying e violação dos direitos humanos no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Avançado Sinop (IFMT Campus Avançado Sinop), constituindo-se como parte específica de um estudo mais amplo sobre o fenômeno do bullying coordenado pela Profa. Dra. Raquel Martins Fernandes, no âmbito do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT (GPHSC-IFMT), com o título “Violação dos Direitos Humanos e Bullying no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento do alunos”. A maior parte dos dados foram coletados através do questionário “Violação dos Direitos Humanos e Bullying”. Responderam ao questionário 117 alunos, do 1º e do 2º ano do Ensino Médio, de idades entre 14 e 17 anos. Também se utilizou da observação direta do comportamento dos alunos em suas interações cotidianas no ambiente escolar como instrumento de coleta de informações. Sobre a questão dos direitos humanos, procuramos focar aspectos de sua violação no âmbito escolar, sob a forma de relações de desrespeito e maus-tratos entre

os alunos, e seus reflexos sobre o processo de construção de identidades e diferenças no contexto escolar. Aborda-se também nesse artigo a responsabilidade do sistema escolar na construção de uma cultura dos direitos humanos, de respeito às diferenças e de reconhecimento da dignidade inerente à particularidade cada ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: bullying, direitos humanos, ensino, identidade.

BULLYING, IDENTITY AND HUMAN RIGHTS IN SCHOOL CONTEXT

ABSTRACT: This article presents the results of research on bullying and violation of human rights in the context of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso Advanced Campus Sinop (IFMT Advanced Campus Sinop), constituting as a specific part of a more detailed study about the phenomenon of bullying coordinated by Profa. Dr. Raquel Martins Fernandes, within the IFMT Research Group on Humanities and Contemporary Society (GPHSC-IFMT), entitled “Violation of Human Rights and Bullying in the School Context: Diagnosis and Proposed Intervention Based on the Empowerment of students”. Most of the data were collected through the “Human Rights Violation and Bullying” questionnaire. A total of 117 students,

from the 1st and 2nd year of high school, aged between 14 and 17 years answered the questionnaire. It was also used the direct observation of students' behavior in their daily interactions in the school environment as an instrument for collecting information. On the issue of human rights, we seek to focus on aspects of their violation in the school environment, in the form of disrespectful relationships and mistreatment among students, and their reflections on the process of building identities and differences in the school context. This article also addresses the responsibility of the school system in building a culture of human rights, respect for differences and recognition of the dignity inherent in the particularity of each human being.

KEYWORDS: bullying, human rights, teaching, identity.

INTRODUÇÃO

A escola, como instância socializadora de enorme importância no mundo contemporâneo, tem uma parcela significativa de responsabilidade nas imagens que os alunos constroem sobre si mesmos e sobre os outros (OLIVEIRA, 2015). Além disso, como espaço social contraditório e não imune às influências externas, os processos conflitivos que ocorrem em outras instâncias sociais também se fazem presentes em seu interior, fazendo dela um espaço de reprodução de formas de desigualdade e de opressão. As relações cotidianas de desrespeito, maus-tratos, humilhações e desprezo que vem se alastrando no ambiente escolar, em termos de sua compreensão pelos pesquisadores educacionais, condensadas sob o conceito de *bullying*.

Apesar do *bullying* como objeto de atenção dos pesquisadores em educação ser um fenômeno relativamente recente, sua prática ampliada e recorrente no contexto escolar tem provocado sérias preocupações e demandado esforços cada vez mais concentrados em sua erradicação. Definido como um tipo de violência repetitiva e intencional (FANTE, 2005), suas consequências têm sido extremamente negativas no desempenho dos estudantes, além de provocar danos nos processos interativos e de socialização no ambiente escolar. Segundo Zanela e Trevisol (2014), os motivos que acionam a prática do *bullying* não são explícitos ou evidentes, mas podem provocar males irreversíveis nas suas vítimas. Para Fante (*Idem*), a prática recorrente do *bullying* impõe às suas vítimas dor, angústia, sofrimento, exclusão e isolamento, além de prejuízos físicos, morais e materiais.

São múltiplas as abordagens usadas pelos investigadores nos estudos sobre o fenômeno do *bullying*, destacando-se aquelas que o compreendem como prática social assimilada aos processos de naturalização da violência ou como forma de produção social da violência institucionalizada no contexto escolar. Em termos gerais, nesses estudos, a violência tem sido entendida, seja nas interações individuais ou

nas relações entre os grupos e classes sociais, sob dois aspectos fundamentais: primeiramente, como relação de força com capacidade para converter diferenças em relações hierárquicas e em formas de desigualdade, tendo por finalidade o exercício da dominação, da exploração ou da opressão de um grupo sobre outro. Em segundo lugar, como toda e qualquer ação que objetivando retirar do indivíduo sua qualidade de sujeito, desumaniza-o e trata-o como coisa, impondo-lhe o silêncio e a passividade. Também ganham projeção os estudos orientados para a construção de estratégias de intervenção, de prevenção e de combate a essas práticas no cotidiano escolar (CALHAU, 2009; CHALITA, 2008; FANTE, 2004; MOTA, 2016; ZANELLA e TREVISOL, 2014).

Do ponto de vista de sua caracterização, da produção de diagnósticos e de construção de estratégias de intervenção, o fenômeno do *bullying* no contexto escolar vem sendo objeto de estudos do Grupo de Pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (GPHSC - IFMT). Trata-se de um grupo de pesquisa cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e que, sob a liderança da Professora Doutora Raquel Martins Fernandes, desenvolve um amplo projeto de investigação, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 60165016.0.0000.5165), sob o título de “Violação dos Direitos Humanos e *Bullying* no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos”. Este artigo é parte das investigações desse grupo de pesquisa, constituindo-se como um estudo específico da prática do *bullying* e tendo como objetivo identificar como são desencadeadas as possíveis ocorrências de violação dos Direitos Humanos e sua relação com os processos de construção de identidades e diferenças que envolvem adolescentes do Ensino Médio no IFMT - *Campus Avançado Sinop*.

Pesquisas sobre o *bullying* no âmbito escolar se tornam cada vez mais importantes na medida em que estas práticas estão cada vez mais presentes nas interações que ocorrem entre alunos, tornando-se um grave problema social que, além de produzir danosas consequências sobre o seu desempenho escolar, também produz efeitos negativos no seu processo de socialização, tendendo para a construção de relações sociais e de formas de convivência baseadas na intolerância e na exclusão do diferente. Ademais, justifica-se também na medida em que qualquer política ou forma de intervenção com o objetivo de combate ao desrespeito e à intolerância no âmbito escolar deve ser orientada pelo conhecimento sistemático sobre suas origens e consequências.

METODOLOGIA E RESULTADOS

A pesquisa que deu origem a este artigo é de natureza qualitativa. Segundo Bauer e Gaskell (2003), entre as características da investigação qualitativa destacam-se a busca pelos significados que os sujeitos pesquisados atribuem às suas próprias ações, o caráter descritivo de apresentação, o uso de métodos de observação participante, a formulação de questões abertas nas entrevistas, entre outras. No caso específico desta pesquisa, embora tenhamos feito uso de algumas relações quantitativas para construir noções gerais sobre os sujeitos pesquisados, nossas principais interpretações foram construídas principalmente a partir das questões abertas do questionário utilizado para coleta de dados e da observação *in loco* do comportamento desses sujeitos.

Numa primeira etapa, o estudo foi dirigido por meio de um questionário com quinze questões, treze fechadas e duas abertas, que norteiam o recolhimento das informações e permitem a caracterização dos sujeitos pesquisados e do contexto social no qual estão inseridos. As dez primeiras questões buscam recolher informações gerais sobre os alunos (idade, sexo, orientação sexual), a escolaridade dos pais e a situação familiar (casa própria, trabalho). A questão seguinte foi subdividida em vinte e quatro itens que tem como objetivo identificar as formas de bullying sofridas ou praticadas pelos alunos. Duas outras questões objetivaram verificar se os alunos sofriam ou praticavam *bullying* sobre os colegas e os motivos relacionados a essa prática. Quanto às questões abertas: a primeira pede que o aluno que já sofreu ou viu alguém sofrer *bullying* faça um relato do ocorrido, enquanto a outra pede por sugestões dos alunos para acabar com o *bullying*.

Cento e quarenta alunos, dos primeiros e segundos anos dos cursos técnicos de Eletromecânica e de Automação Industrial integrados ao ensino médio, compõem o universo pesquisado. Destes, cento e dezessete responderam ao questionário. A maior parte dos dados coletados foi realizada através deste questionário, sendo o recorte aqui apresentado o resultado de sua aplicação específica no Campus Avançado Sinop. Observações de campo permitiram a percepção do comportamento espontâneo dos sujeitos pesquisados nas situações mesmas nas quais constroem suas interações, contribuindo para complementar a coleta das informações e a descrição do contexto pesquisado.

Quanto aos resultados: dos cento e dezessete alunos que responderam ao questionário, trinta e dois (ou seja, 27,35%) afirmaram já ter maltratado algum colega da escola. Entre os motivos apresentados, destacam-se aqueles que agiram “por brincadeira”, por ter sido provocado e por autodefesa (dezenove respostas). Quanto à pergunta “você já sofreu ou viu alguém sofrer *bullying* na escola?”, sessenta e dois dos cento e dezessete alunos pesquisados (ou seja, 53%) responderam de forma

afirmativa. Destes, treze (21%) fizeram relatos nos quais se destacavam motivações por preconceito racial, dez (16%) relataram motivações homofóbicas, dez (16%) afirmaram terem sofrido ou terem visto alguém sofrer *bullying* por estar acima do peso, além de outros seis relatos (9,67%) que apontam para preconceitos relacionados à aparência física, sem identificarem a característica física motivadora da prática do *bullying*. Nesse sentido, os dados da pesquisa revelam que entre os motivos da violência escolar estão os preconceitos relacionados à sexualidade, gênero, raça e aparência física. Agressões físicas e verbais, e certas formas de desrespeito e humilhação, têm apontado para as dificuldades dos alunos na construção do reconhecimento intersubjetivo das diferenças e sua tendência para a reprodução de padrões discriminatórios e opressivos de comportamento em relação aos outros.

Quanto à pergunta “você tem alguma sugestão para acabar com o *bullying*?”, setenta e oito dos cento e dezessete alunos pesquisados (ou seja, 66,66%), apresentaram alguma sugestão. Das formas sugeridas, trinta e oito respostas (48,7%) destacaram palestras, campanhas de educação e de conscientização como as formas mais eficazes no combate ao *bullying*. Nesse sentido, aproximadamente a metade dos alunos que apresentaram sugestões tem a convicção de que a melhor forma de lidar com o desrespeito e a agressão no interior da escola está relacionada ao investimento na formação dos alunos para o respeito às diferenças.

Várias respostas às questões abertas do questionário sugerem esta análise:

Entrevistado 3: *“Acho que temos que ter consciência de que somos pessoas diferentes seja na cor de pele, cabelo, sexualidade e tal, sendo assim temos que respeitar as outras pessoas”.*

Entrevistado 19: *“Palestra com os pais e alunos sobre diversidade cultural, racial e sexual, mostrando a realidade do bullying que não é só piada, temos que fazer uma semana de conscientização”.*

Entrevistado 26: *“Originando novos seres humanos. Palestras e outras coisas de mesmo cunho não iram mudar a mente daqueles que não aceitam serem mudados”.*

Entrevistado 31: *“Conversar com os alunos e escutar atentamente reclamações ou sugestões; Estimular os estudantes a informar os casos; Reconhecer e valorizar as atitudes da garotada no combate ao problema; Criar com os estudantes regras de disciplina para a classe em coerência com o regimento escolar Estimular lideranças positivas entre os alunos, prevenindo futuros casos Interferir diretamente nos grupos, o quanto antes, para quebrar a dinâmica do bullying”.*

Entrevistado 32: *“Sim, fazer uma palestra em cada campus, falando sobre todas as formas de bullying”.*

Entrevistado 36: *“Palestras, brincadeiras para os alunos se interagirem entre si para que acabem com a briga entre si”.*

Entrevistado 51: *“Creio que a educação em primeiro lugar, independentemente de cor, raça, orientação sexual ou qualquer outra característica física todos nós merecemos respeitos e para ter o mesmo temos que respeitar os demais, se coloque no lugar do próximo sempre”.*

Entrevistado 70: *“Palestras, que façam com que os jovens se informem mais sobre o assunto e se sintam mais a vontade para conversar sobre ele e também informar os pais caso esteja precisando de ajuda”.*

Entrevistado 80: *“Podemos fazer campanhas... ou apenas praticar o conceito que nós mesmos definimos. Porque apenas não “vivemos”? Tudo será bem mais fácil sermos humanos. Podemos nos ajudar a sermos tudo o que queremos juntos. É só questão de respeito. Podemos sim acabar com isso de maneira fácil e prática, só colocarmos um no lugar do outro! Campanhas são viáveis e eficientes”.*

Entrevistado 108: *“Criar projetos escolares, com o objetivo de conscientizar os alunos e outras pessoas de que o bullying não é algo normal, e que pode levar pessoas a desenvolver até doenças psicológicas. Acredito que desenvolver programas e atividades fora do ambiente escolar, também seja uma boa maneira de conscientizar a sociedade em geral”.*

Entrevistado 111: *“Fazer campanhas para todos os alunos explicando como é ruim praticar o bullying”.*

Não é nossa intenção produzir, no reduzido espaço deste artigo, uma análise de discurso em profundidade das respostas dos alunos. Por isso, selecionamos apenas algumas das respostas que tocam diretamente na questão da formação de valores por meio de palestras e campanhas de conscientização nas quais as noções de diálogo e de respeito ganham destaque.

As sugestões apresentadas pelos alunos para a redução das práticas do *bullying* e do desrespeito no cotidiano escolar demonstram que eles possuem uma consciência nítida de que o problema deve ser enfrentado em termos práticos. Nesse sentido, suas propostas, mais do que o aprendizado de teorias, vão na direção da construção de formas de *vivenciar* os direitos humanos e o respeito às diferenças. É claro que o conhecimento teórico deve orientar a nossa compreensão das práticas de desrespeito e de denegação de reconhecimento intersubjetivo em todas as esferas da sociedade. O conhecimento teórico sobre as determinações do comportamento individual, assim como das relações sociais que produzem e reproduzem formas de desigualdade e de opressão social, certamente podem nos ajudar na formulação das linhas gerais de políticas educacionais e de programas para a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos. No entanto, a escola não pode reduzir-se a um espaço de transmissão de conhecimentos e conteúdos puramente formais, deixando para um segundo plano a construção de experiências éticas, democráticas e propiciadoras de um aprendizado cultural de respeito às diferenças e à dignidade

constitutiva de cada pessoa. Em conformidade com essas reflexões sobre a escola, Sluhan e Raitz (2014, p. 35) apresentam a seguinte questão:

Os educadores brasileiros conseguem viver a cidadania em sala de aula, exercitando os princípios da igualdade e equidade com seus alunos? Ficam atentos para mobilizar comportamentos solidários, [considerando] que os princípios da ética e da moral são mais facilmente incorporados quando vivenciados, discutidos e refletidos no dia a dia?

A produção de uma cultura do reconhecimento intersubjetivo de identidades e diferenças no interior da escola, portanto, da dignidade constitutiva de cada pessoa, passa pelas relações complexas de ensino-aprendizagem dos direitos humanos. Tais relações, no entanto, devem ultrapassar a forma dos estudos de conteúdos disciplinares e envolver a comunidade escolar como um todo em atividades reflexivas e práticas visando à incorporação de princípios e valores de construção da cidadania. Segundo Bobbio (2004), na atualidade, mais do que justificados teoricamente, os direitos humanos necessitam ser protegidos e praticados.

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E IDENTIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

Embora a linguagem da Declaração Universal dos Direitos Humanos faça referência a uma universalidade a-histórica dos direitos e a uma dignidade independente de contextos sociais e históricos, sabemos bem que os Direitos Humanos são uma construção social orientada, desde a Revolução Francesa, por, pelo menos, dois processos de expansão: uma expansão geográfica, na medida em que mais países aderem e se tornam signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU em 10 de dezembro de 1948, e uma expansão no campo próprio do direito, uma vez que novos direitos passam a ser percebidos e são construídos como fundamentais e inerentes à dignidade própria do ser humano (BOBBIO, 2004).

A primeira expansão, a geográfica, se levada a cabo, pode nos conduzir a uma globalização dos direitos humanos, ou seja, a uma forma de universalização situada dos direitos, de maneira que, num determinado momento histórico, todas as nações do globo adotem a carta das Nações Unidas como princípio para a organização dos direitos positivos em seus próprios territórios nacionais. A segunda expansão, da construção de novos direitos, nos situa no terreno próprio das lutas sociais, onde os direitos são construídos em situações sociais conflituosas nas quais os grupos reivindicam o reconhecimento de suas singularidades e da dignidade própria que sua diferença específica representa. Entretanto, para além do otimismo permitido por essas duas formas de expansão dos direitos humanos, e para não cair numa visão simplista e linear de evolução do direito, é preciso ter em conta que, como

construção social e histórica, as conquistas do direito não se constituem como processos acabados e definitivos.

A consciência de que o direito é o resultado de uma construção social e histórica deve, portanto, nos tornar sistematicamente atentos e vigilantes para o fato de que, uma vez conquistado certo conjunto de direitos, não podemos ter a ilusão de que tal conquista seja irreversível. No processo contraditório das lutas sociais, os grupos dominantes buscam tanto impedir a conquista de novos direitos quanto desmontar aqueles que já foram conquistados e que se chocam com os seus interesses de dominação (SAES, 2000, BOBBIO, 2004). Nem sempre os contextos sociais e as conjunturas históricas favorecem a construção ou a ampliação de direitos. Na atualidade, o predomínio de ideologias neoliberais e a redução da capacidade de organização e resistência dos movimentos sociais têm funcionado como instrumento de diminuição dos possíveis choques e tensões sociais gerados pela não extensão dos direitos a todos os agrupamentos sociais. Para Saes (*Idem*), a análise do processo de construção do direito e da cidadania na sociedade capitalista torna evidente o ataque que os direitos sociais vêm sofrendo em todos os países capitalistas, sendo esse ataque, em função da reduzida capacidade de mobilização e resistência dos movimentos sociais das classes trabalhadoras, mais bem sucedido nos países capitalistas periféricos, entre eles o Brasil.

Se os direitos sociais estão sob ataque na sociedade brasileira atual, regido por lógica semelhante que já vem de longa data, os direitos que se referem à dignidade e à integridade dos indivíduos também têm sido insistentemente violados, especialmente sob a forma de manifestações de desrespeito, maus-tratos, humilhação e desprezo em relação às diferenças. Embora essas manifestações opressivas ocorram em todas as esferas da sociedade, na escola elas têm revelado um potencial de violação assustador.

Uma vez que um novo direito é positivamente declarado, como resultado das lutas de construção de direitos, cabe aos movimentos sociais produzir uma compreensão comum de que toda forma de desrespeito e descumprimento daquilo que foi formalmente instituído significa violação e afronta ao próprio direito. A igualdade formalmente instituída deve ser acionada como legitimadora da luta mesma pela sua efetivação. O momento da formalização e o da efetivação dos direitos se complementam e sem essa complementaridade não poderíamos nos situar naquilo que denominamos orgulhosamente com Estado de Direito (BOBBIO, 2004).

A construção dos Direitos Humanos, fundada nos princípios da liberdade, da igualdade fundamental de todos os seres humanos e do respeito às diferenças, pressupõe que há uma dignidade constitutiva à espécie humana e, portanto, que cada ser humano particular possui uma dignidade que lhe inerente, independentemente de suas particularidades identitárias face aos demais.

Nas sociedades não regidas pelo Estado Democrático de Direito, e nas quais formas hierarquizadas determinam as relações sociais, a dignidade é negada como um atributo de todos. A partir das relações de força que definem grupos superiores e inferiores, opressores e oprimidos, a dignidade é autoproclamada como atributo particular inerente ao extrato social dominante (BAUMAN, 2011). Em termos ideológicos, ocorre uma naturalização das relações de dominação, de modo que os dominados, - aos quais se impõem, por formas empiricamente materializadas de humilhação socialmente instituídas, a submissão e o assentimento de sua inferioridade - acabam por aceitar como constitutivas das próprias diferenças entre os seres humanos as desigualdades e as hierarquias socialmente construídas através de relações de força. Nesse sentido, a negação da dignidade dos grupos inferiorizados é o que fundamenta a dignidade dos opressores. Ao comentar essas hierarquias construídas, Bauman (2011, p. 42) afirma:

Os autoproclamados e auto estabelecidos superiores: o rico, o poderoso, o livre para a autoafirmação e capaz de se autoafirmar, aquele que reivindica o direito de ser respeitado com o direito de negar (ou refutar) aos inferiores o direito à dignidade. Para esses “inferiores”, às massas, os plebeus, *hoi polloi* [a maioria], reconhecer os direitos de seus “superiores” seria equivalente a aceitar sua inferioridade e sua menor ou inexistente dignidade.

No âmbito escolar, a partir das relações intersubjetivas que estabelecem entre si - por formas de aproximação e afastamento, aceitação e recusa -, os alunos vão formando e organizando-se em distintos grupos e, nesse processo, atualizam, reelaboram e reproduzem práticas, representações, hierarquias e conflitos presentes em outras esferas da sociedade. É também sob a lógica que subjaz a esse processo que vão se constituindo as narrativas, os discursos e as práticas que modelam as formas de identificação e diferenciação e, portanto, de construção de identidades e diferenças entre os estudantes. Marcados por relações de conflito e poder, os processos interativos cotidianos no âmbito escolar, sob a influência daquilo que é socialmente valorizado e desvalorizado, vão produzindo e reproduzindo tanto identidades dignificadas quanto diferenças desvalorizadas, humilhadas, desumanizadas. As ações e palavras daqueles que discriminam denegam qualquer reconhecimento de dignidade ao discriminado, constituindo-se como uma força cujo objetivo é a submissão do diferente, levando-o ao assentimento da sua condição de inferioridade e da aceitação de formas assimétricas nas interações sociais.

Os grupos e indivíduos discriminados, entretanto, não assimilam de maneira passiva e automática as representações que lhes tentam impor os seus alçozes. Em suas experiências cotidianas, os alunos vítimas de *bullying* reagem e confrontam seus agressores. E desses confrontos podem emergir múltiplas possibilidades de construção de significados em relação às formas interativas, as ações e os discursos ali produzidos. Nesse jogo de forças que ocorre no processo de construção de

identidades e diferenças, cada grupo objetiva fixar, institucionalizar e impor aos outros suas próprias representações, práticas e valores. No entanto, para além dos contrastes identitários que separam grupos e indivíduos, no jogo de forças que há entre eles, suas capacidades de imposição e de resistência às coerções dos outros não são igualitárias. Os aspectos coercitivos e impositivos que estão presentes no processo de constituição da identidade e da diferença (BAUMAN, 2005; HALL, 2011) apontam para o fato de que estas não são o resultado de escolhas individuais livres e conscientes. As identidades e as diferenças são construídas em processos mediados por relações de poder, tanto pelos grupos de pertencimento dos indivíduos quanto pelos grupos com os quais estabelecem relações contrastivas.

Da desigualdade dos grupos que se defrontam no jogo de forças e relações de poder resultam a maior ou menor capacidade de se impor e a maior ou menor capacidade de resistência às imposições dos outros. Quanto menor a capacidade de resistir às formas de coerção dos grupos dominantes, mais facilmente tendem a se estabelecer, legitimar e naturalizar as formas de dominação e opressão socialmente constituídas.

CONCLUSÕES

Os pesquisadores educacionais têm apresentado a escola como um espaço social contraditório, destacando-se como cenário de desrespeito aos direitos básicos de cidadania e produzindo formas de intolerância, de violência física, psicológica e simbólica contra as diferenças (SILVA, SOUZA e NEIVA, 2017). Nesse sentido, o âmbito escolar não é imune às formas de produção e reprodução dos padrões de desigualdades e das formas de opressão social vigentes nos âmbitos mais gerais da sociedade. No entanto, ainda que a reprodução da injustiça social tenha se tornado cada vez mais visível no campo educacional, acreditamos que essa não é a sua vocação fundamental. No sentido contrário à injustiça e à reprodução das desigualdades, e contra todas as formas atuais de desmonte e precarização da educação pública, é também do interior do espaço escolar que se tem manifestado as vozes que gritam pela construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

O que aqui procuramos destacar é que, apesar das contradições existentes em seu interior - contradições que refletem aquelas existentes na estrutura mesma da sociedade brasileira -, os educadores não podem confinar-se em uma visão social conformista e afastada de projetos de transformação social. Do interior da própria escola, os educadores podem evidenciar as contradições e os conflitos que nela estão presentes, assumindo o compromisso pela transformação ao invés da reprodução. Assim, se na escola se fazem presentes formas reificadas de pensar e

agir, é também nela que, por meio da reflexão e do pensamento crítico, se desenvolve o potencial de ruptura com os preconceitos sociais e as formas de desrespeito que tem se agravado em seu cotidiano.

Num contexto social e histórico marcado pela frequência e pela intensidade com que os direitos humanos são desrespeitados, a escola precisa assumir, cada vez mais e com maior clareza, o seu papel como espaço social de construção de valores que colaborem para a promoção de uma cultura orientada para o respeito às diferenças e a defesa da dignidade de cada pessoa como sujeito de direito. Trata-se, para além de qualquer distinção de raça, crença, sexo, classe social e outras diferenças que possam emergir nas relações sociais, de assumir o compromisso com a ideia de que todo ser humano possui uma dignidade que lhe é inerente e de que é a partir dessa noção de dignidade que deve ser conduzida a luta pelo direito. Nesse sentido, a pretensão da vida digna e a sua garantia são os valores fundamentais que devem nortear todo projeto de formação cultural no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W. & GASKEL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.

CALHAU, L. B. **Bullying: o que você precisa saber (identificação, prevenção e repressão)**. Niterói: Impetus, 2009.

CHALITA, Gabriel. **Bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores**. São Paulo: Gente, 2008.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campinas: Verus Editora, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MOTA, Raquel Martins Fernandes. **Violação dos direitos humanos e bullying no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos**. Cuiabá/MT: Chamada Universal MCTI/CNPq nº 01/2016.

OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Preconceito e autoconceito: identidade e interação na sala de aula**. Campinas/SP: Papyrus, 2015.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Cidadania e capitalismo: uma abordagem teórica**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, 2000.

SLUHAN, Mara Regina e RAITZ, Tânia Regina. A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (online)**, Brasília,

vol. 95, nº 239, p. 31-54, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a03v95n239.pdf>. Acesso em: 08/09/2017.

SILVA, Vanessa C. G.; SOUZA, Jair Aniceto de; NEIVA, Marco A. Bulhões. **Bullying e a construção da identidade do adolescente**. Trabalho apresentado no IX Seminário Internacional - As Redes Educativas e as Tecnologias: Educação e democracia – aprenderensinar para um mundo plural e igualitário, na UERJ, entre 05 e 08 de junho de 2017.

ZANELLA, Clayton Luiz; TREVISOL, Maria Teresa Ceron. **Bullying no contexto escolar: caracterização e prevenção do fenômeno**. Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, vol. 5, nº 2, p. 203-210, jun./dez. 2014.

BULLYING ESCOLAR E SUA PERCEPÇÃO PELOS ESTUDANTES: UM ESTUDO EM ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO MATO-GROSSENSES

Quintiliano Siqueira Schroden Nomelini
Natália Sathler de Souza Cunha
Rodrigo Ribeiro de Oliveira
Carla Cristina Rodrigues Santos

RESUMO: Considerando os grandes casos de violação de direitos humanos e *bullying* no ambiente escolar, faz-se necessário cada vez mais, pesquisas e estudos voltados para essa temática. Esse estudo objetivou conhecer a percepção dos estudantes do ensino básico quanto ao *bullying*. Participaram da investigação 271 (sujeitos) estudantes de duas escolas públicas (federais) e uma escola particular do estado do Mato Grosso. As públicas aparecerão neste estudo nomeadas como escola pública “A” e “B” e escola particular, a fim de prezar pelo anonimato. Para tanto, procedeu-se uma pesquisa quantitativa, usou-se como técnica para obtenção de dados um questionário *online*, tendo como método de análise a forma estatística, com o auxílio do *software* SPSS *Statistics* versão 20.0 e do *Sisvar* versão 5.0. Desse modo, observou-se que existem ainda muitos índices de violação de direitos humanos na escola, além de variáveis em relação a fatores externos, sendo possíveis influenciadores de *bullying* e demais violências. Dessa forma, foi possível concluir que tais dados confirmam a emergência de ações de conscientização e de prevenção dessa violência e mostram a

necessidade de incluir no currículo das escolas essas ações.

PALAVRAS-CHAVE: *Bullying*. Percepção. Estudantes. Ensino Básico.

ABSTRACT: Considering the great cases of human rights violations and bullying in the school environment, research and studies focused on this theme are increasingly necessary. This study aimed to know the perception of students in basic education regarding bullying. 271 (subjects) students from two public (federal) schools and a private school in the state of Mato Grosso participated in the investigation. Public schools will appear in this study named public schools “A” and “B” and private schools, in order to value anonymity. For this purpose, a quantitative research was carried out, an online questionnaire was used to obtain data, using the statistical method as the method of analysis, with the help of SPSS Statistics software version 20.0 and Sisvar version 5.0. Thus, it was observed that there are still many indices of human rights violations at school, in addition to variables in relation to external factors, which are possible influencers of bullying and other violence. Thus, it was possible to conclude that such data confirm the emergence of actions to raise awareness and prevent this violence and show the need to include these actions in the schools’ curriculum.

KEYWORDS: Bullying. Perception. Students.

Basic education.

INTRODUÇÃO

Em 2016, o Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso deu início à pesquisa “Violação dos Direitos Humanos e *bullying* no Contexto Escolar: Diagnóstico e Proposta de Intervenção com Base no Empoderamento dos Alunos”, quando foram pesquisadas sete instituições de ensino, duas escolas públicas (estaduais), quatro escolas públicas (federal) e uma escola da rede particular. Foram entrevistados 616 estudantes.

Esse estudo objetivou conhecer a percepção dos estudantes quanto ao *bullying* entre estudantes do ensino básico. Participaram da investigação 271 (sujeitos) estudantes regularmente matriculados em duas escolas públicas (federais) e uma particular do estado do Mato Grosso, buscando de forma geral, contribuir para iniciativa de ações imediatas da comunidade escolar para conscientização e para o combate dessas violações.

DESENVOLVIMENTO

O Inciso III do Artigo 1º da Constituição Federal de 1988 garante a preservação da dignidade humana, assegurando, a todo ser humano, direitos básicos e fundamentais, objetivando que o cidadão tenha condições de sobreviver com uma vida digna. Quando se fala em vida digna, refere-se à liberdade de qualquer indivíduo em exercer sua cidadania livre de quaisquer ameaças a sua paz e tranquilidade. Diante deste contexto, as práticas de *bullying* ferem a lei maior, que ainda em seu Artigo 5º traz que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, garantindo, aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à liberdade, à segurança e a propriedade (BRASIL, 1988).

Diante disso, pode-se dizer que o *bullying* é então uma prática de violação dos direitos humanos, uma vez que esse constrange e inferioriza seus alvos (FANTE, 2005). A palavra *bullying* é um verbo que tem origem inglesa *bullying*, que significa tirano, valentão, brigão. Quando se pontua a prática do dia a dia das escolas do Brasil, é entendido como ameaças, tirania, opressão, intimidação, humilhação e maltrato.

Na ocorrência do *bullying*, geralmente há duas ou mais pessoas envolvidas. Substancialmente funciona assim: uma ou mais intimidam – autor(es) – e outra

é intimidada – alvo. Pode haver também uma outra que é intimidada e também intimida – alvo/autor – e um público – espectador(res). Essas categorias citadas são as mais propensas, porém, de acordo com a cultura e a área de atuação dos autores, pode haver mais tipificações, tornando-se um pouco mais subjetivo, dependendo do contexto em que ocorrem as agressões (FELIZARDO, 2019).

Segundo Olweus (1993), pioneiro nos estudos referente ao *bullying*, o ato de *bullying* possui características específicas e marcantes, que não nos deixa confundido com demais tipos de violência, pois ele ocorre na maioria das vezes de forma intencional, repetitiva e há geralmente desequilíbrio de poder. É intencional, pois as ações são direcionadas a determinada pessoa, ou seja, não acontecem por acaso. É repetitivo e muitas vezes contínuo, pois geralmente acontece mais de três vezes com a mesma pessoa. E há desequilíbrio de poder em relação a tamanho, força física, pois geralmente o autor é maior e mais forte fisicamente, e há divergência na quantidade, que, em muitos casos, são dois, três ou mais indivíduos contra uma única pessoa. Assim, ficam evidentes suas características e tipificações, que contribuem muito para a identificação no âmbito escolar.

Para Silva e Costa (2016), discutir violência no âmbito escolar implica enxergar a escola como espaço social, local de interação social e construção de *ethos*. Conforme Silva (2019), o *bullying* é um fenômeno que vem sendo estudado por vários pesquisadores mundialmente e em várias esferas da sociedade (*bullying* familiar, racista, no trabalho, em grupos sociais).

Segundo Silva e Bazon (2017), a boa convivência no ambiente escolar representa um desafio, pois, como na escola se reflete o pluralismo da sociedade, as diferenças pessoais, étnicas/culturais e econômicas podem originar conflitos.

Em suma, o ambiente escolar também deve ser um lugar de respeito aos direitos humanos, e não se deve permitir de forma nenhuma, essas violações, por isso é essencial ações emergentes que vão além dos conteúdos curriculares ministrados.

Ademais, Freire (1990) enfatiza a escola como um espaço de ensino-aprendizagem, como um centro de debates de ideias, respeitando as diversidades de cada um, com foco na formação cidadã e não apenas na conceituação pragmática de conteúdo.

METODOLOGIA

Para estimar a proporção populacional amostrais encontradas, utilizou-se um intervalo de confiança exato para o estimador de máxima verossimilhança de “ p ”, neste utiliza-se a distribuição F (LEEMIS; TRIVEDI, 1996). O intervalo de confiança (IC) para proporção (p) populacional é apresentado a seguir:

$$IC(p)_{1-\alpha} : [LI; LS] : \left[\frac{1}{1 + \frac{n-y+1}{yF_{2y; 2(n-y+1); \frac{1-\alpha}{2}}}}; \frac{1}{1 + \frac{n-y}{(y+1)F_{2(y+1); 2(n-y); \frac{\alpha}{2}}}} \right], (1)$$

em que, LI é o limite inferior e LS o limite superior do intervalo de confiança estimado, $1 - \alpha$ é o nível de confiança da fórmula 1, sendo que foi fixado em 95%, α é o nível de significância, F refere-se a probabilidade $\alpha/2$ e $1-\alpha/2$ da cauda superior direita da distribuição de F ; n é o tamanho da amostra, y o número de sucessos ($y = 1, 2, \dots, n-1$), $2y$, $2(n - y + 1)$, $2(y + 1)$ e $2(n - y)$ são os graus de liberdade das distribuições de F .

Segundo Leemis e Trivedi (1996) nos casos especiais em que $y = 0$ e $y = n$, deve-se proceder da seguinte forma:

Se $y = 0$, o LI do IC é tomado como 0 e o LS é obtido como anteriormente.

Se $y = n$, o LS do IC é tomado como 1 e o LI é obtido como anteriormente.

Como os dados da variável idade não seguem uma distribuição normal de probabilidade, seu seja, não simétrica, uma aproximação para o intervalo de confiança de $1-\alpha$ para a mediana foi estimado pelo método de interpolação de Hettmansperger-Sheather (1986):

$$IC(Md)_{1-\alpha} : (LI; LS) : (\lambda X_{k+1} + (1 - \lambda)X_k; \lambda X_{n-k} + (1 - \lambda)X_{n-k+1}),$$

em que n : tamanho da amostra de uma variável aleatória; k : inteiro entre $[0, n/2]$;

$$\lambda = (n - k)I/k + (n - 2k)I; I = \gamma_k - 1 - \alpha / \gamma_k - \gamma_{k+1}; \gamma_{k+1} X: \text{valores observados.}$$

Como o questionário envolve uma quantidade grande de perguntas, cada pergunta considerada uma variável, e sabemos que nesse tipo de situação podemos ter várias perguntas medindo um mesmo campo ou fator, então foi proposto uma Análise Fatorial (AF) para redução da dimensão do questionário em alguns fatores. A AF é formada por um conjunto de técnicas estatísticas e possui como objetivo reduzir o número de variáveis iniciais com a menor perda possível de informação. As primeiras pesquisas realizadas, nesta área, foram desenvolvidas por Karl Pearson e por Charles Spearman. De acordo com Vicini (2005), a AF não se refere, apenas, a uma técnica estatística, mas a um conjunto de técnicas relacionadas, para tornar os dados observados mais claros para a interpretação. Isso é feito analisando-se os inter-relacionamentos entre as variáveis, de tal modo que essas possam ser descritas convenientemente por um grupo de categorias básicas, em número menor que as variáveis originais, chamado fatores, os quais podem ser denominados como um constructo. Na análise, esses fatores explicam a variância das variáveis observadas,

tal como se revelam pelas correlações entre as variáveis que estão sendo analisadas.

O método mais conhecido para se obter os fatores é o método de componentes principais (ACP). A ACP é uma técnica da estatística multivariada, introduzida por Karl Pearson em 1901 e foi fundamentada em um trabalho de Hotelling em 1933. Hotelling concentrou seus estudos nas componentes que tinham a maior variabilidade de pontos, ou seja, que respondiam a maior parte da variabilidade dos dados sob estudo, daí o nome Principal acoplado ao próprio nome da técnica (ANDRIOTTI, 1997).

Essa metodologia tem como objetivo transformar um conjunto de variáveis originais em um outro conjunto de novas variáveis, linearmente dependentes das variáveis originais, porém não correlacionadas entre si. As novas variáveis são denominadas Componentes Principais (CP).

O cálculo dos CP's se dá por meio da matriz de variância-covariância, ou a matriz de correlação, das quais são obtidos os autovalores e autovetores. Com eles, é possível obter as combinações lineares que serão as novas variáveis, ou seja, os componentes principais. Cada CP é uma combinação linear de todas as variáveis originais, independentes entre si e estimadas com o propósito de reter esses componentes, em ordem de estimação e em termos de variação total, contida nos dados iniciais (REGAZZI, 2001). É importante ressaltar que essas matrizes de variância-covariância e de correlação são calculadas através da matriz originária X de dimensão $n \times p$, sendo que X_1, X_2, \dots, X_P representam as variáveis originais, e cada uma das n unidades experimentais representam os indivíduos, tratamentos, etc.

Para a validação dos itens do questionário e para a redução de dimensão do mesmo, serão utilizadas técnicas multivariadas de análise fatorial e componentes principais. As perguntas serão agrupadas por meio de análise fatorial buscando assim a redução da dimensão dos dados multivariados, ou seja, identificar fontes subjacentes de variação comuns a duas ou mais variáveis com mesmo padrão de resposta e com isso compreender padrões de intercorrelações (LATTIN; CARROLL; GREEN, 2011). Em seguida, realizou os testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e de Esfericidade de Bartlett para verificar se a aplicação da AF tem validade nos dados estudados.

O teste de Scree Plot que segundo Hair et al. (2005) “é usado para identificar o número ótimo de fatores que podem ser extraídos antes que a quantia de variância única comece a dominar a estrutura de variância comum”. O gráfico de Scree Plot, conhecido como o gráfico de “Cotuvelo”, foi proposto por Cattell (1966), ele apresenta, de maneira informal, a variância explicada por cada componente principal na ordem do maior para o menor. O princípio do gráfico consiste em determinar um ponto após o qual os autovalores restantes declinam de modo aproximadamente

linear, retendo somente aqueles componentes que estão acima do ponto. Portanto, o gráfico de Scree Plot requer um julgamento relativo do valor da variância explicada pelos componentes principais.

Para se chegar aos fatores, será utilizada a rotação do tipo Varimax com extração pelo método das componentes principais. As rotações visam maximizar a correlação de uma determinada variável a um único fator, minimizando o número de variáveis com altas cargas sobre um fator, reforçando a interpretabilidade dos fatores e a validação de um questionário com os itens mais relevantes para o conjunto de dados analisado (MALHOTRA, 2006).

Os dados foram tratados estatisticamente com o auxílio do software SPSS Statistics e Sisvar.

DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE

Escola pública (federal) – “A”

Estatística descritiva

A amostra é composta por 127 estudantes, cujas idades variam de 13 a 20 anos, com a média de 16,81 anos. O teste de *Shapiro-Wilk* foi significativo, ou seja, a variável idade não segue uma distribuição normal. A maioria dos estudantes está no “terceiro ano Escolar” (39,4%), seguido por “quarto ano escolar” (30,7%); a divisão entre os cursos técnicos é semelhante para “Química” e “Meio Ambiente” (40,2 e 55,9% respectivamente); em relação à orientação sexual, 84,3% dos estudantes se declaram como “heterossexuais”; quanto à escolaridade da mãe e do pai dos estudantes, 46,5% e 40,9% têm o ensino médio, respectivamente; 76,% dos estudantes têm residência própria; 89% dos estudantes não trabalham; 26% dos estudantes consideram que já tiveram seus direitos violados por outros estudantes/ professores/funcionários da escola e 18,9% admitem que já violaram o direito de um colega através de ofensas/agressões, conforme dados apresentados na Tabela 1.

Variável		Estimativa	IC de 95% de confiança		p ¹
			LI	LS	
Idade, mediana (IC)	-	16,81	16	17	<0,00*
Sexo	Masculino	46 (36,22%)	27,9%	45,2%	
	Feminino	81 (63,78%)	54,9%	72,1%	
Ano Escolar	1º	25 (19,69%)	13,2%	27,7%	
	2º	13 (10,24%)	5,6%	16,9%	
	3º	50 (39,37%)	30,8%	48,4%	
	4º	39 (30,71%)	22,8%	39,5%	

Curso Técnico	Química	51 (41,46%)	32,6%	50,7%
	Meio Ambiente	71 (57,72%)	48,5%	66,6%
	Controle Ambiental	1 (0,81%)	0,0%	4,4%
Orientação Sexual	Heterossexual	107 (89,17%)	82,2%	94,1%
	Homossexual	3 (2,50%)	0,5%	7,1%
	Bissexual	10 (8,33%)	4,1%	14,8%
Escolaridade da Mãe	Fundamental	11 (8,66%)	4,4%	15%
	Ensino Médio	59 (46,46%)	37,6%	55,5%
	Superior	28 (22,05%)	15,2%	30,3%
	Pós Graduação	29 (22,83%)	15,9%	31,1%
Escolaridade do Pai	Analfabeto/Sem estudos	2 (1,59%)	0,2%	5,6%
	Fundamental	32 (25,40%)	18,1%	33,9%
	Ensino Médio	52 (41,27%)	32,6%	50,4%
	Curso Técnico	1 (0,79%)	0,0%	4,3%
	Superior	29 (23,02%)	16%	31,4%
	Pós Graduação	10 (7,94%)	3,9%	14,1%
Residência própria	Não	30 (23,62%)	16,5%	32%
	Sim	97 (76,38%)	68%	83,5%
Trabalha	Não	113 (88,98%)	82,2%	93,8%
	Sim	14 (11,02%)	6,2%	17,8%
Direitos Violados	Não	94 (74,02%)	65,5%	81,4%
	Sim	33 (25,98%)	18,6%	34,5%
Maltratou Alguém	Não	103 (81,10%)	73,2%	87,5%
	Sim	24 (18,90%)	12,5%	25,7%

¹ Teste Shapiro-Wilk para normalidade.

² *valor significativos

Tabela 1. Análise descritiva para os estudantes do IFMT campus Cuiabá Bela Vista

Fonte: Dados da pesquisa.

Escola pública (federal) – “B”

Estatística descritiva

A amostra é composta por 117 estudantes, as idades estão variando de 14 a 43* anos, sendo a média igual a 15,44. O teste de Shapiro-Wilk foi significativo, ou seja, a variável idade não segue uma distribuição normal. A maioria dos estudantes está no “primeiro ano escolar” (39,4%), seguido por “quarto ano escolar” (65%); a divisão entre cursos técnicos é semelhante para “Eletromecânica” e “Automação Industrial” (49,5 e 50,4% respectivamente); 88,9% dos estudantes se declaram como “heterossexual”; em relação à escolaridade da mãe e do pai dos estudantes, o mais frequente foi o ensino médio com 34,2% e 37,6%, respectivamente; 66,7%

dos respondentes têm residência própria; apenas um dos 117 estudantes de Sinop trabalha; 21,4% desses estudantes declaram que tiveram seus direitos violados, através de agressões físicas e/ou verbais pelos colegas de classe e/ou funcionários da escola, e 28,2% desses estudantes declaram que já violaram os direitos de ao menos um colega de classe. Os resultados estão apresentados na Tabela 2.

Variável	Estimativa	IC de 95% de confiança		p ¹
		LI	LS	
Idade, mediana (IC)	- 15,44	15	15	<0,00*
Sexo	Masculino	60 (51,28%)	41,9%	60,6%
	Feminino	57 (48,72%)	39,4%	58,1%
Ano Escolar	1º	76 (64,96%)	55,6%	73,5%
	2º	41 (35,04%)	26,5%	44,4%
Curso Técnico	Eletromecânica	58 (49,57%)	40,2%	59%
	Automação Industrial	59 (50,43%)	41,%	59,8%
Orientação Sexual	Heterossexual	104 (90,43%)	83,5%	95,1%
	Homossexual	2 (1,74%)	0,2%	6,1%
	Bissexual	8 (6,96%)	3%	13,2%
	Transsexual	1 (0,87%)	0,0%	4,7%
Escolaridade da Mãe	Fundamental	22 (18,80%)	12,2%	27,1%
	Ensino Médio	40 (34,19%)	25,7%	43,5%
	Superior	28 (23,93%)	16,2%	31,7%
	Pós Graduação	27 (23,08%)	15,8%	31,8%
Escolaridade do Pai	Fundamental	34 (29,06%)	21%	38,2%
	Ensino Médio	44 (37,61%)	28,8%	47%
	Curso Técnico	1 (0,85%)	0,0%	4,7%
	Superior	26 (22,22%)	15,1%	30,8%
	Pós Graduação	12 (10,26%)	5,4%	17,2%
Residência Própria	Não	39 (33,33%)	24,9%	42,6%
	Sim	78 (66,67%)	57,4%	75,1%
Trabalha	Não	116 (99,15%)	95,3%	100%
	Sim	1 (0,85%)	0,0%	4,8%
Direitos Violados	Não	92 (78,63%)	70,1%	85,7%
	Sim	25 (21,37%)	14,3%	29,9%
Maltratou Alguém	Não	84 (71,79%)	62,7%	79,7%
	Sim	33 (28,21%)	20,3%	37,3%

¹ Teste Shapiro-Wilk para normalidade.

² *valor significativos

Tabela 2. Análise descritiva para os estudantes de Sinop

Fonte: Dados da pesquisa.

Estatística descritiva

A amostra é composta por 27 estudantes. As idades estão variando de 14 a 18 anos, com média igual a 16,07. O teste de Shapiro-Wilk foi significativo, ou seja, a variável idade não segue uma distribuição normal. A maioria dos estudantes está no “segundo ano Escolar” (48,1%), seguido por “terceiro ano escolar” (37%); o curso mais frequente é Ensino Médio regular (70,4%); 77,8% dos estudantes se declaram como “heterossexuais”; em relação à escolaridade da mãe dos respondentes, 77,7% estão na faixa de nível superior ou pós-graduação, já os pais têm os mesmos níveis mais frequentes representando 66,6%; 74% dos estudantes têm residência própria; 55,6% desses estudantes declaram que tiveram seus direitos violados, através de agressões físicas e/ou verbais pelos colegas de classe e/ou funcionários da escola, e 59,3% declaram que já violaram os direitos de ao menos um colega de classe. Os resultados estão na Tabela 3.

Variável		Estimativa	IC de 95% de confiança		P ¹
			LI	LS	
Idade, mediana (IC)	-	16,07	15	17	0,029*
Sexo	Masculino	13 (48,15%)	28,7%	68,1%	
	Feminino	14 (51,85%)	31,9%	71,3%	
Ano Escolar	1º	4 (14,81%)	4,2%	33,7%	
	2º	13 (48,15%)	28,7%	68,1%	
	3º	10 (37,04%)	19,4%	57,6%	
Curso Técnico	Ensino Médio regular	19 (70,37%)	49,8%	86,2%	
	Meio Ambiente	6 (22,22%)	8,6%	42,3%	
	Administração	1 (3,70%)	0,1%	19%	
	Informática	1 (3,70%)	0,1%	19%	
Orientação Sexual	Heterossexual	21 (84,00%)	63,9%	95,5%	
	Homossexual	3 (12,00%)	2,5%	31,2%	
	Bissexual	1 (4,00%)	0,1%	20,4%	
Escolaridade da Mãe	Fundamental	1 (3,70%)	0,1%	19,6%	
	Ensino Médio	5 (18,52%)	6,6%	39,4%	
	Superior	11 (40,74%)	23,4%	63,1%	
	Pós Graduação	10 (37,04%)	20,2%	59,4%	
Escolaridade do Pai	Fundamental	4 (14,81%)	4,2%	33,7%	
	Ensino Médio	5 (18,52%)	6,3%	38,1%	
	Superior	11 (40,74%)	2,4%	61,2%	
	Pós Graduação	7 (25,93%)	11,1%	46,3%	
Residência Própria	Não	7 (25,93%)	11,1%	46,3%	
	Sim	20 (74,07%)	53,7%	88,9%	
Direitos Violados	Não	12 (44,44%)	25,5%	64,7%	
	Sim	15 (55,56%)	35,3%	74,5%	
Maltratou Alguém	Não	11 (40,74%)	22,4%	61,2%	
	Sim	16 (59,26%)	38,8%	77,6%	

¹ Teste Shapiro-Wilk para normalidade.

² *valor significativos

Tabela 3. Análise descritiva para os estudantes da Escola Particular

Fonte: Dados da pesquisa.

ANÁLISE FATORIAL

Na Figura 1, gráfico de “cotovelo”, observa-se que os autovalores declinam de forma aproximadamente linear após a quinta componente principal. Portanto, quando se analisa os autovalores de um conjunto de dados, consegue-se conhecer de que forma as variâncias da matriz de correlações estão distribuídas. Em outras palavras, os autovalores representam o quanto da variância é explicado pelo fator. Para este estudo, decidiu-se reter os cinco primeiros componentes principais.

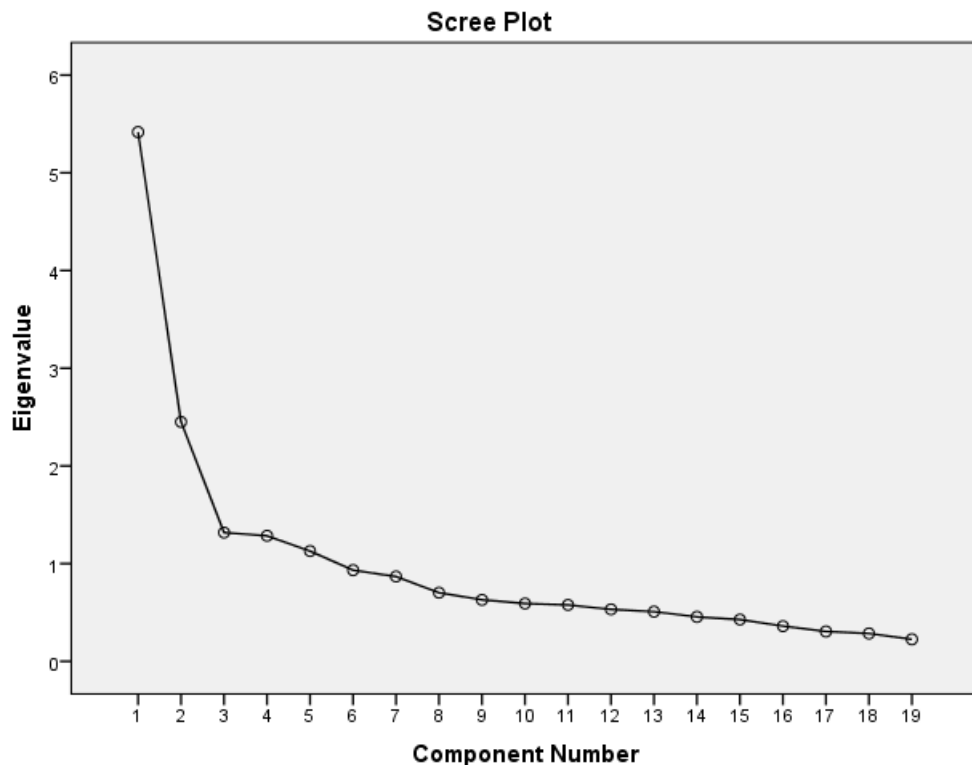


Figura 1. Gráfico do cotovelo.

Avaliando a medida de adequação da amostra (KMO), o conjunto de questões atende coletivamente a base necessária de adequação da amostra com o valor de KMO de 0,822 (HAIR et al., 2005). Além disso, para aplicação da AF é primordial verificar a pressuposição de Multicolinearidade, ou seja, identificar conjunto de variáveis inter-relacionadas, por meio do teste de Bartlett de Esfericidade (BTS). O teste apresentou uma estatística de qui-quadrado e valor-p igual a 2151,3 ($< 0,0001$), respectivamente, o que caracteriza presença de multicolinearidade, pois H_0 : matriz de correlação = matriz identidade foi rejeitada.

Para determinar quantos fatores devem ser extraídos, verifica-se a proporção da variância explicada total ou por variável. Estabelece-se um limite e adota-se o número de autovalores necessários para o alcance deste limite. Nesse estudo, os cinco componentes extraídos explicam 61% (tabela 4).

A composição dos fatores baseou-se na seleção de questões com cargas superiores ou iguais 0,50, conforme foi destacado na Tabela 4.

Os dados foram agrupados por meio da análise fatorial e de componentes principais, buscando assim a redução da dimensão dos dados multivariados, ou seja, identificar fontes subjacentes de variação comuns a duas ou mais variáveis com mesmo padrão de resposta e, com isso, compreender padrões de intercorrelações (LATTIN; CARROLL; GREEN, 2011). Para se chegar aos fatores, utilizou-se a rotação do tipo Varimax com extração pelo método das componentes principais, as rotações visam maximizar a correlação de uma determinada variável a um único fator, minimizando o número de variáveis com altas cargas sobre um fator, reforçando a interpretabilidade dos fatores (MALHOTRA, 2006).

A mensuração da fidedignidade dos fatores foi por meio do coeficiente de consistência interna chamado de *Alpha de Cronbach* que identifica o grau de covariância entre os itens. Os itens que compõe uma escala devem apresentar um alto valor de *alpha*, ou seja, este coeficiente varia de 0 a 1 e quanto maior próximo de 1, maior é a confiabilidade das escalas (MALHOTRA, 2006; HAIR et al., 2005). Segundo Hair et al. (2005), o limite inferior geralmente aceito para o *alpha* é de 0,70, apesar de poder diminuir para 0,60 em pesquisas exploratórias. Nesse estudo, o *Alpha de Cronbach* foi de 0,855.

Foi analisada também a comunalidade de cada fator, a qual é a proporção de variabilidade de cada variável que é explicada pelos fatores. Quanto mais perto a comunalidade estiver de 1, melhor a variável é explicada pelos fatores.

Questões	Fatores					Comunalidade
	1	2	3	4	5	
Q20	0,839					0,723
Q22	0,736					0,725
Q18	0,707					0,631
Q17	0,655					0,704
Q09	0,621					0,421
Q13		0,778				0,615
Q11		0,749				0,595
Q08		0,694				0,605
Q07		0,579				0,486
Q04		0,545				0,550
Q24		0,501				0,508
Q02			0,837			0,729
Q05			0,804			0,677
Q01			0,669			0,619
Q10				0,765		0,649
Q03				0,707		0,584
Q15				0,547		0,452
Q23					0,815	0,691
Q21					0,749	0,634
<hr/>						
% Variância Total	28,5	12,9	6,9	6,7	5,9	
% Variância Total acumulada	28,5	41,4	48,3	55,1	61	
KMO				0,822		
BTS p-valor				<0,001		
<i>Alpha de Cronbach</i>				0,855		

Tabela 4. Dados da análise fatorial

As questões ficaram divididas em cinco domínios, de acordo com a Tabela 5.

Fatores	Questões	Descrição
F1	Q09 Q17 Q20 Q22	Questões relacionadas a abuso psicológico podendo chegar a algum tipo de agressão
F2	Q04 Q07 Q08 Q11 Q13 Q24	Questões relacionadas a insultos indiretos, depredação de materiais, ataques virtuais
F3	Q01 Q02 Q05	Questões relacionadas a ataques verbais devido alguma característica física
F4	Q03 Q10 Q15	Questões relacionadas ao isolamento do aluno e ameaças
F5	Q21 Q23	Questões relacionadas a assédio e abuso sexual

Tabela 5. Descrição dos fatores (Questão 09 do questionário subdividida em letras)

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao observar a descrição geral das escolas, percebe-se que as duas escolas públicas (federais) possuem uma proximidade em relação a alguns percentuais, sendo que, na escola “B”, o nível de escolaridade e o nível socioeconômico, observado pela casa própria são menos elevados que na escola “A”; o número dos que são agredidos e dos que dizem já terem agredido alguém na escola “B” é maior que na escola “A”. No entanto, o índice de ‘agredidos’ e agressores é consideravelmente maior na escola particular da capital, mesmo com alto índice de escolaridade dos pais e da grande parte residirem em casa própria. O padrão de vida e as informações que são vinculadas na escola particular podem levar a pensar que o conhecimento sobre *bullying* e violação dos direitos humanos faz com que os estudantes identifiquem de forma mais acentuada a agressão. De um modo geral, a pesquisa tem mostrado uma percepção menor do índice de agressão entre as duas escolas públicas (federais) comparando com a escola particular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresenta os dados de forma estatística, seguido de uma análise dos resultados obtidos, buscando de forma geral, contribuir para iniciativa de ações imediatas da comunidade escolar para conscientização e combate dessas violações.

Esse estudo objetivou conhecer a percepção dos estudantes quanto ao *bullying*

entre estudantes do ensino básico. Participaram da investigação 271 (sujeitos) estudantes regularmente matriculados em duas escolas públicas (federais) e uma particular do estado do Mato Grosso, buscando de forma geral, contribuir para iniciativa de ações imediatas da comunidade escolar para conscientização e para o combate dessas violações.

Deste total, 121 afirmaram terem sofrido violação de seus direitos no ambiente escolar (21,3%); dentre estes, o percentual maior encontra-se na escola particular (51,85%), a maior incidência de vítimas são do sexo masculino (53,57%). Dentre as agressões, as que atingem um maior percentual são os apelidos (48%) e os insultos devido a características físicas (48%), seguidos de dizer coisas negativas sobre a pessoa ou família (34%) e a agressão física (12%).

O *bullying* afeta negativamente o clima escolar e o desenvolvimento de todos os envolvidos - agressor, vítima e toda a comunidade escolar.

Combater todas as formas de *bullying* presentes no meio educacional que trazem tantos malefícios aos estudantes é o principal foco da pesquisa. Com o objetivo de verificar os níveis de violação dos direitos humanos e *bullying* no contexto escolar, observando-se de alguma forma, como alguns fatores externos, tais como, sexualidade, idade, escolaridade dos pais, podem influenciar nessa violência.

Conclui-se que a compreensão sobre o *bullying* exige o reconhecimento da violência como elemento social significativo na sociedade contemporânea e perpassa as relações escolares sob formatos diversos.

REFERÊNCIAS

ANDRIOTTI, J. L. S. Análise de componentes principais: fundamentos de uma técnica de análise de dados multivariada aplicável a dados geológicos. **Acta Geológica Leopoldensia**, São Leopoldo, v. 20, n. 44, p. 27-50, 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 abr. 2020.

CATTELL, R. B. The Scree Test for the Number of Factors. **Multivariate Behavioral Research**, v.1, p. 245-276, 1966.

FANTE, C. **Fenômeno Bullying**: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. São Paulo: Verus, 2005,

FELIZARDO, R. A. **Bullying Escolar**: prevenção, intervenção e resolução com princípios da justiça restaurativa. Curitiba: Intersaberes, 2017.

FERREIRA, D. F. SISVAR: um programa para análises e ensino de estatística. **Revista Symposium (Lavras)**, v. 6, p. 36-41, 2008.

FREIRE, P. **Direitos Humanos e educação libertadora**: gestão democrática da educação pública na

cidade de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IBM. SPSS Statistics 21. IBM. 2012. Software. Disponível em: <http://www-01.ibm.com/software/analytics/spss/products/statistics/>.

LATTIN, J.; CARROLL, J. D.; GREEN, P. E. **Análise de dados multivariados**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

LEEMIS, L. M.; TRIVEDI, K. S. A comparison of approximate interval estimators for the bernoulli parameter. **The American Statistician**. Alexandria, v. 50, n. 1, p. 63-68, Feb.1996.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MORETTIN, L. G. **Estatística básica: probabilidade e inferência**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

OLWEUS, D. **Bullyin at school: What We Know and Wat We Can Do?** Oxford, UK: Blackwell, 1993.

REGAZZI, A. J. **Análise Multivariada**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas. Departamento de Informática, 2001. 166p. Apostila de disciplina INF 766.

SILVA, C. S.; COSTA, B. L. D. Opressão nas escolas: o *bullying* entre estudantes do ensino básico. *Cadernos de Pesquisa*, v. 46, n. 161, p. 638-663, jul./set. 2016. <https://doi.org/10.1590/198053143888>

SILVA, J. L.; BAZON, M. R. Prevenção e enfrentamento do bullying: o papel de professores. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 59, 2017. <https://doi.org/10.5902/1984686X28082>

SILVA, Vanessa C., G. **Violência escolar, bullying e violação de direitos humanos no cotidiano escolar**. / Vanessa Costa Gonçalves Silva. _Cuiabá, 2019.112f.

VICINI, L. **Análise multivariada da teoria à prática**. Santa Maria: UFSM, CCNE, 2005. 215 p.

WALPOLE, R. E.; MYERS, R. H.; MYERS, S. L.; YE, K. **Probabilidade e estatística para engenharia e ciências**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009

BULLYING E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DE MATO GROSSO: OS (DES)CAMINHOS DA EDUCAÇÃO

Isabel Cristina Silva
Carolina Guimarães Santos
Carlos Rabelo Machado
Raquel Martins Fernandes

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo contextualizar os dados gerais da pesquisa Bullying e Violação dos Direitos Humanos, aprovada pelo Comitê de Ética e realizada pelo Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) do IFMT, o qual é composto por pesquisadores de diversas áreas e formações. O bullying é um problema mundial e tem sido objeto de pesquisa de muitos estudiosos. Zoar alguém, apelidar, agredir física e psicologicamente, excluir, caluniar, são tipos de violências que caracterizam o bullying. A violação dos Direitos Humanos é outra temática que causa inquietações aos educadores. Estratégias de enfrentamento institucional quando tais atos ocorrem no ambiente educacional têm sido os desafios do processo de ensino-aprendizagem. Diante deste contexto, este trabalho tem como objetivo principal compreender a propagação do bullying e da violência entre os jovens do ensino médio. Tem propósito, ainda, de apresentar resultados do diagnóstico realizado sobre o tema nas instituições pesquisadas. O aporte teórico é composto por Beaudoin (2006), Canário (2006), Velho (1997), entre outros. A

metodologia da pesquisa é qualitativa. Utilizou-se de questionário online com 616 alunos, sendo 24 questões fechadas e 02 abertas. Desde total 121 afirmaram ter sofrido violação de seus direitos no ambiente escolar. O número maior de vítimas é do sexo masculino (53,57%). O protagonismo dos jovens favorece a construção de ambientes democráticos onde as diferenças devem ser respeitadas, prevenindo a violência física/simbólica. Somente através da participação de todos será possível a resolução de conflitos de modo descentralizado e, conseqüentemente, a criação de um ambiente saudável nas instituições de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Bullying. Ensino. Violência. Direitos Humanos.

BULLYING AND VIOLATION OF HUMAN RIGHTS IN PUBLIC AND PRIVATE SCHOOLS IN MATO GROSSO: THE (DIS)PATHS OF EDUCATION

ABSTRACT: This study aims to contextualize the general data of the research Bullying and Violation of Human Rights, approved by the Ethics Committee and conducted by the IFMT Research Group on Humanities and Contemporary Society (GPHSC), which is composed of researchers from various fields and formations. Bullying is a worldwide problem and has been the subject of research by many

scholars. Pretending, nicknamed, physically and psychologically assaulting, excluding, slandering, are types of violence that characterize bullying. The violation of human rights is another issue that causes concerns to educators. Institutional coping strategies when such acts occur in the educational environment have been the challenges of the teaching-learning process. Given this context, this paper aims to understand the spread of bullying and violence among high school youth. It also aims to present results of the diagnosis made on the theme in the researched institutions. The theoretical contribution is composed by Beaudoin (2006), Canário (2006), Velho (1997), among others. The research methodology is qualitative. We used an online questionnaire with 616 students, 24 closed and 02 open questions. From a total of 121, they claimed to have suffered violation of their rights in the school environment. The largest number of victims is male (53.57%). The protagonism of young people favors the construction of democratic environments where differences must be respected, preventing physical / symbolic violence. Only through the participation of all will it be possible to resolve conflicts in a decentralized manner and, consequently, to create a healthy environment in educational institutions.

KEYWORDS: Bullying. Teaching. Violence. Human rights.

INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea divulga os dados gerais da pesquisa “Violação dos Direitos Humanos e *Bullying* no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Nº Parecer: 2.110.377), iniciada em agosto de 2016 com previsão do encerramento em agosto de 2018. A pesquisa foi desenvolvida com alunos do ensino médio em virtude dos crescentes casos de *bullying* abrangendo esta faixa etária. O método adotado para obtenção dos dados foi um questionário disponibilizado de forma online, através de formulário do google-drive, onde os estudantes participantes respondiam em diversos espaços (casa, escola, smartphone).

O *bullying* é definido como um tipo de violência repetitiva e intencional, que traz consequências ruins no desempenho dos estudantes e dificulta a interação e socialização no ambiente escolar; possuindo dois aspectos fundamentais: – a relação de força que permite uma dominação de um grupo sobre outro, trazendo desigualdade; e – a imposição do silêncio e da passividade, subtraindo a qualidade de sujeito à vítima, desumanizando-a.

O envolvimento em situações de *bullying*, seja como vítima, seja como agressor, está associado a prejuízos físicos, psicológicos e sociais profundos, a curto e a longo prazo. Entre os prejuízos causados por este fenômeno estão: problemas

de autoestima e de relacionamento com os pares, dificuldades na aprendizagem, evasão escolar, comportamentos violentos, sintomas psicossomáticos, depressão, risco de suicídio e uso de álcool e drogas ilícitas.

Os atos de agressividade, inseridos em contexto cultural específico, repercutem negativamente nos diversos contextos sociais (família, amigos, escola). Quando se considera especificamente os adolescentes, observa-se que a agressão pode resultar em consequências graves, uma vez que este pode interiorizar a ideia de que somente através do uso da violência é que se torna possível a resolução de conflitos. Isso acontece porque as agressões podem afetar o equilíbrio emocional do indivíduo.

Com a intimidação da vítima, a mesma pode não conseguir mais se socializar nos grupos sociais que geralmente se formam por questões de afinidade, fazendo com que o problema se agrave, indo para além do ambiente escolar.

Para alguns alunos vítimas de *bullying* ir à escola pode ser considerado algo extremamente desagradável, já que eles são ignorados, impedidos de participar de atividades em grupo, seus objetos são subtraídos, são alvos de piadas, xingamentos, ou ainda são agredidos fisicamente das mais variadas formas. Além disso, agressões sofridas por eles dentro do ambiente escolar, geralmente, nunca chegam a ser comunicadas à direção das escolas.

Para Maldonado (2009), o trabalho conjunto entre famílias e escolas é essencial para que se desenvolva a cultura da não tolerância à prática do *bullying*. Entende-se que nesse sentido, juntos escola e família podem desenvolver uma rede de relacionamentos que seja saudável e que deixe claro aos envolvidos que “agressão não é diversão”.

É preciso frisar que o *bullying*, independentemente de suas formas, quando acontece em instituições de ensino, traz efeitos adversos para a saúde e o bem-estar de alunos e torna os ambientes educacionais inóspitos e inseguros.

Para Canclini (2010, p. 28), são novos agentes de intermediação: instituições flexíveis que trabalham em várias línguas, especialistas formados em códigos de diversas etnias e nações, promotores culturais e ativistas políticos. Em um entendimento ampliado do processo educacional, que vai além dos limites da escola, esses agentes trazem novos discursos e diagnósticos da realidade.

Nessa perspectiva percebe-se o quanto a escola como um desses agentes de intermediação, desenvolve um papel importante na criação de ambientes democráticos que propiciem a reflexão sobre a realidade e nela intervir, agindo como ferramentas do desenvolvimento individual e coletivo.

O professor e pesquisador português, Rui Canário, que escreve sobre a crise na educação, afirma que as práticas educativas devem valorizar a função crítica e emancipatória dos indivíduos. A principal orientação deste autor é de transformar

a escola num sítio em que se ganha gosto pela política, isto é, onde se vive a democracia, onde se aprende a ser intolerante com as injustiças e a exercer o direito à palavra, usando-a para pensar o mundo e nele intervir. (CANÁRIO, 2006, p. 80).

Para atender a esta necessidade é primordial que as escolas capacitem seus profissionais para uma educação baseada em direitos humanos, que promova a inclusão e o respeito. A inclusão dos pais e da comunidade nesta discussão se faz necessária, pois os grandes problemas que se colocam à escola não podem ser resolvidos de modo centralizado. As causas sociais que influenciam os comportamentos agressivos dos envolvidos precisam ser investigadas, principalmente o ambiente familiar no qual o agressor está inserido. Cabe à escola adotar cada vez mais uma posição socializadora e defensora da inclusão e do multiculturalismo.

Diante dessas vulnerabilidades às quais os adolescentes estão sujeitos, torna-se necessário conhecer os componentes básicos que contribuem para o surgimento e propagação do *bullying*, avançando na construção de padrões de interpretação e análises acerca desse fenômeno comum no dia a dia do meio escolar, como possibilidade de intervenção no campo da saúde coletiva e individual dos envolvidos.

Dentro deste contexto, o objetivo do presente trabalho é demonstrar e compreender os resultados gerais de uma pesquisa aplicada nos diversos espaços educacionais do estado de Mato Grosso. A fase inicial da pesquisa permitiu um diagnóstico sobre violação dos Direitos Humanos e *Bullying* em sete escolas sendo quatro *campi* do IFMT – Campus Pontes e Lacerda (ptl), Campus São Vicente (svc), Campus Bela Vista (blv), Campus Sinop (snp) – duas escolas estaduais – Escola Estadual Antônio Epaminondas (eae) e Escola Estadual Professora Eliane Digigov Santana (eds) e uma escola particular – Escola Privada de Cuiabá (ses). O GPHSC compreende a importância de divulgar os resultados desta pesquisa a toda comunidade escolar e, também, a necessidade de ações em conjunto para o combate e amenização do problema que atinge nossas escolas. Os resultados da pesquisa permitiram/permitirão fomentar discussões sobre os temas abordados, entre os próprios pesquisadores, entre as instituições pesquisadas e com a comunidade escolar, mostrando a possibilidade de construção de referenciais e atividades interdisciplinares, multidisciplinares e transversais que propiciem um melhor entendimento de como combater os malefícios do *bullying* no ambiente educacional.

METODOLOGIA

Este artigo constitui uma análise de natureza qualitativa (MOTA et al., 2017), utilizando-se como método de coleta de dados o questionário com perguntas abertas

e fechadas aos alunos do ensino médio. As análises desenvolvidas apoiaram-se em dados obtidos mediante entrevistas, por meio de questionários online com alunos do ensino médio de escolas públicas e particulares de Cuiabá e alunos do Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT de Cuiabá e de outras regiões do estado. Estes questionários foram respondidos de forma completamente anônima.

As perguntas do questionário têm como perspectiva compreender e interpretar determinados comportamentos, opiniões e as expectativas de certos indivíduos dentro do contexto escolar. Entender o sujeito, assimilar determinados comportamentos e estranhar o familiar, são procedimentos importantes para indicar as melhores ações no sentido de provocar a reflexão. Segundo Velho (1997, p. 131), “o processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos”. Tal apontamento vem corroborar com as diferentes visões de um mesmo objeto, principalmente na análise feita sob os diferentes olhares dos pesquisadores.

Os dados aqui apresentados são resultantes da junção do trabalho de vários pesquisadores, de diversas áreas (afim) com o objetivo de construir um diagnóstico de compreensão e prevenção do *bullying* nos mais variados contextos educacionais. O trabalho de coleta de dados foi realizado por um grupo de pesquisadores, tabulados e analisados por outro grupo, com as mais variadas áreas de formação, o que possibilitou compreender o *bullying* pelos mais diversos ângulos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 634 questionários acessados, 616 alunos participaram da pesquisa respondendo aos questionários. Deste total de alunos que responderam, prevalece a maioria do sexo masculino, na faixa etária de 15 anos e heterossexual. 33 entrevistados se declararam bissexual, sendo sua maioria representada pelo sexo feminino.

Dos entrevistados, 121 afirmaram ter sofrido violação de seus direitos no ambiente escolar (21,3%); o percentual maior encontra-se na escola particular (51,85%) e o número maior de vítimas do sexo masculino (53,57%). Os colegas de sala se configuram como os maiores agressores. Comparados aos indivíduos que foram vítimas do *bullying*, os agressores sofrem tanto quanto, já que os efeitos de tal prática podem prolongar por toda a vida promovendo, na maturidade, dificuldades de relacionamento no contexto social, familiar e no trabalho.

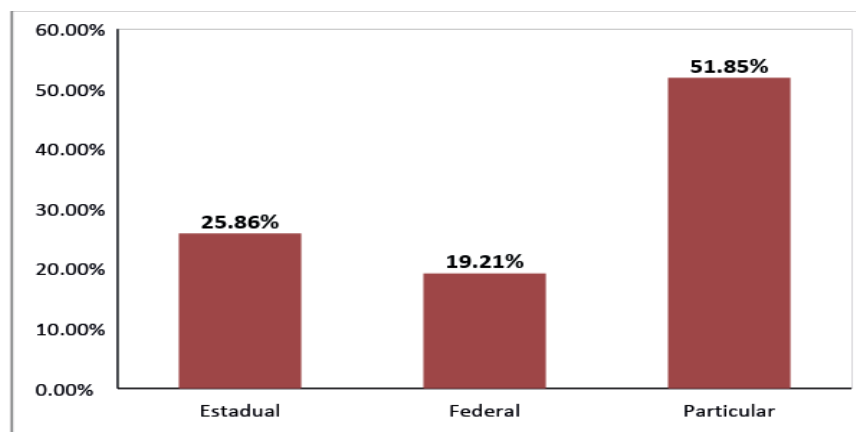


Gráfico 01: Já teve seus direitos violados na sua escola atual. Questão 10 (Média das escolas)

Fonte: Autor próprio, 2018.

O número de questionários respondidos em cada categoria de escolas foi diferente, sendo calculado o percentual considerando esta diferença, pela média por respostas das respectivas escolas. A alta incidência do *bullying* na escola particular pode se configurar pelo fato de que o *bullying* dentro do ambiente escolar acaba criando um ciclo onde os agressores sempre tentam arrastar mais vítimas para o seu raio de ação, principalmente incitando a agressão dos seus pares contra aqueles que não fazem parte do seu grupo. Como o número de alunos nesta instituição é menor, o contato em maior proximidade pode levar a maior incidência do *bullying*. Nota-se, também, que os casos de *bullying* neste perfil de escola se dão principalmente em relação aos objetos materiais. O maior esclarecimento do que vem a ser o próprio *bullying* também pode levar a um índice mais elevado, pela capacidade de percepção deste direito. O menor índice nas escolas federais pode refletir a cultura de inclusão social já presente na mesma. Há necessidade de enraizamento destas questões através da segunda fase da pesquisa, com trabalho de campo.

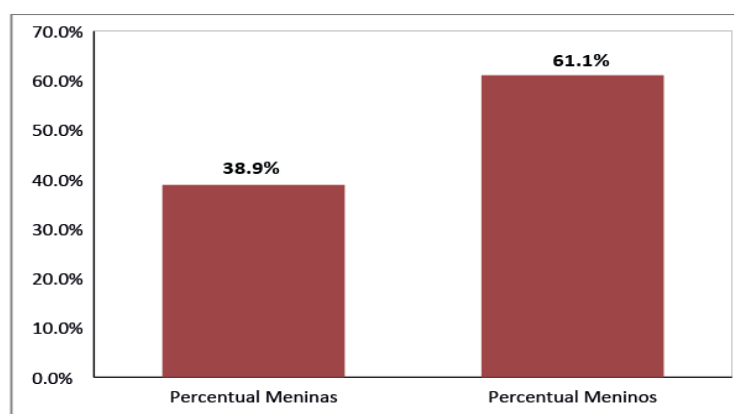


Gráfico 02: Já teve seus direitos violados na sua escola atual. Questão 10 (Média por sexo)

Fonte: Autor próprio, 2018.

O fato de ser predominante a violência entre meninos (tanto vítimas, como agressores) pode ser caracterizado como uma questão cultural, já que no Brasil os discursos patriarcais internalizam pressupostos de que os meninos precisam ser fortes e demonstrar tal força (BEAUDOIN & TAYLOR, 2006). Tais discursos podem ser incentivadores do *bullying* e da violência nos ambientes escolares.

Com o cruzamento dos dados, foi possível observar várias características sobre a identidade dos sujeitos e os tipos de agressão. Em termos de orientação sexual, nas escolas estaduais (eae/eds) os adolescentes não se declaram homossexuais, somente bissexuais; na região metropolitana (blv, svc, ses), o número de pessoas que se declaram homossexuais é maior que nas cidades do interior do Estado. A idade em que aparece o maior número de não-heterossexual é entre 15 e 16 anos.

local	genero / orientacao	bissexual	heterossexual	homossexual	pansexual	transsexual	total
pdhb-blv	feminino	7	68	1	-	-	76
	masculino	2	42	3	-	-	47
	total	9	110	4	-	-	123
pdhb-eae	feminino	-	15	-	-	-	15
	masculino	4	28	-	-	-	32
	total	4	43	-	-	-	47
pdhb-eds	feminino	1	3	-	-	-	4
	masculino	-	5	-	-	-	5
	total	1	8	-	-	-	9
pdhb-ptl	feminino	5	46	2	1	-	54
	masculino	-	70	1	-	-	71
	total	5	116	3	1	-	125
pdhb-ses	feminino	1	10	1	-	-	12
	masculino	-	11	2	-	-	13
	total	1	21	3	-	-	25
pdhb-snp	feminino	6	49	-	-	1	56
	masculino	2	55	2	-	-	59
	total	8	104	2	-	1	115
pdhb-svc	feminino	4	48	2	-	-	54
	masculino	1	78	2	-	-	81
	total	5	126	4	-	-	135
	total geral	33	528	16	1	1	579

Tabela 01: Cruzamentos de Local, Gênero e Orientação

Fonte: Autor próprio, 2018.

No contexto geral da pesquisa, as agressões verbais tiveram os maiores percentuais. Dentre as agressões que atingiram um maior percentual: apelidos (48%) e insultos devido a características físicas (48%), dizer coisas negativas sobre a pessoa ou família (34%). Já a agressão física teve o menor percentual (12%).

Dentre as perguntas que apresentaram o maior número de ocorrências de respostas “muitas vezes” quanto à violência verbal, pode ser observado na tabela abaixo o uso de “apelidos vergonhosos”, onde os *campi* do IFMT lideram quantitativamente (blv, ptl, snp, svc):

local / resposta	nenhuma vez	algumas vezes	muitas vezes	total
pdhb-blv	74	46	10	130
pdhb-eae	19	28	2	49
pdhb-eds	1	5	4	10
pdhb-ptl	68	51	17	136
pdhb-ses	17	10	0	27
pdhb-snp	67	38	12	117
pdhb-svc	76	57	14	147
total	322	235	59	616

Tabela 02: Colocam-me apelidos vergonhosos. Questão 9, letra B – Local

Fonte: Autor próprio, 2018.

Em relação à violência verbal quanto às características físicas, a tabela abaixo mostra o cruzamento dos dados, e o percentual maior de respostas quanto ao *bullying* neste contexto encontram-se nos *campi* do IFMT.

local / resposta	nenhuma vez	algumas vezes	muitas vezes	total
pdhb-blv	71	40	19	130
pdhb-eae	24	20	5	49
pdhb-eds	0	7	3	10
pdhb-ptl	65	54	17	136
pdhb-ses	17	8	2	27
pdhb-snp	63	40	14	117
pdhb-svc	79	51	17	147
total	319	220	77	616

Tabela 03: Fazem piadas ou insultam -me por causa de alguma característica física. Questão 9, letra E - Local

Fonte: Autor próprio, 2018.

Quanto ao elevado índice de agressões verbais, vale destacar que elas carecem tanto de atenção quanto a violência física, pois podem causar danos psicológicos e irreversíveis à vítima, pois a mesma tende a se sentir rejeitada e angustiada e cada vez mais se isolar.

Ainda em relação às características físicas, com um percentual menor, mas com o agravante etno-racial, pode ser observado na tabela abaixo:

genero / resposta	nenhuma vez	algumas vezes	muitas vezes	total
feminino	248	32	6	286
masculino	266	50	14	330
total	514	82	20	616

Tabela 04: Fazem piada ou insultam-me por minha cor ou minha raça. Questão 9, letra N.

Fonte: Autor próprio, 2018.

Um tipo de violação dos direitos humanos, com baixo percentual, que, no entanto, precisa ser analisado detalhadamente é em relação à orientação sexual. Como pode ser percebido na tabela abaixo (tabela 05), alguns alunos, 19 (dezenove), já sofreram algum incômodo por não fazerem parte do grupo majoritário de heterossexuais. No entanto, alguns (2) que se declararam heterossexual também dizem ser humilhados “muitas vezes” devido à sua orientação sexual, o que pode representar a incoerência na resposta inicial sobre sua orientação sexual ou outro tipo de violação sofrida.

orientacao / resposta	nenhuma vez	algumas vezes	muitas vezes	total
bissexual	20	11	2	33
heterossexual	519	7	2	528
homossexual	10	3	3	16
pansexual	1	0	0	1
transsexual	1	0	0	1
total	551	21	7	579

Tabela 05: Humilham-me por minha orientação sexual. Questão 9, letra S.

Fonte: Autor próprio, 2018.

O assédio sexual é outro item relevante, apesar de possuir um percentual muito baixo. Considerando a média dos casos, a partir do número total de respostas do sexo feminino e do sexo masculino, temos 0,08% em ambos; contrariando a literatura que apresenta um número maior de vítimas sexuais do sexo feminino, o que pode ser investigado como característica peculiar da violência sexual no ambiente escolar enquanto *bullying*. Os não heterossexuais só responderam que foram assediados “algumas vezes”, ao passo que quatorze heterossexuais declararam o assédio “muitas vezes”.

genero / resposta	nenhuma vez	algumas vezes	muitas vezes	total
feminino	262	18	6	286
masculino	302	17	11	330
total	564	35	17	616

Tabela 06: Assediam-me sexualmente. Questão 9, letra U.

Fonte: Autor próprio, 2018.

De modo geral, nas sugestões para acabar com o *bullying*, os adolescentes se colocam como protagonistas sociais, visando uma geração mais humana; no entanto, alguns acreditam que para combater a violência deve-se utilizar mais violência. Nesta ideologia de resolver os casos de *bullying* por meio da violência, foi apontado pelos pesquisadores do GPHSC/IFMT, que há nas respostas dos mesmos uma concepção de justiça do tipo “olho por olho, dente por dente”, cada vez mais disseminada na sociedade atual.

No artigo *Violação dos direitos humanos e bullying no contexto escolar: uma realidade que precisa ser enfrentada* (SILVA, V. C. G, et al., 2016), enquanto primeira produção do GPHSC sobre o tema, realizou uma reflexão sobre a importância de conhecer e confrontar as violações dos direitos humanos no contexto educacional e perceber como estas alcançam um certo status de legitimação e legalização, cuja banalização da violência faz com que os atos de agressão não sejam contestados. Já entre os últimos trabalhos publicados (MOTA, R. M. F.; FONSECA, F. B.; OLIVEIRA, C. E.; ASSUMPCAO, Y. O., 2017), o estudo observou as relações humanas e sociais no limiar deste século, em que, mesmo diante dos avanços em relação aos Direitos Humanos, paradoxalmente, no meio escolar, são recorrentes a violação dos Direitos Humanos e os casos de *Bullying*. De um modo geral, os resultados qualitativos apontam para uma necessária renovação do cotidiano escolar, nos âmbitos sociais, culturais e educacionais.

Não possui um sentido determinado, mas sentidos que ao mesmo tempo são postos à prova e vividos à medida que vão surgindo, como nos relatos dos alunos e alunas sobre a violação dos direitos e o *bullying* no ambiente escolar, surgem as várias formas de como estes fenômenos se apresentam: características físicas, sexualidade, racismo, agressões físicas e verbais; e a ambiguidade dos discursos, que possui características de violação dos direitos humanos, mas não se situam como protagonistas (OLIVEIRA & MOTA, 2017, p. 08).

A pesquisa referente ao *bullying* tem sua relevância social tendo em vista os malefícios que o *bullying* traz para a vida dos envolvidos. É importante formar cidadãos que respeitem as diferenças, com consciência de seus direitos e deveres. Na contemporaneidade, houve grandes mudanças nos cenários político e econômico no país, na forma de se ver a ciência, a arte; a sociedade também teve suas transformações e junta-se a estas mudanças, os problemas que delas decorrem.

O *bullying* é o reflexo da violência social e um fenômeno complexo que merece, portanto, ser abordado cientificamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola necessita criar mecanismos de combate ao *bullying*; propor palestras e discussões com diversos profissionais e implantar projetos que trabalhem ações de combate ao *bullying*. A escola pode tornar-se um espaço de diálogo, de enfrentamento de situações de preconceitos e discriminações e qualquer tipo de violência, a fim de criar condições saudáveis de educação, que possibilitem aos alunos a emancipação e o empoderamento no exercício de seus direitos à educação, cultura e cidadania.

Combater o *bullying* escolar é um grande desafio a ser vencido. A necessidade de uma sociedade melhor e mais justa é o elemento propulsor para que seja possível uma ação conjunta entre família e escola na busca da promoção do respeito e da tolerância ao diferente.

O ponto comum elencado pelos pesquisadores é que as respostas obtidas a partir do questionário são suficientes para formar uma compreensão do quadro geral (e inicial) das práticas do *bullying* no contexto escolar. Todavia, para uma análise em profundidade e em detalhamento dos sentidos e significados que estas assumem no ambiente escolar e nas interações cotidianas na sociedade brasileira, tornam-se necessárias as observações de campo das formas cotidianas de interação entre os alunos e entrevistas abertas com os praticantes e vítimas possibilitariam uma melhor compreensão dos processos intersubjetivos de construção das subjetividades no ambiente escolar. Isso permitiria, por sua vez, a construção de projetos culturais (práticos e teóricos) de intervenção com o objetivo de redução das formas interativas baseadas em preconceitos e na violência.

De modo geral, a compreensão dos pesquisadores em relação aos dados trabalhados é a de que no contexto escolar atual, marcado pela diferenciação de identidades étnicas, de gênero, religiosas, linguísticas, etc., formas sistemáticas de violência e recusa do diferente tem conquistado cada vez mais espaço, exigindo políticas educacionais voltadas para a construção de formas de interação baseadas no respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS

BEAUDOIN, Marie-Nathalie, TAYLOR, Maureen. ***Bullying e Desrespeito***: como acabar com essa cultura na escola. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed. 2006.

CANÁRIO, Rui. **A escola tem futuro?** Das promessas às incertezas. - Porto Alegre: Artmed. 2006

CANCLINI, Nestor García. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras.

_____. (2008). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*, Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 2010.

MOTA, Raquel F. Martins, et alli. **Pesquisa qualitativa em Educação**: estudos transdisciplinares do Grupo de Pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT (GPHSC-IFMT). *Indagatio Didactica* / ISSN: 1647-3582 / vol. 9 (3), novembro 2017, pp. 79-98. <http://revistas.ua.pt/index.php/ID/article/view/6056>

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar**. In: *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

MALDONADO, M.T.A **Face oculta**: uma história de bullying e cyberbullying. São Paulo: Saraiva, 2009.

MOTA, Raquel F. Martins, et al. **Sociedade contemporânea**: convivência global e violência escolar. In *IV Congresso Nacional de Educação 2017*, Brasil, PB, João Pessoa.

OLIVEIRA, Paulo Alves. MOTA, Raquel F. Martins. **O Bullying e o ensino-aprendizagem agropecuário**: vivências e cotidianidades. In *IV Congresso Nacional de Educação 2017*, Brasil, PB, João Pessoa.

SILVA, Vanessa. C.G, et al. **Violação dos direitos humanos e Bullying no contexto escolar**: uma realidade que precisar ser enfrentada. In *Anais, Seminário de Educação 2016*, Cuiabá: Semiedu2016. Recuperado a partir de <http://srvdotnet.com.br/semiedu2016/FrmAnais.aspx?eventoUID=117>

PANORAMA GERAL DA PESQUISA “VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E *BULLYING* NO CONTEXTO ESCOLAR” DO GRUPO DE PESQUISA EM HUMANIDADES E SOCIEDADE CONTEMPORANEA DO IFMT

Gilson Pequeno da Silva
Isabel Cristina Silva
Raquel Martins Fernandes

RESUMO: O fenômeno *bullying* no contexto escolar, definido como Intimidação Sistemática pela Lei 13.185, de 6 de dezembro de 2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática vem sendo objeto de estudos do Grupo de Pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (GPHSC - IFMT), grupo de pesquisa cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) sob a liderança da Professora Doutora Raquel Martins Fernandes, desenvolve um amplo projeto de investigação, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Número do Parecer: 1.773.781), sob o título de “Violação dos Direitos Humanos e *Bullying* no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos”. O objetivo da pesquisa é refletir e compreender este fenômeno e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem dos sujeitos envolvidos e especificamente deste trabalho, mostrar um panorama geral em percentuais, dos tipos de *bullying* que ocorreu em 7 (sete) instituições pesquisadas. A pesquisa é de natureza básica, de levantamento, explicatória e descritiva com

abordagem qualitativa e as técnicas de coleta de dados utilizadas foram questionário com questões abertas e fechadas e entrevista.

PALAVRAS-CHAVE: *Bullying*. Intimidação Sistemática. Ensino. Educação. Direitos Humanos

OVERVIEW OF THE “VIOLATION OF HUMAN RIGHTS AND BULLYING IN THE SCHOOL CONTEXT” RESEARCH OF THE IFMT HUMANITY AND CONTEMPORARY RESEARCH GROUP

ABSTRACT: The bullying phenomenon in the school context, defined as Systematic Intimidation by Law 13,185 of December 6, 2015, which institutes the Program to Combat Systematic Intimidation has been the subject of studies by the Humanities and Contemporary Society Research Group of the Federal Institute of Education, Mato Grosso Science and Technology (GPHSC - IFMT), a research group registered with the National Council for Scientific and Technological Development (CNPQ) under the leadership of Professor Raquel Martins Fernandes, develops a broad research project, approved by the Ethics Committee. in Research (Opinion Number: 1,773,781), under the title “Violation of Human Rights and Bullying in the School Context: Diagnosis and Proposed

Intervention Based on Student Empowerment”. The aim of the research is to reflect and understand this phenomenon and its implications in the teaching-learning process of the subjects involved and specifically of this work, to show an overview in percentages of the types of bullying that occurred in 7 (seven) researched institutions. The research is basic in nature, survey, explanatory and descriptive with a qualitative approach and the data collection techniques used were a questionnaire with open and closed questions and interview.

KEYWORDS: Bullying. Systematic bullying. Teaching. Education. Human Right

INTRODUÇÃO

A caracterização do *bullying* ou intimidação sistemática possui uma série de elementos, como por exemplo, a perseguição repetitiva. Isso é importante porque o apelido pode não ser tido como bullying, a pessoa pode sentir naquele apelido um ato carinho. Importante colocar que dentro da prática do *bullying* (intimidação sistemática) ou mesmo do *cyberbullying* existe fundamentalmente três atores envolvidos, o agressor (quem tem a atitude ativa), a vítima (quem sofre o *bullying*) e os observadores, que em certa medida, possuem uma relação durante o processo da prática do *bullying*.

A Lei 13.185, de 6 de dezembro de 2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*) em todo o território nacional, que foi criada não com o objetivo de punir, mas de manter uma cultura de paz dentro das escolas para prevenir e evitar esse tipo de violência, considera intimidação sistemática (*bullying*) como:

... Todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas, quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda: ataques físicos, insultos pessoais, comentários sistemáticos e apelidos pejorativos, ameaças por quaisquer meios, grafites depreciativos, expressões preconceituosas, isolamento social e premeditado e pilhérias. Diz ainda no Art. 2, parágrafo único que há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (*cyberbullying*), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial (BRASIL, 2015).

Uma questão interessante de se observar é que o *bullying* não está restrito às instituições de ensino fundamental e ensino médio. As pesquisas vêm demonstrando que essa prática vem crescendo no ambiente universitário e até mesmo nos ambientes de trabalho. O que diferencia o *bullying* do *cyberbullying* é o fato do primeiro ser presencial e o segundo, pela perseguição através de dispositivos eletrônicos, sejam através de redes sociais, de mensagens com ferramentas de comunicação, por email

ou outras formas de divulgação eletrônica, e uma das características que tornam o *cyberbullying* tão grave, é o fato de que esta perseguição torna-se permanente, ou seja, mesmo que a pessoa perseguida tente deletar essa informação, ela repetidamente é confrontada com a dor do que esta sofrendo em virtude desta perseguição, pois pode reviver o momento de sofrimento infinitas vezes e ficar refém deste sentimento de impotência que está sendo gerada.

Pesquisas do professor Dan Olweus deram início aos estudos sobre *bullying*, no período de 1978 a 1993, na Universidade de Bergen, Noruega.

Os estudos sobre a prática do *Bullying* começaram a se iniciar com os trabalhos do Professor Dan Olweus, na Universidade de Bergen – Noruega (1978 a 1993) e com a Campanha Nacional Anti-bullying nas escolas norueguesas (1993). No início dos anos 70, Dan Olweus iniciava investigações na escola sobre o problema dos agressores e suas vítimas (FREITAS, 2004, p. 02).

Bullying é um conceito muito amplo e a identificação da vítima se dá através do comportamento, que pode ser ansiedade, isolamento social ou até mesmo diretamente, através de roupa rasgada, marcas no corpo ou subtração de dinheiro da vítima entre outras condutas. O *bullying* pode ser classificado como direto, que é a agressão verbal ou física e indireta, que é o isolamento do convívio social de uma pessoa por um grupo, sendo rejeitados na participação de trabalhos em grupos e *cyberbullying*, praticados nas redes sociais, e-mails (internet) que se diferencia do *bullying* pela plataforma pela qual ele é praticado.

Como afirma Fante (2012):

Bullying: palavra de origem inglesa, adotada em muitos países para definir o desejo consciente e deliberado de maltratar uma outra pessoa e colocá-la sob tensão; termo que conceitua os comportamentos agressivos e antissociais, utilizado pela leitura psicológica anglo-saxônica nos estudos sobre o problema da violência escolar (FANTE, 2012, p. 27).

Em geral, a prática do *bullying* (intimidação sistemática) acarreta em evasão escolar, depressão, isolamento e em casos extremos suicídio e até homicídio, como é o caso de um estudante de 16 anos que assassinou, no início de 2013, o colega dentro da escola após o segundo utilizar as redes sociais para chamá-lo de homossexual (divulgado no site da agência Brasil).

O fenômeno *bullying* é algo preocupante, que a sociedade, não só os profissionais da educação, mas também de saúde, as famílias devem estar atentos, especialmente quanto ao comportamento das crianças, dos seus filhos que são estudantes e qualquer alteração, por mais insignificante que pareça aos pais, deve ser motivo, não de preocupação, mas de investigação mais profunda (SILVA, LOPES, ALMEIDA, MOTA, 2018, p. 3).

Ainda diz a Lei 13.185, que institui o Programa de Combate a Intimidação Sistemática (Bullying) no seu Art. 3º, a classificação dos tipos do fenômeno *bullying*.

Este fenômeno pode ser classificado, conforme as ações praticadas como: verbal (insultar, xingar e apelidar pejorativamente), moral (difamar, caluniar,

disseminar rumores), sexual (assediar, induzir e/ou abusar), social (ignorar, isolar e excluir), psicológica (perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar), física (socar, chutar, bater), material (furtar, roubar, destruir pertences de outrem) e virtual (depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social) (BRASIL, 2015).

Dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), pela agência Brasil (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/um-em-cada-dez-estudantes-no-brasil-e-vitima-frequente-de-bullying>) revelaram que 17,5% dos alunos brasileiros, na faixa dos 15 anos, que participaram do exame são alvo de algum tipo de *bullying* pelo menos algumas vezes no mês. A média registrada entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que realiza a avaliação, foi de 18,7%.

O fenômeno *bullying* no contexto escolar, definido como Intimidação Sistemática pela Lei 13.185, de 6 de dezembro de 2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática vem sendo objeto de estudos do Grupo de Pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (GPHSC - IFMT), grupo de pesquisa cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) sob a liderança da Professora Doutora Raquel Martins Fernandes, desenvolve um amplo projeto de investigação, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Número do Parecer: 1.773.781), sob o título de “Violação dos Direitos Humanos e *Bullying* no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos”.

O interesse pelo estudo surgiu a partir da problematização no ambiente escolar e observações informais com o objetivo de refletir e compreender este fenômeno e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem dos sujeitos envolvidos.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa geral foi realizada pelo GPHSC em 7 (sete) unidades de ensino, assim distribuídas:

- 4 (quatro) Institutos Federais de Mato Grosso (IFMT), *campis* IFMT Sinop, IFMT Bela Vista (Cuiabá), IFMT Pontes e Lacerda, IFMT São Vicente (Cuiabá);
- 2 (duas) escolas estaduais de Cuiabá, Escola Estadual Professora Eliane Digigov Santana (Cuiabá), Escola Estadual Antônio Epaminondas (Cuiabá);
- 1 (uma) privada (Cuiabá).

Foi realizado um estudo fenomenológico, como proposto por Husserl (1973) que é descrição direta da experiência tal como ela é, que segundo Merleau-Ponty

(1999, p. 1) é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências, a essência da percepção, a essência da consciência”.

Trata-se de um estudo fenomenológico e a abordagem adotada será qualitativa com enfoque exploratório e descritivo, preocupando-se em mostrar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação, uma vez que a realidade é sempre complexa. O estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões “como” e “por quê” certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real (GODOY, 1995, p. 25).

A pesquisa é de abordagem qualitativa, que para Bauer & Gaskell (2003), possui em sua característica a busca pelos significados. As técnicas de coleta de dados utilizadas na pesquisa foram observação, questionário com questões abertas e fechadas e entrevista estruturada, definidas em reuniões periódicas do Grupo de Pesquisa, GPHSC – IFMT Bela Vista, que ocorrem quinzenalmente. Foi adotada para fundamentar gnosiologicamente a reflexão da prática educativa, a Tendência Progressista Crítica, interação entre sujeito e objeto (LIBÂNEO, 2002; SAVIANI, 2007).

O questionário é composto por 13 questões, assim divididas: questões de 1 a 8, referem-se aos dados do aluno sujeitos da pesquisa, questão 9, com 22 itens, referem-se especificamente ao tipo de *bullying* (ver tabela), questões de 10 a 12, referente ao perfil dos sujeitos envolvidos no processo (agressor, espectador, forma, aspectos culturais dentre outros) e questão 13, tem como referência sugestões para o combate ao *bullying*.

Após aplicação das técnicas de coleta de dados, os mesmos foram organizados, sistematizados e analisados pelos componentes do GPHSC.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir da análise dos dados, foram obtidos os seguintes resultados:

Em relação ao gênero (Gráfico 1), dos 616 (seiscentos e dezesseis) alunos sujeitos da pesquisa, 54% (cinquenta e quatro por cento), corresponde ao sexo masculino e 46% (quarenta e seis por cento), do sexo feminino, conforme gráficos.

Em relação a orientação sexual (Gráfico 2), 91% (noventa e um por cento) se declararam heterossexuais, 6% (seis por cento) bissexuais e 3% (três por cento) homossexuais.

Analisando dados mais específicos que tratam a intimidação sistemática (*bullying*), e retomando os dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), pela agência Brasil, percebe-se que este fenômeno ainda continua forte, apresentando altos índices de ocorrência de algum tipo de violência escolar,

violação de direitos e principalmente o bullying, que traz consequências sérias aos estudantes, por se tratar de uma violência velada, muitas vezes silenciosa, mas que provoca consequências graves que variam desde violência verbal até homicídio e suicídio.

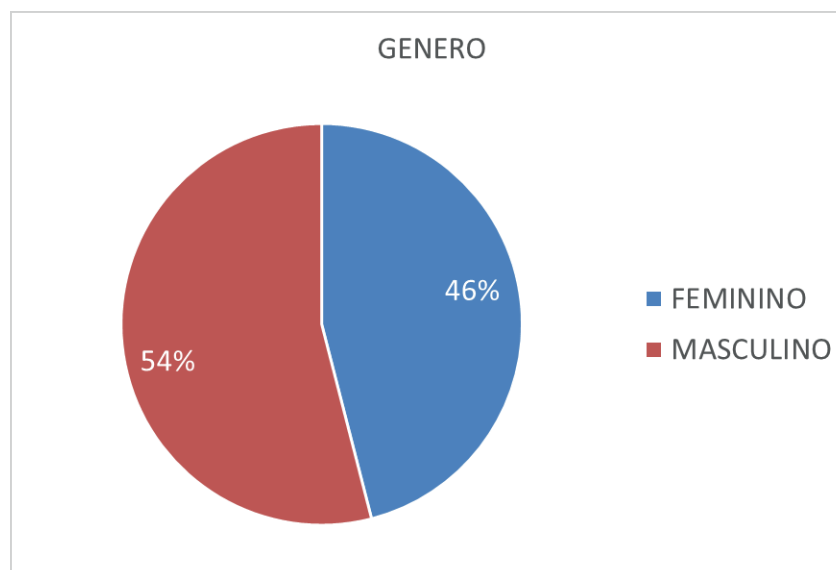


Gráfico 1 – Gênero

Fonte: elaborado pelos autores com dados do GPHSC.

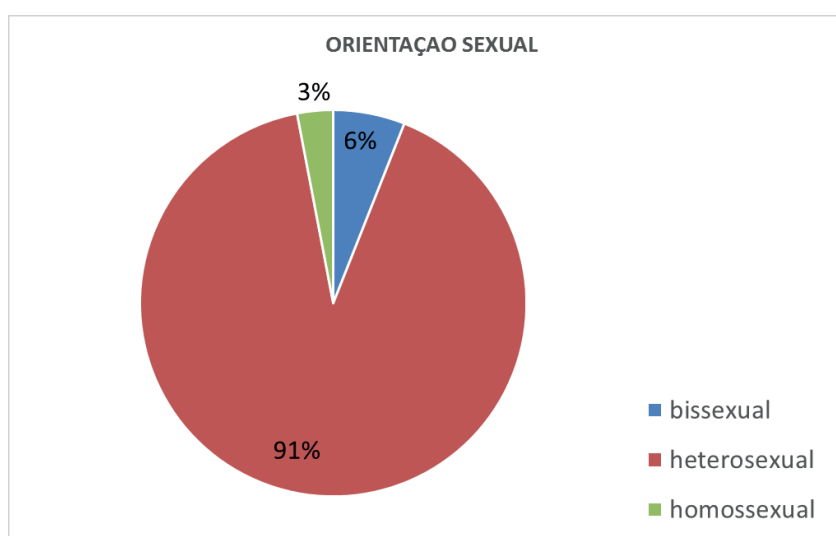


Gráfico 2 – Orientação Sexual

Fonte: elaborado pelos autores com dados do GPHSC

Estes dados foram organizados em 3 (três) tipos, baseados na frequência da ocorrência. O Gráfico 3, refere-se à ocorrência de algumas vezes, não sempre, o gráfico 4, muitas vezes, o que caracteriza a forma mais grave do fenômeno, aquele que realmente caracteriza a intimidação sistemática (bullying) e o gráfico 5, a soma de ocorrência de algumas vezes mais muitas vezes.

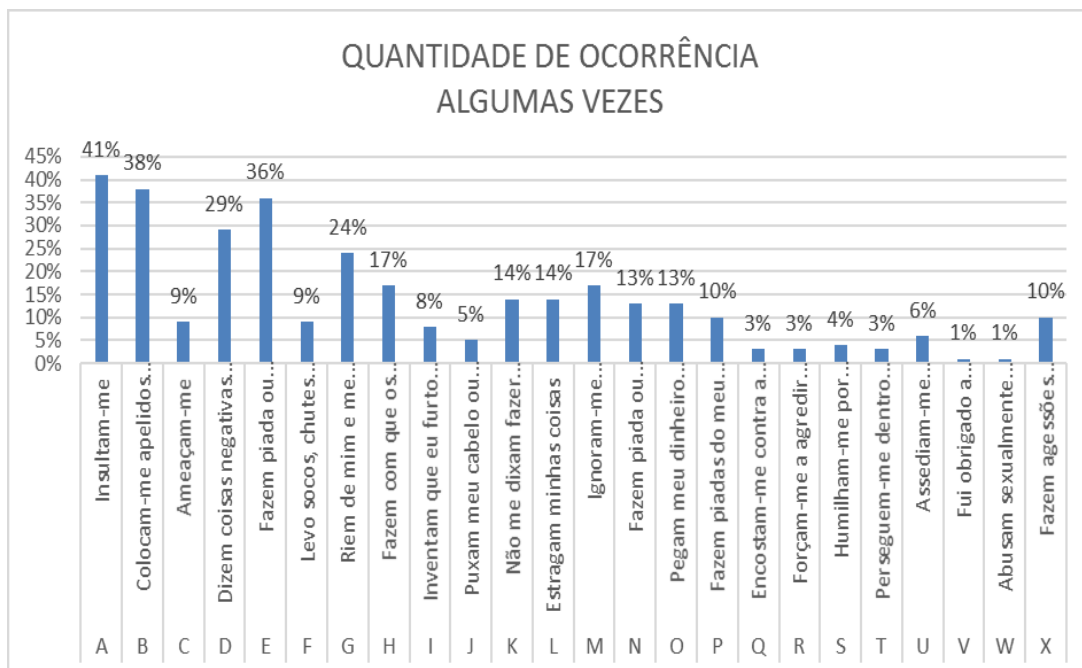


Gráfico 3 – Número de ocorrências - Algumas vezes

Fonte: elaborado pelos autores com dados do GPHSC.

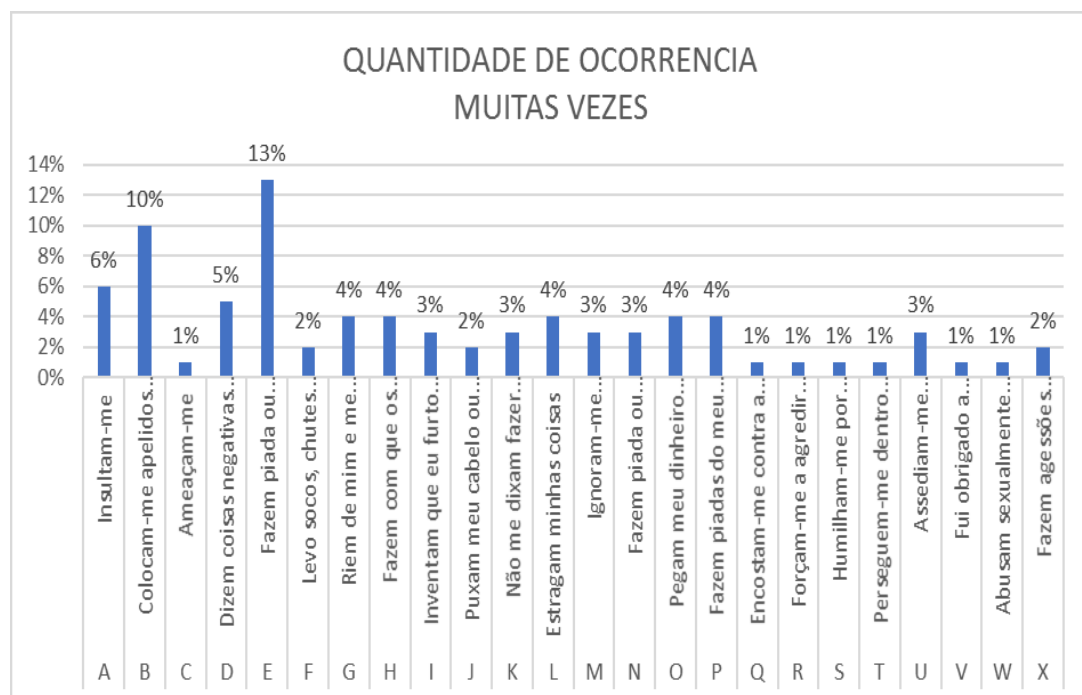


Gráfico 4 – Número de ocorrências - Muitas vezes

Fonte: elaborado pelos autores com dados do GPHSC.

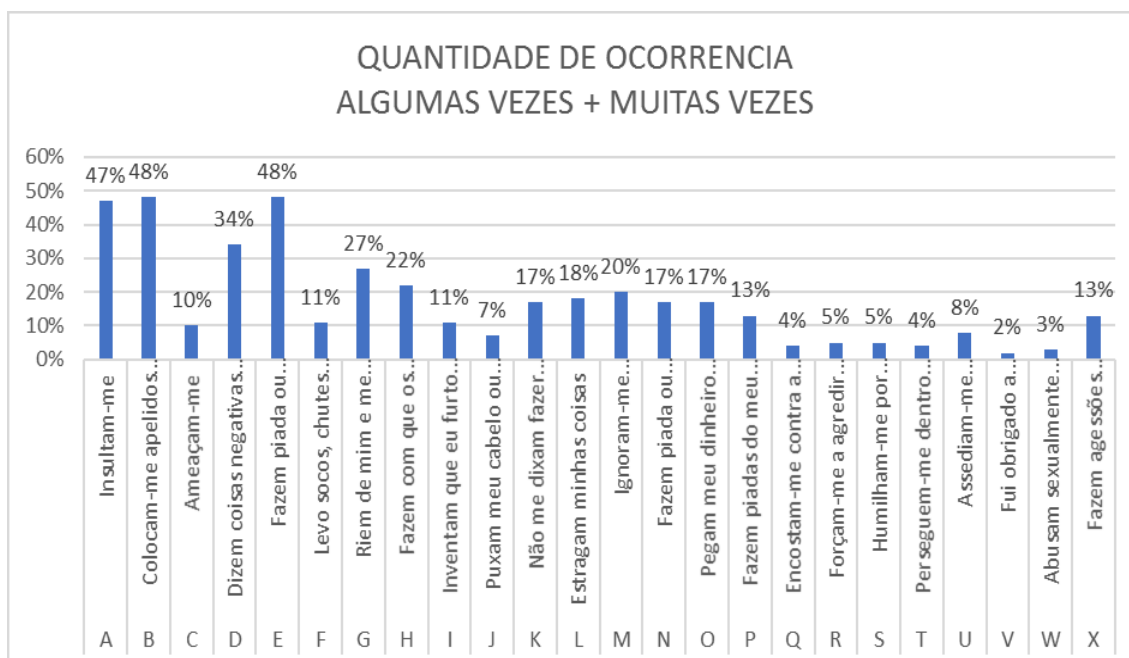


Gráfico 5 – Número de ocorrências - Algumas vezes + muitas vezes

Fonte: elaborado pelos autores com dados do GPHSC.

Fica evidente a existência de variação entre os tipos de *bullying*, e o que se observa, é que mesmo havendo variação na quantidade de dados obtidos, os 4 (quatro) tipos que prevalecem com os maiores índices de ocorrências analisados separados ou em conjunto são:

Gráfico 3 – Algumas vezes

Item A: insultam-me (41%), item B: colocam-me apelidos vergonhosos (38%), item D: dizem coisas negativas sobre mim ou minha família (29%) e item E: fazem piadas ou insultam-me por causa de alguma característica física (36%);

Gráfico 4 – Muitas vezes

Item A: insulta-me (6%), item B: colocam-me apelidos vergonhosos (10%), item D: dizem coisas negativas sobre mim ou minha família (5%) e item E: fazem piadas ou insultam-me por causa de alguma característica física (13%);

Gráfico 5 – Algumas vezes + Muitas vezes

Item A: insultam-me (47%), item B: colocam-me apelidos vergonhosos (48%), item D: dizem coisas negativas sobre mim ou minha família (34%) e item E: fazem piadas ou insultam-me por causa de alguma característica física (48%).

Em relação a proposta de ação 5W2H, (*What* – O que?, *Who* – Quem?, *Where* – Onde?, *When* – Quando?, *Why* – Por que?, *How* – Como? e *How much?* – Quanto?), de maneira geral, discutida entre os integrantes do GPHSC, em reunião: sugere-se um pequeno projeto de intervenção partindo do diagnóstico inicial possibilitado pela aplicação do questionário sobre o *bullying*, promover a discussão, principalmente nas disciplinas de ciências humanas, sobre as formas de preconceito e intolerância

características da sociedade atual, especialmente aquelas que, praticadas no ambiente escolar e por sua descrição, se inserem no que conceitualmente se define como práticas de *bullying*. Além da discussão de textos relacionados aos direitos humanos e ao respeito às diferenças, a promoção de debates e oficinas com o objetivo de sensibilizar os alunos para os efeitos nocivos que a prática do *bullying* provoca na autoestima de suas vítimas e na normatização social das formas intersubjetivas patológicas de convivência e de construção da subjetividade individualizada, produzindo formas generalizadas de intolerância na convivência diária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos a partir do questionário são suficientes para formar uma compreensão do quadro geral (e inicial) das práticas do *bullying* no contexto escolar. Entretanto, como toda visão geral, trata-se de uma compreensão superficial dessas práticas, não possibilitando a análise em profundidade e em detalhamento dos sentidos e significados que estas assumem no ambiente escolar e nas interações cotidianas na sociedade brasileira. Observações de campo das formas cotidianas de interação entre os alunos e entrevistas abertas com os praticantes e vítimas possibilitariam uma melhor compreensão dos processos intersubjetivos de construção das subjetividades no ambiente escolar, o que permitiria, por sua vez, a construção de projetos culturais (práticos e teóricos) de intervenção com o objetivo de redução das formas interativas baseadas em preconceitos e na violência.

A pesquisa permitiu uma compreensão geral das instituições envolvidas na pesquisa, mas algumas contradições evidenciam a necessidade de retorno a campo.

A compreensão geral é que necessitamos implantar projetos que trabalhem ações de combate ao *bullying* e os malefícios que o mesmo traz na vida dos agressores e vítimas. É necessário que todo o corpo docente e profissionais da área educacional, participem também de capacitações e estudos, para que estes possam contribuir para o enfrentamento de situações de discriminação, violência e/ou preconceitos, fazendo com que a escola se torne um local de diálogo e proporcionar aos seus alunos condições saudáveis de convivência e possibilitar a emancipação no exercício de seus direitos a educação, cultura e cidadania.

Promover uma melhor compreensão dos dados, através de ferramentas apropriadas. Apesar do grande número de dados coletados, é necessário que se identifique com mais precisão os fatores que estão levando os estudantes a agirem de forma agressiva e por qual razão os insultos acontecem.

Após a realização da pesquisa, algumas ações já foram realizadas, atividades semanais de produção de textos e de cartazes sobre a temática do respeito às

diferenças orientaram os trabalhos em grupo, além de concurso literário (contos, poesia e vídeos curta metragem) e de sarau no qual seriam lidas pequenos textos e poemas consagrados, assim como e textos e poemas produzidos pelos próprios alunos. Esta pesquisa gerou várias trabalhos e publicações em congressos de níveis nacional e regional, bem como devolutivas para algumas das instituições envolvidas, como seminários e relatórios. A dinâmica da pesquisa levou à construção de projetos nas diferentes escolas, construção de comissões de Direitos Humanos; e a necessidade de continuar pesquisando, e ampliando para escolas municipais, novas escolas estaduais, novos campi do IFMT, campi do IFPB, IFSP e IFMG; além dos níveis de ensino fundamental e superior, que serão inseridos nas próximas pesquisas do grupo.

REFERÊNCIAS

Agência Brasil. **Resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes** (Pisa, na sigla em inglês). Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/um-em-cada-dez-estudantes-no-brasil-e-vitima-frequente-de-bullying>. Acesso em 25.set.2018.

BAUER, Martin W. & GASKEL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. Lei 13.185, de 6 de dezembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*) em todo o território nacional. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09.11.2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em 01.out.2018.

FANTE, C. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 7. ed. Campinas: Verus, 2012.

FREITAS, Luciano dos. **Bullying: Programa de Prevenção da Violência entre Alunos no Ambiente Educacional**. 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congnext/Educa/educa41.pdf>. Acesso em: 25, set, 2018.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.3, mai/jun. 1995.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia**. Tradução de Artur Morão. Edições 70. Lisboa – Portugal. S/D. Título original: Die Idee der Phänomenologie (Band II Husserliana) Martinus Nijhoff, 1973.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública**. 18 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MERLEAU-PONTY, M. (1999). **Fenomenologia da percepção** (C. A. de Moura, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1945).

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2007.

SILVA, G. P; LOPES, D. R. S; ALMEIDA, R. M; MOTA, R. M. F. **Bullying e Direitos Humanos: um diagnóstico da Escola Estadual Antonio Epaminondas, Cuiabá, MT**. In: IV Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – JENPEX, 2018.

ESTUDO SOBRE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E BULLYING NO IFMT

Isabel Cristina Silva
Carolina Guimarães Santos
Jair Aniceto de Souza

RESUMO: Pesquisa em andamento realizada pelo Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), sobre Bullying e violação dos Direitos Humanos. Bullying é uma palavra de origem inglesa usada para definir diversas formas de violência imposta a indivíduos ou grupos de indivíduos: agressões físicas, psicológicas, repressão, exclusão, discriminação, calúnia são tipos de violência geralmente associadas ao Bullying. Quais seriam as estratégias de enfrentamento institucional quando tais atos ocorrem dentro do ambiente educacional? O objetivo deste trabalho é apresentar os primeiros resultados do diagnóstico realizado sobre o tema no campus Pontes e Lacerda do IFMT. Com uma metodologia de natureza qualitativa (descritiva e interpretativa), utilizou-se como método de coleta de dados um formulário on line, com perguntas fechadas e abertas aos alunos. Foram entrevistados 136 alunos do ensino médio, dos cursos de Informática e Controle Ambiental. Conforme os resultados da pesquisa foi possível perceber a necessidade de enfatizar, por meios de trabalhos no ambiente escolar

e na sociedade como um todo, as questões de inclusão e diversidade seja ela cultural, de gênero, racial, entre outros, afim de que o convívio dos grupos sociais seja feito de forma respeitosa por todos, sem que um indivíduo seja excluído por não ser semelhante aos outros.

PALAVRAS-CHAVE: Bullying; violência; ensino médio; escola pública.

STUDY ON HUMAN RIGHTS INFRINGEMENT AND BULLYING IN IFMT

ABSTRACT: Ongoing research conducted by the Research Group on Humanities and Contemporary Society (GPHSC) of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso (IFMT), on Bullying and Violation of Human Rights. Bullying is an English word used to define various forms of violence imposed on individuals or groups of individuals: physical, psychological, repression, exclusion, discrimination, slander are types of violence commonly associated with bullying. What would be the strategies of institutional coping when such acts occur within the educational environment? The aim of this paper is to present the first results of the diagnosis made on the theme on the IFMT Pontes and Lacerda campus. With a qualitative methodology (descriptive and interpretive), it was used as a data collection method an online form with

closed and open questions for students. A total of 136 high school students from the Informatics and Environmental Control courses were interviewed. According to the results of the research it was possible to realize the need to emphasize, by means of work in the school environment and in society as a whole, the issues of inclusion and diversity, be it cultural, gender, racial, among others, in order that socializing social groups be respectfully done by everyone, without an individual being excluded for not being similar to others.

KEYWORDS: Bullying; violence; high school; public school.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira tem passado por um contexto de transformações políticas e sociais profundas, onde se desenvolve a consciência de que o ambiente escolar deve ser um espaço de debates que instiguem o enfrentamento de situações de preconceitos e discriminações das quais são submetidos os grupos minoritários. Temas como *Bullying*, diversidade sexual, inclusão de minorias e cidadania desafiam as instituições a discutir a inserção de novos sujeitos, que reivindicam seu espaço não somente na sociedade, como no currículo escolar.

Apesar destes novos desafios e das discussões sobre esses temas nas instituições de ensino, especialmente relacionados ao *bullying*, que é o objeto deste artigo, devem ser sempre observadas nas entrelinhas dos discursos e a reprodução de práticas preconceituosas, sobretudo partindo da própria família e das instituições escolares, inclusive professores e colegas. Quais seriam as estratégias de enfrentamento institucional quando tais atos ocorrem dentro do ambiente educacional? A escola deve se tornar um local de acolhimento, respeito, diálogo e convívio das diferenças.

A partir destas reflexões surgiram algumas indagações que levaram o GPHSC IFMT a pesquisar temas como a violação dos direitos humanos e bullying. O GPHSC é cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), cuja pesquisa atual “Violação dos Direitos Humanos e *Bullying* no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos”, já aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 60165016.0.0000.5165) encontra-se em andamento desde agosto de 2016 e encerrará em Agosto de 2018.

É necessário registrar que esta pesquisa está em andamento em vários *campi* do Instituto Federal e também em algumas escolas do Estado de Mato Grosso, sendo realizada através de questionários aplicados aos alunos. O presente artigo tem como recorte, especificamente os alunos do ensino médio do IFMT *Campus* Pontes e Lacerda - Fronteira Oeste. E utiliza as duas questões abertas do questionário eletrônico que são: “Você já sofreu ou viu alguém sofrer bullying na escola?” e “Você

tem alguma sugestão para acabar com o bullying?”, foram algumas das questões que permearam a pesquisa.

Tendo em vista que grande parte da pesquisa se dará nas dependências deste *campus* torna-se necessário uma contextualização do IFMT, em especial do *Campus* Pontes e Lacerda- Fronteira Oeste e do que a instituição representa para a sociedade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Local de Pesquisa

O IFMT foi criado nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Atualmente o IFMT conta com 14 campi em funcionamento no estado de Mato Grosso (Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste Rondonópolis, São Vicente, Sorriso e Várzea Grande). Possui ainda cinco campi avançado, nos municípios de Diamantino, Lucas do Rio verde, Tangará da Serra, Sinop e Guarantã do Norte. Conta aproximadamente 25 mil alunos, nos mais de 100 cursos distribuídos pelos seus diversos campi.

No Município de Pontes e Lacerda, o *campus* foi inaugurado em 2008. Desde então, o número de alunos vem crescendo constantemente, com aproximadamente 974 alunos matriculados, distribuídos nos três períodos, entre cursos técnicos e superiores. No ensino médio estão matriculados 440 alunos, em três cursos técnicos (quais cursos?).

Registra-se também, IFMT *Campus* Pontes e Lacerda - Fronteira Oeste, que está situado atualmente no município de Pontes e Lacerda, no sudoeste do estado do Mato Grosso, próximo a regiões fronteiriças.

O território foi inicialmente habitado pelos índios Nambikwara que logo após a chegada dos novos colonizadores foram dizimados. A luta pela preservação da cultura indígena na região começou na época da expansão do Estado, quando os fazendeiros ocuparam as áreas habitadas pelos índios. Esta resistência pelas terras estendeu-se até os dias atuais, porém, agora com a intervenção e apoio do Estado os índios possuem uma reserva chamada Sararé, onde as terras são destinadas ao uso dos mesmos.

Ao longo do período de colonização do Estado foram cedidas terras para habitação com baixo custo com intuito de trazer à população para ocupar a região.

Entre essas terras, algumas se encontravam próximo às construções das linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso que deram origem a “Vila dos Pretos” onde mais tarde originou-se Pontes e Lacerda, decretada município pela Lei Estadual no 4.167, de 29 de dezembro de 1979.

Através do incentivo do estado, o fluxo migratório na região foi intensificado entre os anos de 1970 - 1980, principalmente com a descoberta de ouro na região da Serra de Santa Bárbara localizada próxima à cidade de Pontes e Lacerda. Atualmente, as atividades econômicas que mais geram lucro no município segundo o IBGE 2016 são: extrativismo vegetal, pecuária e comércio. Somados a produção de produtos como arroz, feijão, banana e café.

Devido a diversidade cultural oriunda das migrações de diversas regiões do país e da fronteira com a Bolívia, Pontes e Lacerda abriga hoje aproximadamente 41.408 habitantes de diversos grupos sociais com identidades e culturas diferentes. E é neste cenário, em uma região onde afloram com mais intensidade os costumes patriarcais que esta pesquisa se concretizou, questionando alunos nativos e provindos de regiões distintas que convivem juntos no ambiente escolar.

O Bullying no Contexto Escolar

O termo *Bullying* é:

[...] utilizado para classificar comportamentos agressivos no âmbito escolar, sendo também atos praticados tanto por meninos quanto por meninas. E ainda classificados como: verbal (insultar, ofender, falar mal, colocado apelidos pejorativos, “zoar”); físico e material (bater, empurrar, beliscar, roubar, furtar ou destruir pertences da vítima); psicológica e moral (humilhar, excluir, discriminar, chantagear, intimidar, difamar); sexual (abusar, violentar, assediar, insinuar); e virtual ou Ciberbullying (bullying realizado por meio de ferramentas tecnológicas: celulares, filmadoras, internet e outros) (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 01-02).

As formas de agressão entre os alunos têm ocorrido de diversas formas e em todas as idades, desde a educação infantil até os últimos anos do ensino médio, comprometendo o processo de aprendizagem do indivíduo e a qualidade de vida dos envolvidos. O *bullying* tem se tornado objeto de atenção de diversos pesquisadores nos últimos anos, inclusive por profissionais da saúde que afirmam que para as vítimas de *bullying*, os danos psicológicos podem ser gravíssimos, contribuindo para o desenvolvimento de doenças como ansiedade, dificuldades de relacionamento, problemas psiquiátricos, comportamentos agressivos, entre outros.

Em pesquisa recente, a professora e uma das fundadoras do GPHSC, Raquel Mota (2017, p. 05), explica que o *bullying* tem consequências graves dentro da escola, causando danos irreparáveis nas vidas dos envolvidos. Neste sentido, torna-se relevante o acompanhamento dos alunos pelos pais e profissionais da educação, principalmente com relação a alterações de comportamento, marcas de violência no

corpo e demais situações tidas como incomuns no dia a dia dos estudantes.

Rir de alguém, provocar, agredir fisicamente, usar apelidos pejorativos, manipulação psicológica, exclusão social são alguns dos elementos que configuram a existência do *bullying*. O mesmo pode ser definido de diversas formas, conforme aborda a Lei nº 13.185: *bullying* direto - pode ser caracterizado quando o agressor usa de meios físicos para agredir a vítima tais como socos, puxões de cabelo, cusparadas ou exige o dinheiro ou objetos pessoais da vítima; *bullying* indireto - quando se espalha boatos, provoca o isolamento ou exclusão da vítima; e, por fim, *cyberbullying* - consiste na intimidação ocorrida no espaço virtual através de e-mails, redes sociais, mensagens postadas com o intuito de provocar constrangimento, ou difamar a vítima (BRASIL, 2015). No artigo *Bullying e Identidade* (SOUZA *et al.*, 2017), explicam que a partir de vários referenciais teóricos, tais como: Barth, (2011); Hall, (2011); Oliveira, (2006),

[...] partindo da concepção de que a escola adquire um lugar especial nos processos de socialização e de construção da identidade das crianças e adolescentes na sociedade contemporânea, e concebendo a identidade como socialmente construída por meio de processos situacionais e contrastivos (SOUZA *et al.*, 2017, p. 01).

O aluno que sofre esse tipo de agressão pode ficar totalmente prejudicado nessa construção da identidade e de interação social. Visto que, com a intimidação da vítima, a mesma pode não conseguir mais se socializar nos grupos sociais os quais normalmente se formam por questões de afinidade, aproximação, identidade, fazendo com que o problema agrave ainda mais e vá para além dos muros da escola.

As situações de *bullying* se expandem para além de agressores, vítimas ou testemunhas e incluem toda a comunidade escolar e a família. Esta questão tem tornado-se uma condição negativa sobre as interações sociais e constitui um sério problema de saúde pública não só no ambiente educacional, mas em toda a sociedade e requer cada vez mais pesquisas e intervenções em seu enfrentamento.

Discutir violência no âmbito escolar significa enxergar a escola como um local de diálogo. É necessário observar o contexto das instituições educacionais não só como um espaço de aprendizado teórico, mas um local de interações sociais onde, tanto alunos quanto professores são sujeitos socioculturais, envolvidos em interações cotidianas. Para Mota:

Depois da família, a escola é o mais importante ambiente de socialização, sendo o espaço onde as crianças e os jovens passam boa parte do tempo e a sua função é educar, proteger e aprimorar seus estudantes no que se refere aos valores, o respeito e o exercício da cidadania e do direito de todos. No entanto, esse é um desafio que não tem sido fácil de enfrentar, já que os índices de violência, de norte a sul do país, são cada vez maiores no contexto da escola brasileira (2017, p. 04).

É preciso frisar que o *bullying* em instituições de ensino traz efeitos adversos

para a saúde e o bem-estar de alunos e torna os ambientes educacionais inseguros. Então, quais são as estratégias que as instituições poderiam realizar para minimizar os danos e evitar que o ele aconteça?

O professor e pesquisador português, Rui Canário, que escreve sobre a crise na Educação, afirma que as práticas educativas devem valorizar a função crítica e emancipatória dos indivíduos, que os permitam “compreender o passado, problematizar o futuro e intervir de modo transformador e lúcido no presente” (2006, p. 12).

A principal orientação deste autor é incentivar e exercer o direito à palavra. E, por que tal orientação seria importante no combate ao *bullying*? Porque ela “passa por fazer da escola um lugar onde se ganha o gosto pela política, ou seja, onde se vive a democracia, se aprende a ser intolerante com as injustiças e a exercer o direito à palavra” (CANÁRIO, 2006, p. 21).

Para isso, é primordial que as escolas capacitem seus profissionais para uma educação baseada em direitos humanos, que promovam a inclusão e o respeito à diversidade. E não apenas isso. É preciso incluir pais e comunidade nesta discussão, pois “os grandes problemas que se colocam à escola e aos sistemas escolares não podem ser resolvidos de modo centralizado” (*op. cit.*, p. 97).

METODOLOGIA

Este artigo constitui uma análise de natureza qualitativa – descritiva e interpretativa – utilizando-se como método de coleta de dados o questionário com perguntas fechadas e abertas aos alunos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT Campus Pontes e Lacerda/ Fronteira Oeste. As análises desenvolvidas apoiaram-se em dados obtidos mediante a aplicação de um questionário online e com turmas específicas do ensino médio do campus, com estudantes de 14 a 18 anos, sendo estes questionários respondidos de forma completamente anônima. Conforme afirma Phillips (2003, p. 714 *apud* SILVA; COSTA, 2016), esse método é mais eficaz para conseguir do entrevistado informações relativas a comportamento desviante.

Para dar base ao questionário e, conseqüentemente, à pesquisa referente ao tema Violação dos Direitos Humanos e *Bullying*, foram entrevistados 136 alunos do ensino médio, dos cursos de Informática e Controle Ambiental. No total, 144 alunos assinaram a lista e 136 participaram da pesquisa. O campus conta com 440 estudantes matriculados no ensino médio, distribuídos nos cursos técnicos de informática (184), controle ambiental (189) e administração (67). Conforme já abordado anteriormente, foi elaborado pelo grupo de pesquisa um questionário composto de 40 questões, abrangendo contexto histórico-social e *bullying*. Embora as práticas de *bullying* não

estejam restritas ao ambiente escolar, o foco deste artigo é a ocorrência de *bullying* entre os alunos de ensino médio.

RESULTADOS

Os resultados dos questionários mostram que, dentre as diferentes formas de *bullying* foram identificadas as seguintes:

Agressões físicas diretas caracterizadas por arranhões, puxões de cabelo, destruição e apropriação de objetos pessoais e dinheiro da vítima, identificadas nas respostas das questões: **Puxam meu cabelo ou me arranham?** 3,68% dos alunos responderam que este fato ocorreu algumas vezes, outros 1,47% responderam que ocorreu muitas vezes. 94,85% informa que não ocorreu nenhuma vez. **Estragam minhas coisas?** 8,82% dos alunos registraram que este fato aconteceu algumas vezes, 5,88% responderam que aconteceu muitas vezes e 85,29% informaram que não aconteceu nenhuma vez.

Agressões verbais diretas que são constituídas por de insultos, apelidos pejorativos entre outros, exemplificados nas questões **Insultam-me?** e **Colocam-me apelidos vergonhosos?** 40,44% dos alunos disseram que já foram insultados algumas vezes, 8,82% disseram que muitas vezes e 50,73% disseram que não foram insultados nenhuma vez. Quanto a apelidos vergonhosos, 37,50% dos alunos disseram que já colocaram apelidos vergonhosos, 12,50% disseram que muitas vezes e 50,00% disseram que nunca receberam nenhum apelido vergonhoso. Mas, conforme o gráfico abaixo, o quesito que mais teve incidências de respostas positivas foi sobre piadas e insultos sobre a característica física.

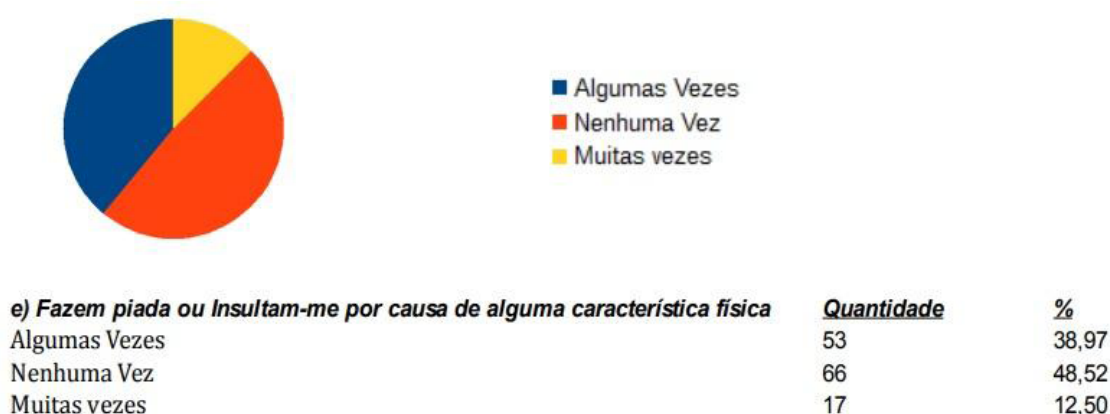


Gráfico 1

Fonte: autor próprio, 2017.

Agressões indiretas, que se dão através de boatos, isolamento e exclusão da vítima, ilustradas na questão: **Ignoram-me completamente, me dão um “gelo?”**

16,17% disseram que algumas vezes, 2,21% disseram que muitas vezes e 81,62% que nenhuma vez. A agressão indireta mais mencionada foi, como podemos ver no gráfico a seguir:



g) Riem de mim e me apontam	Quantidade	%
Algumas Vezes	30	22,05
Nenhuma Vez	99	72,79
Muitas vezes	7	5,14

Gráfico 2

Fonte: autor próprio, 2017.

Também foi registrado o *cyberbullying*, que é uma forma de assédio que ocorre através dos meios virtuais como redes sociais, *e-mails*, celulares. Tal registro foi identificado na resposta à pergunta **Fazem agressões virtuais (redes sociais)?** Em que 9,56%, responderam que em algumas vezes, 88,24% responderam que em nenhuma vez e 2,21%, responderam que em muitas vezes.

Práticas homofóbicas e racistas também permeiam as respostas às perguntas **Humilham-me por minha orientação sexual?** A resposta a esta questão ocorreu da seguinte forma: Algumas vezes, 3,68% responderam que sim, 95,59% responderam que nenhuma vez e 0,74% responderam que muitas vezes. **Fazem piada ou insultam-me por minha cor ou minha raça?** 16,91% responderam que algumas vezes, 79,41% responderam que nenhuma vez e 3,68% responderam muitas vezes.

Para Mota (2017, p. 05), os fenômenos como a homofobia e o racismo estão cada vez mais arraigados em nossa sociedade, “embora a Declaração dos Direitos Humanos, publicada há mais de 50 anos, condene todas as formas de discriminação”. A Constituição Federal de 1988, também postula que a República deva “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988), mas nada disso é suficiente para evitar tais comportamentos.

Além das questões relacionadas acima, outras questões ainda complementam a pesquisa. Dentre elas, **Você já teve seus direitos violados na sua escola atual? Quem o maltratou na escola?, Quais foram as justificativas apresentadas para**

maltratar um colega e Quais seriam as sugestões para acabar com o bullying?

Nestas perguntas 19,85% dos estudantes que responderam o questionário disseram que já tiveram seus direitos violados. Destes, quando questionados sobre quem teria violado seus direitos, deram as seguintes respostas:



Marque quem o maltratou	Quantidade	%
Não responderam	106	77,94
Colegas de outras salas	1	0,73
Colegas de sala	12	8,82
Colegas de sala, Colegas de outras salas	3	2,2
Colegas de sala, Colegas de outras salas, Professores, Coordenadores/Diretores, Funcionários	3	2,2
Colegas de sala, Funcionários	1	0,73
Colegas de sala, Professores	2	1,47
Coordenadores/Diretores	3	2,2
Coordenadores/Diretores, Funcionários	1	0,73
Funcionários	1	0,73
Ninguém	1	0,73
Professores	2	1,47

Gráfico 3

Fonte: autor próprio, 2017.

Quando questionados sobre quais foram as justificativas apresentadas para maltratar um colega registraram-se as seguintes respostas: “brincadeiras”, “bobeiras”, “porque me senti provocado”, “porque acho que eles merecem”, “porque quero dominar o grupo”, “por que eles são diferentes”.

O teor destas últimas respostas vai ao encontro do que afirma Chalita (2008, p. 86), que os autores do *bullying*, normalmente “são alunos populares que precisam de plateia para agir. Reconhecidos como valentões, oprimem e ameaçam suas vítimas por motivos banais, apenas para impor autoridade”. Com isso, compreende-se que o autor do *bullying* se sente reconhecido e realizado, sempre mantendo um grupo em torno de si, para se permanecer apoiado e fortalecido, sentindo prazer e satisfação em dominar, controlar e causar danos e sofrimento às vítimas.

Com relação à questão **Quais seriam as sugestões para acabar com o bullying?** muitos alunos ainda se mostram propensos a recorrer a meios violentos e à punição como forma de acabar com o bullying. Frases como “matar todos aqueles que fazem isso”, “Caso continuar, revidar violentamente” e “Punir os responsáveis

pelo bullying” permearam as sugestões dadas pelos alunos como forma de combate ao bullying. De um total de 136, **7 alunos** (5,14%) – todos do sexo masculino, de 15 a 17 anos, e, destes, 3 nunca sofreram bullying – entendem que o bullying deve ser combatido por meios violentos.

O que isso indica, afinal? Quais são as formas de prevenção que os educadores, escolas, pais e professores podem usar? Segundo Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, em algum momento os oprimidos irão lutar contra os opressores. Mas, “esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos” (FREIRE, 2005, p. 33).

Infelizmente, o que geralmente acontece, é que aquele(s) que sofre(m) *bullying* venha(m) a realizá-lo, pois quase sempre “os oprimidos, em vez de buscar a libertação na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores” (FREIRE, 2005, p. 35).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da crescente inserção do *bullying* no contexto escolar, torna-se crucial que toda a comunidade escolar a sociedade e a família venham a se sensibilizar, diagnosticar e intervir de forma específica sobre as situações de violência relacionadas ao *bullying* no ambiente educacional. A escola deve tornar-se um espaço de diálogo, enfrentamento de situações de preconceitos e discriminações e qualquer tipo de violência, a fim de criar condições saudáveis que possibilitem aos alunos a emancipação e o empoderamento no exercício de seus direitos à educação, cultura e cidadania.

Para alcançar tais objetivos, é necessário observar todo o contexto educacional bem como levar em consideração as sugestões apontadas pelos próprios alunos, neste caso, registradas também nas respostas do questionário aplicado, tais como: Trabalhar a questão do *bullying* desde as séries iniciais; Fazer uso da mídia como uma ferramenta contra o *bullying*; Promover campanhas; Palestras nas escolas; Professores fazerem pautas sobre o assunto em sala de aula; Conscientização dos riscos e no que resulta o *bullying* na vida de cada indivíduo.

Pois, como nos mostra Canário (2006, p. 36), as atividades de aprendizagem devem ser orientadas para resolver problemas, o que é diferente de “reproduzir respostas ensinadas para problemas já conhecidos”. Assim sendo, só a multiplicação das oportunidades de aprendizagem habilitará a escola a responder à diversidade dos seus públicos, “construindo uma oferta educativa que viabilize o respeito e a

promoção da globalidade e da singularidade da pessoa que habita cada aluno” (*op. Cit.*, p. 93).

Por fim, é indispensável a divulgação dos dados coletados aos servidores da instituição onde a pesquisa foi realizada para que os casos de *bullying* sejam identificados e trabalhados com a ajuda de profissionais. A criação de uma comissão local de combate às questões relacionadas ao *bullying* no contexto escolar também poderão contribuir para a diminuição e/ou eliminação dos casos de *bullying*, que tanto tem comprometido o processo de aprendizagem do indivíduo e qualidade de vida das vítimas, uma vez que os protagonistas da história precisam de atenção especial. O agressor por ser um sujeito que talvez tenha algum problema em relações interpessoais e sente necessidade de chamar atenção, se sentir melhor que o outro e a maneira encontrada para isto é a prática do *Bullying*. E o acolhimento a vítima por estar fragilizada diante da situação constrangedora a qual foi colocada no meio em que convive.

Além disso, é importante enfatizar, por meios de trabalhos no ambiente escolar e na sociedade como um todo, as questões de inclusão e diversidade seja ela cultural, de gênero, racial, entre outros, a fim de que o convívio dos grupos sociais seja feito de forma respeitosa por todos, sem que um indivíduo seja excluído por não ser semelhante aos outros. A aplicação destas propostas pode contribuir para um ambiente escolar mais homogêneo, sem a prática ou redução considerável do *bullying*, beneficiando, assim, a convivência de todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 13.185**, de 06 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: <goo.gl/FrfzKh>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CANÁRIO, Rui. **A escola tem futuro?** Das promessas às incertezas. - Porto Alegre: Artmed, 2006.

CHALITA, Gabriel. **Pedagogia da amizade** – Bullying: O sofrimento das vítimas e dos agressores, São Paulo: Ed. Gente, 2008.

CROCHÍK, J. L.; et al. **Análise de concepções e propostas de gestores escolares sobre o bullying**. Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 36, n. 1, p. 115-127, Jan.-June, 2014. Disponível em goo.gl/ZndXW7. Acesso em 10 jul. 2017.

SILVA, Cíntia Santana e; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. **Opressão nas escolas: o bullying entre estudantes do ensino básico**. Cad. Pesqui, São Paulo, v. 46, n. 161, p. 638-663, set. 2016. Disponível em <goo.gl/Asu2g9>. Acesso em 12 jul. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Dados gerais de pontes e Lacerda. Disponível em: <goo.gl/sb8vvW>. Acesso em 11 jul. 2017.

LEANDRO, Vera Lucia Damacena. **Bullying no ambiente escolar**. 2013. Disponível em <https://pedagogiaaopedaleta.com/bullying-no-ambiente-escolar/>. Acesso em 12 jul. 2017.

LIMA, José Leonildo - **História do Município** – Disponível em <goo.gl/GizYQq>. Acesso em 11 jul. 2017.

MOTA, Raquel Martins Fernandes *et alli*. **Projeto de Pesquisa - Violação dos direitos humanos e bullying no contexto escolar**: Diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos. IFMT: Cuiabá, 2017.

OLIVEIRA, P. A.; SILVA, V. C.G.S.; MOTA, R. M. F.; DUARTE, V. C. O.; ASSUMPÇÃO, Y. O. **Violação dos Direitos humanos e Bullying**: a sociabilidade no cotidiano escolar. In: Reunião anual da SBPC 2017, Belo Horizonte UFMG, 2017.

SOUZA J. A., SILVA V. C. G., OLIVEIRA P. A., MOTA R. M. F., NEIVA B.M. A., SILVA I. C. **Bullying e Identidade**. In: 69º Reunião anual da SBPC 2017, Belo Horizonte/UFMG, 2017.

CURTABLTV: ENSINO, EXTENSÃO E REDES SOCIAIS

Paulo Alves de Oliveira
Veralúcia Guimarães de Souza
Alexandre Magalhães Arruda
Marco Aurélio Bulhões Neiva
Yuri Ogaya de Assumpção

RESUMO: O CURTABLV, Festival de Vídeo Curta Metragem Ambiental, desempenhou em sua última edição, uma função importante para o avanço, a reflexão e o debate cauteloso sobre o bullying e a violação de Direitos Humanos no ambiente escolar, através de novas metodologias dos saberes escolares e das práticas educativas através dos usos de redes sociais e a plataforma You Tube. Nesta V edição, o CurtaBLV, reformulou-se em três modalidades: música, poema e vídeo. Desde a sua primeira edição, divulgado na página AMBIÉTICA que foi criada e é administrada no facebook pelos acadêmicos do 5º semestre de Gestão Ambiental do IFMT - campus Cuiabá Bela Vista desde 2012, constatou-se uma abrangência cada vez maior de público e participantes, principalmente nas redes sociais. Através desta pesquisa procurou-se avaliar os resultados pedagógicos destas atividades e relacioná-las a alguns referenciais teóricos na educação e os conceitos relativos às novas tecnologias de informação e comunicação, tais como cibercultura de Pierry Lévy e Sociedade em Rede de Manuel Castells, assim como fazer uma

análise da perspectiva qualitativa para captação das percepções e subjetividades dos fenômenos relacionados ao bullying. A pesquisa utilizou-se de documentação direta; com pesquisa de campo e aplicação de perguntas com análise bibliográfica e pesquisa documental. Dentre elas tem-se uma que questão que aborda o CURTABLV em si, dos 57 que responderam ao formulário on line, no qual 49,1% das pessoas afirmaram que desenvolveram maior criticidade sobre o tema e 24,6% afirmaram ter superado o esperado, pois abordou o bullying de uma forma criativa, inovadora e de suma importância no desenvolvimento e pensamento do mesmo. Esse questionário também foi usado para a análise das percepções e subjetividades dos fenômenos. Considera-se que os objetivos propostos pelo CURTABLV foram atingidos, uma vez que a temática ambiental, juntamente com outras de cunho social, foram vinculadas e amplamente debatidas, na perspectiva de reações ulteriores que, para além dos limites da sala de aula, produziram autonomia e um pensar complexo. O evento demonstrou que as plataformas podem alcançar inúmeros indivíduos e ressaltou a importância da problemática bullying ser debatido em meios escolares para a diminuição dos casos.

PALAVRAS-CHAVE: novas tecnologias educacionais; redes sociais, ensino, educação ambiental, percepção do bullying.

ABSTRACT: The CURTABLV, Environmental Short Film Video Festival, played in its last edition, an important function for the advancement, reflection and cautious debate about bullying and the violation of Human Rights in the school environment, through new methodologies of school knowledge and educational practices through the use of social networks and the You Tube platform. In this V edition, CurtaBLV has been reformulated into three modalities: music, poem and video. Since its first edition, published on the ENVIRONMENT page that was created and is managed on facebook by academics of the 5th semester of Environmental Management of IFMT - Cuiabá Bela Vista campus since 2012, there has been an increasing coverage of public and participants, especially on social networks. This research aimed to evaluate the pedagogical results of these activities and relate them to some theoretical references in education and the concepts related to new information and communication technologies, such as Pierry Lèvy's cyberculture and Manuel Castells Network Society, as well as make an analysis of the qualitative perspective to capture the perceptions and subjectivities of phenomena related to bullying. The research used direct documentation; with field research and application of questions with bibliographical analysis and documentary research. Among them there is a question that addresses the CURTABLV itself, of the 57 who responded to the online form, in which 49.1% of people said they developed greater criticality on the topic and 24.6% said they had exceeded the expected. , because it approached bullying in a creative, innovative and very important way in its development and thinking. This questionnaire was also used to analyze the perceptions and subjectivities of phenomena. It is considered that the objectives proposed by CURTABLV have been achieved, since the environmental theme, along with other social issues, were linked and widely debated, in view of further reactions that, beyond the confines of the classroom, produced autonomy. and a complex thinking. The event demonstrated that platforms can reach numerous individuals and stressed the importance of problematic bullying being debated in schools to reduce cases.

KEYWORDS: new educational technologies; social, networks, teaching, environmental education, bullying perception.

INTRODUÇÃO

A partir dos alunos do curso de Gestão ambiental do ano de 2012, (IFMT – Bela Vista), surgiu a ideia de trabalhar através de mídias digitais assuntos relacionados a Ética ambiental e o ensino através das mesmas. Frente ao número expressivo de pessoas que usam mídias e redes sociais, diariamente, notou-se como uma ótima porta de entrada para discussões de temas corriqueiros a nossa

sociedade e juventude. Surge então o Curta BLV, que passou por sua quinta edição agora no ano de 2018 com a temática: *Bullying* caminhos para o combate. Do ano de 2012 até o presente pode-se notar a evolução no desenvolvimento da realização das atividades haja vista, todas produções de viés artísticos apresentados nas mais diversas modalidades, passou pelas edições do evento com um volume crescente na quantidade e qualidade das obras produzidas; podendo até mesmo ser considerado como reflexo do trabalho prestado pela comissão organizadora. Os professores, alunos e servidores envolvidos no desenrolar das atividades trabalharam de maneira bem produtiva, na elaboração de: oficinas, procura de patrocinadores, divulgação e premiações aos mais diversos alunos e produções. Aquele que no início só tinha como atividades intervalo interativo e vídeos (representando as redes sociais), passou por aprimoramentos de grande relevância, além da permanência dos vídeos, passou a ter músicas, poemas, sonetos e oficinas para a produção das mesmas. Outra mudança significativa frente aos festivais, foi torná-lo temático, dessa forma deixando mais pontual o objeto de trabalho por parte dos alunos.

Por ser tratado o aporte sistemático aos alunos nas produções, quanto a confecção, é dado aos próprios acadêmicos a liberdade de expor sua *cibercultura* como uma forma de intervenção pessoal de cada um deles, frente a problemas sociais e, é claro, pode discutir e avaliar os problemas notados por cada um deles no seio acadêmico.

Problemas estes que inferem diretamente no cotidiano e nas vivências escolares, ou seja, o *bullying* e a violência escolar são um dos assuntos que mais influem na sociedade como problemática a ser contida nos espaços escolares, manifestando-se como fenômenos que influenciam de forma objetiva as desigualdades sociais, a exclusão e as diversas formas de violências e violação dos direitos dos alunos e alunas.

Segundo Silva (2015) o *bullying* é um problema endêmico nas instituições escolares, a palavra *bullying* não era conhecida a pouco tempo do grande público, é uma palavra de origem inglesa, e é utilizada para qualificar comportamentos violentos no ambiente escolar tanto para meninos como para meninas, dentre os comportamentos destaca-se agressões, assédios e ações desrespeitosas realizadas de maneira recorrente e intencional por parte dos agressores.

Para Abromovay (2015), a violência nas escolas constituem-se em fenômenos preocupantes, pelos efeitos que tem sobre os indivíduos que a praticam, os que sofrem e também os que testemunham, porque “contribuem para tirar da escola a sua condição de lugar de amizade, de prazer, da busca de conhecer e de aprender” (ABROMOVAY, 2015, p. 7).

Através dos debates das violências na escola e do *bullying* e com o desenvolvimento da internet e das mídias sociais surgem na atualidade novas

formas de comunicação e organização das atividades humanas podendo favorecer o relacionamento professor/aluno, com o restante da sociedade e transformando os educadores, não apenas como transmissores dos conhecimentos, mas também como mediadores atuantes, sabendo selecionar os instrumentos, canais e documentos necessários de acordo com os aspectos pedagógicos.

Para Manuel Castells (2000), a sociedade contemporânea está vivendo a Era da Informação, o que pode alterar a cultura, o modo de produção e os fluxos da informação e deve haver por parte de instituições de ensino, um aprimoramento das mídias para abordar temas sociais e corriqueiros aos copos discentes.

Nessa perspectiva, o CURTABLV, em sua quinta edição consegue aliar de maneira notável o sucesso do evento, consolidado ao longo das últimas edições, com a tecnologia das plataformas digitais como: *You Tube, Instagram, Facebook e whatsapp* para abordar esse tão grave e emblemático tema: *Bullying* caminhos para o combate.

METODOLOGIA

A quinta edição do CURTABLV contou duas novas modalidades música e poesia, mantendo a modalidade vídeo. Para auxiliar os alunos na preparação de suas obras foram realizadas oficinas, sendo estas: oficina para a produção de vídeo curta metragem, sendo que nessa oficina foram abordados temas como: artes cênicas; artes visuais; produção de roteiro; edição e divulgação, sendo esta ministrada pelo aluno de publicidade da Universidade Federal De Mato Grosso, Silvano Junior, sendo ele, nosso aluno egresso do curso integrado de Química. Já na oficina de produção de poesia foram abordados os seguintes temas, produção textual, métrica, ministrada pelo professor Paulo Pimentel. Também houve a oficina de produção de paródia sendo os temas principais: harmonia musical; ritmo; rima; sendo que estas foram ministradas pelo aluno de música da Universidade Federal De Mato Grosso, Augusto Krebs. Todas as oficinas foram realizadas as 14hrs do dia 14 de setembro, tendo na oficina de preparação para produção de vídeo 18 participantes, a oficina de preparação para produção de Poesia 9 participantes, a oficina de preparação para produção de música 20 participantes, totalizando 47 inscritos, sendo a inscrição realizadas pelo e-mail curtablv@blv.ifmt.edu.br. Vale salientar que o GPHSC disponibilizou os materiais de apoio pedagógico aos professores para ser trabalhado com os alunos em sala de aula, constituindo a atividade com viés de ensino, pesquisa e extensão.

Também dia 1 de outubro teve outra oficina, sendo na produção de vídeo curta metragem teve oficinas de produção envolvendo; artes visuais, produção de roteiro,

edição e divulgação, ministrado pelo aluno de publicidade da Universidade Federal De Mato Grosso, Silvano Junior. Preparação para a produção de paródia ou música autoral: harmonia musical; ritmo; rima, ministrada pelo aluno Elias Sávio de oliveira Junior e outra ministrada pela musicista Luísa Lamar Soares. As oficinas foram realizadas a partir das 14hrs do dia 01 de outubro, sendo que na oficina de vídeo teve 5 inscritos, nas oficinas de música 14 inscritos, tendo um total de 19 participantes.

Para a divulgação destas oficinas foram criadas várias estratégias como: criação de duas logomarcas, incentivando o protagonismo jovem, criada pelos próprios estudantes do campus; produção de cartazes de divulgação das oficinas; produção do release e regulamento do festival; divulgação das oficinas e do festival nas salas, na página Ambiética, através dos NAPNE'S e gabinete dos campi via e-mail, e no site institucional do campus IFMT Bela Vista.

Também para auxiliar os alunos na produção foram exibidos vídeos e filmes, sendo um deles o filme Extraordinário, com o intuito de incentivar o tema “*Bullying caminhos para o combate*”. 28/09/2018, período vespertino.

Logo após estas oficinas começaram os preparativos para a produção do festival, sendo que os alunos tinham que se inscrever e postar o vídeo, poesia e música. As inscrições foram divulgadas em sala de aula e pelas redes sociais, sendo que houve 47 inscritos no total, sendo 12 inscritos na categoria vídeo, categoria poesia 32, e conseqüentemente 3 na categoria música.

Após o encerramento das inscrições foram feito uma tabela com a relação dos ganhadores tanto no júri popular como no júri técnico, sendo que no dia 12 de novembro as 15:30 ocorreu a premiação destes ganhadores, esta premiação ocorreu no auditório do IFMT- Bela Vista contando com a presença do Tiago Sales (GATO LOUCO) morador do bairro Bela Vista, digital *influencer*, 12k de seguidores em sua página no *Instagram*, já esteve no Faustão, propaganda no McDonalds e de várias empresas, grande exemplo de superação do *Bullying*.

Durante a cerimônia de encerramento foi realizado sorteios de bolsas de estudo e brindes como mochilas e camisetas do FATO, a entrega dos vales bolsa com crédito de 100% na FISK para os primeiros colocados em cada modalidade e vale livros de R\$ 40,00 para os segundos colocados na Livraria Janina, dentre os ganhadores foram alunos do IFMT- Campo Novo Dos Parecis, IFMT- Bela Vista dos cursos técnicos em Manutenção, Informática, Química, Meio Ambiente e Alimentos.

Durante o evento de premiação do V CURTABLV, foi aplicado um formulário on line, visando observar a percepção dos participantes do festival. Foram 57 participantes que responderam ao formulário online com 12 perguntas.

O aporte metodológico é o qualitativo compreendido como um caminho para captação das percepções e subjetividades para o desenvolvimento da problemática dos fenômenos pesquisados, na perspectiva do *bullying* no cotidiano escolar no

ensino-aprendizagem. Utiliza-se como método de coleta de dados, o questionário (eletrônico), tendo como foco os alunos e alunas que participaram da V Edição do Festival CurtaBLV e a análise utilizada como ferramenta é a interpretativa.

Apesquisa compreendeu duas etapas: a primeira com a aplicação do questionário (eletrônico) com objetivo de fazer um diagnóstico do *feedback* da participação dos alunos e alunas no CurtaBLV; e a segunda através da análise e discussão, dos dados e relatos coletados através das perguntas do questionário, para compreender os fenômenos investigados, a percepção dos mesmos sobre a violência na escola e o *bullying*.

RESULTADOS

Os resultados aferidos foram bastante interessantes e nos forneceram um diagnóstico considerável da problemática local do *bullying* que servirá como alicerce para futuras intervenções. A seguir selecionamos alguns pontos da pesquisa para análise e discussão.

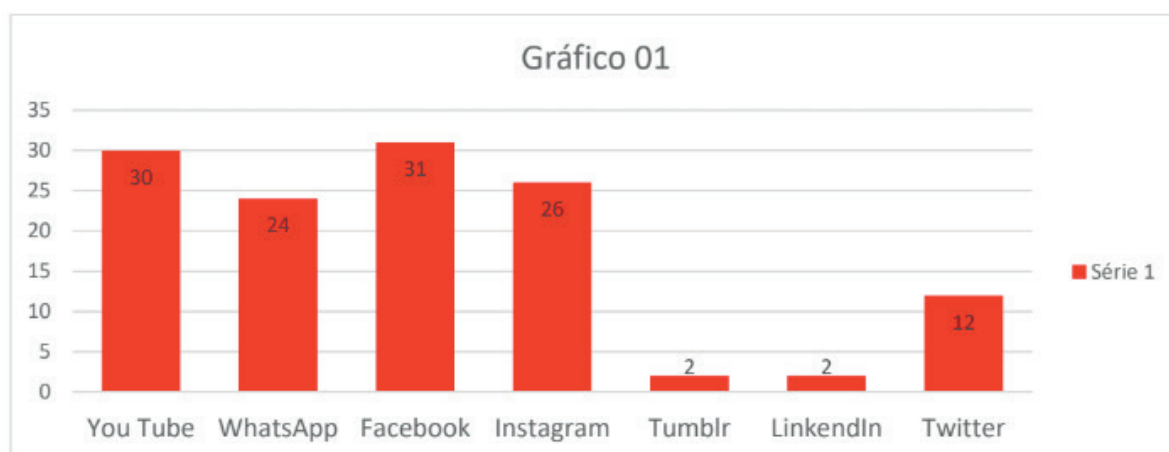


Gráfico 01 - Qual rede social ampliaria os acessos dos trabalhos inscritos no festival CurtaBLV.

Fonte: autor próprio, 2018.

A partir do gráfico sobre o uso de redes sociais e novas tecnologias da comunicação é possível inferir que das redes sociais, o *facebook* e o *instagram* os que ampliam mais o acesso aos trabalhos do Festival CURTABLV.

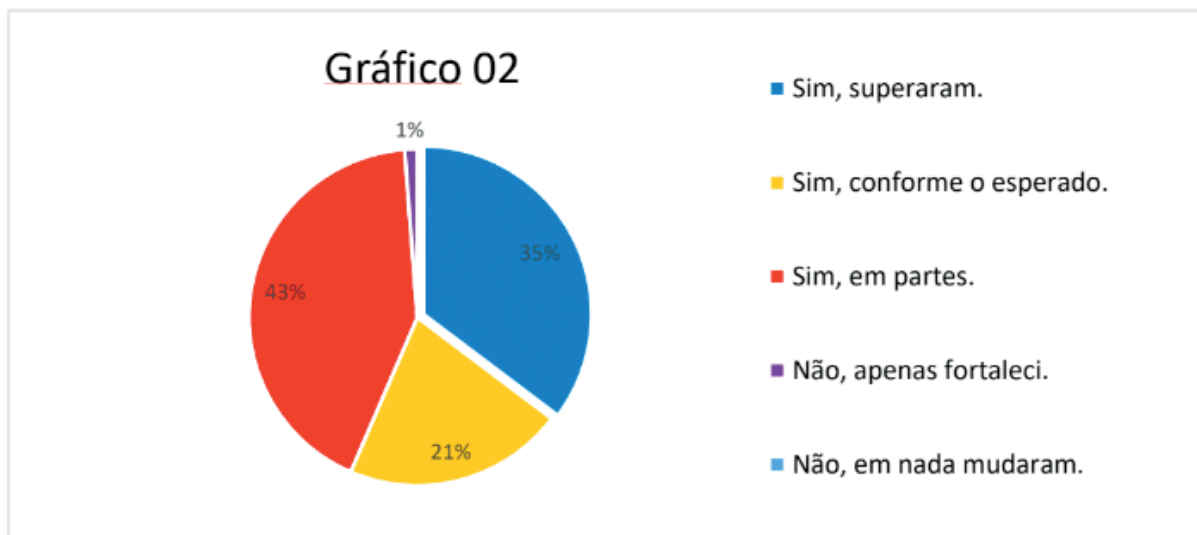


Gráfico 02 - Você considera que as redes sociais podem contribuir para a construção de um conhecimento significativo.

Fonte: autor próprio, 2018.

Dos administradores que responderam a entrevista, 50 % consideram que as redes sociais podem contribuir para um conhecimento significativo que superam o esperado, 28,6 % responderam que contribui em parte e 21,1 % consideram que contribui conforme o esperado.

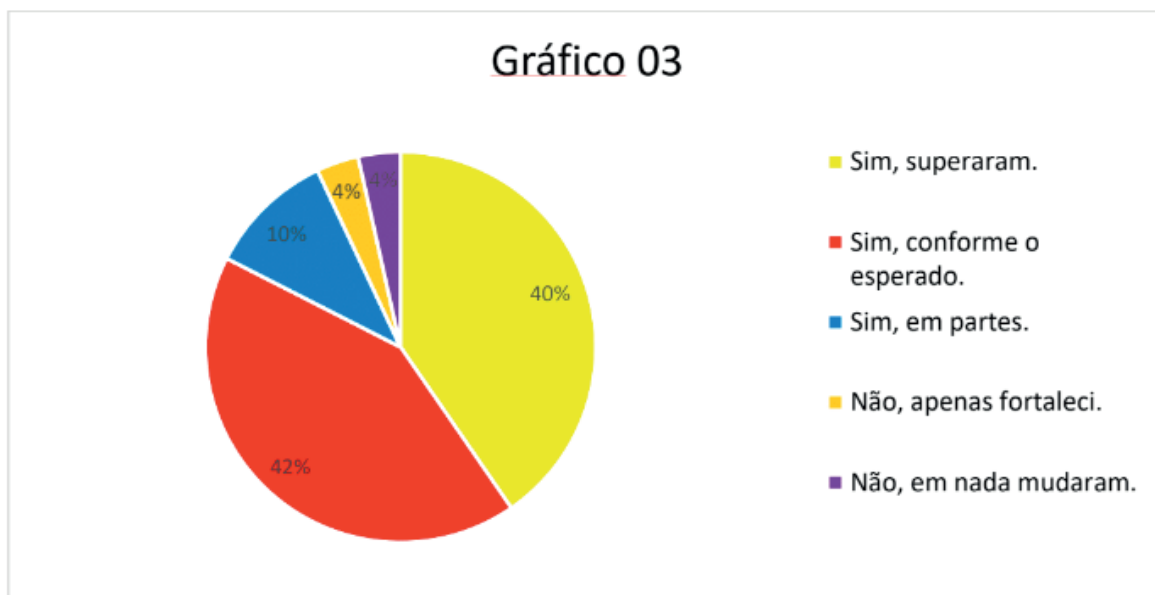


Gráfico 03 - Produção de vídeos audiovisuais pode auxiliar no processo de construção do conhecimento sobre um tema.

Fonte: autor próprio, 2018.

Sobre como a produção de vídeos audiovisuais podem auxiliar no processo de construção do conhecimento sobre o tema dos entrevistados, ambos 35,7% consideram que superaram o esperado e conforme o esperado, 21,1% considera

que auxilia em parte e 7,1% em auxilia em parte no processo de construção do conhecimento.

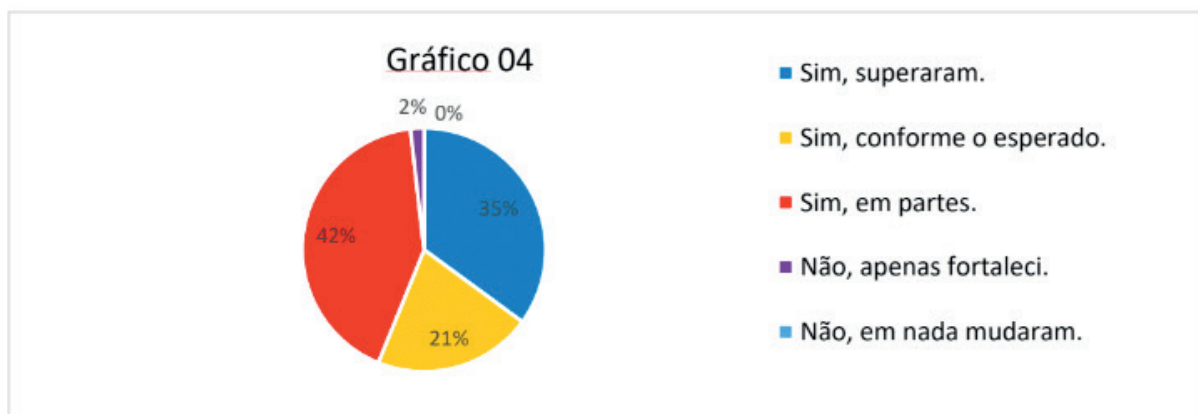


Gráfico 04 - Você desenvolveu maior criticidade sobre o tema?

Fonte: autor próprio, 2018.

Dos que participaram da organização da página CURTABLV ao serem perguntados sobre o desenvolvimento da criticidade 50 % dos entrevistados responderam que foi conforme o esperado, 35,7% disseram desenvolveu em parte a criticidade do tema o esperado e 14,3% superou o esperado.

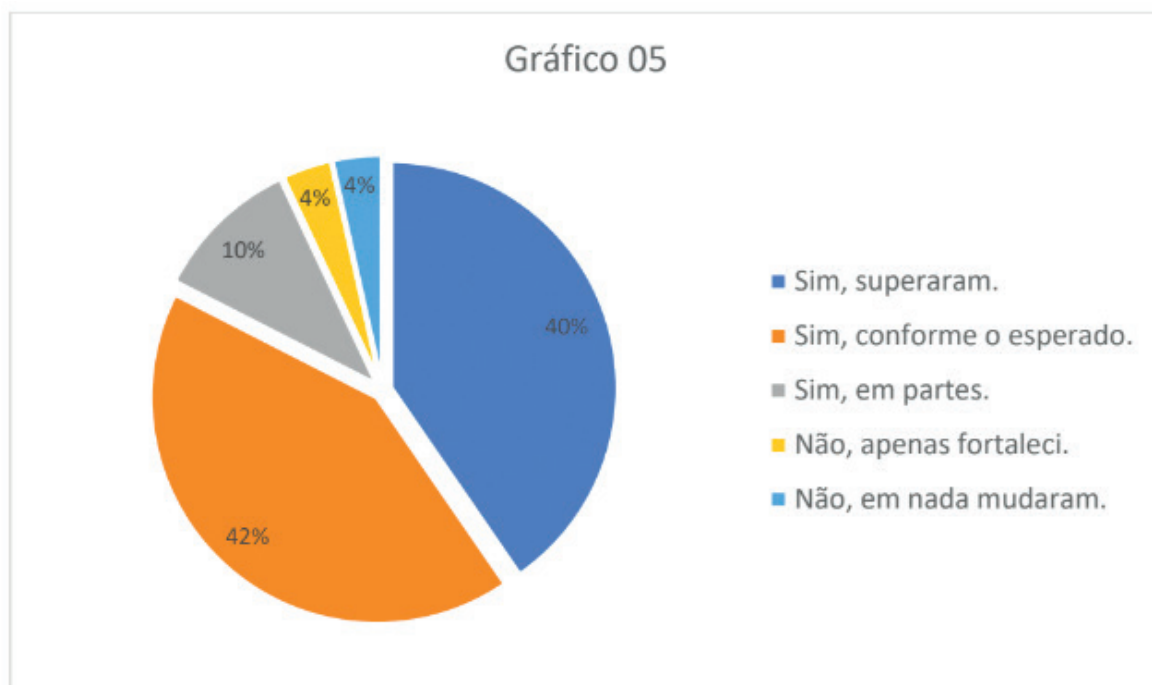


Gráfico 05 - Mudou algo no seu modo de agir e/ ou pensar sobre o *bullying*?

Fonte: autor próprio, 2018.

Sobre o que mudou em seu modo de agir e/ou pensar sobre o *bullying* 35,7% responderam que superaram o esperado, 28,6 % disseram que mudou conforme o

esperado, 14,3% responderam que em parte e que apenas fortaleceu o ponto de vista e 7,1 disseram que não mudou em nada.

Das avaliações dos alunos e alunas sobre a idealização e execução da intervenção os discentes consideraram, de maneira individual, a transformação de cada um frente ao *bullying*. Nota-se nas produções voltadas para temática da violência na escola e do *bullying* através da pesquisa a compreensão dos alunos e alunas sobre o *bullying* e as suas várias formas de combate e a partir das vivências dos alunos e alunas que constantemente são vítimas de tais problemas no cotidiano escolar.

Sobre a percepção deles sobre o Evento e a contribuição da intervenção como ferramenta de reflexão da violência na escola e do *bullying*, dos alunos e a alunas que participaram 72% relaram que consideraram relevante a correlação do combate ao bullying por meio de tecnologias em especial, redes sociais e dos alunos e alunas que participaram 77% narraram que o evento surpreendeu ou foi conforme o esperado.

Através da pesquisa notamos que os discentes observaram que a iniciativa é uma abordagem positiva do objeto violência na escola e *bullying*. Sobre isso 61% dos alunos e alunas que participaram do Evento relataram que mudaram a maneira de pensar de modo expressivo sobre a violência na escola e o *bullying*. Outros 16% consideraram ter passado por transformações “em partes”, na forma que lidam com situações envolvendo o assunto.

Cabe mencionar também que existe um consenso de 98,2 % dos entrevistados sobre como eles perceberam como deu-se o mecanismo da intervenção que segundo eles, foram com as construções das produções, as indagações dos indivíduos e o debate sobre o combate da problemática que percebeu-se a funcionalidade do combate ao *bullying* e as violências na escola.

Sobre a perspectiva global do evento demonstra a dissolução da observação aos pedidos feitos pelos próprios alunos, ou seja, a conscientização de cada um dos participantes sobre a problemática. E em especial, questionam suas próprias atitudes durante as suas cotidianidades escolares, rompendo com a consolidação das agressões, e sobre a inovação de fazer o uso das tecnologias e do ciberespaço para combate e não disseminação de informações pautadas em senso comum ou de apoio ao *bullying* e a violência na escola.

Por fim os alunos descreveram a experiência como: ótima, bem interativa, excelente, gostou muito, ajudou a compreender mais sobre o *bullying*, auxiliou a compreender e exercitar os conceitos sobre o *bullying*, atribuiu criatividade e fortaleceu o pensamento sobre o tema, aprimorou a criatividade, foi edificante e interessante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *bullying* é um fenômeno que requer análise social aprofundada, com base neste argumento, pôde-se concluir com esta pesquisa a evidência de que este objeto vem ganhando mais espaço na sociedade, e em especial, entre os jovens, e por consequência no cotidiano escolar.

Pode-se dizer que, para resolver estes problemas é necessário mapear o problema na sociedade e concomitante trabalhar intervenções efetivas com potencial de tratar de maneira célere a problemática da violência na escola e do *bullying* nas vivências e cotidianidade dos alunos e alunas.

A realização do festival e o encerramento foi muito satisfatório pelo envolvimento não só da comunidade interna como também da comunidade externa com o projeto; bem como pelo alcance externo nas redes sociais que ultrapassou o esperado.

Foi possível perceber a eficiência do projeto desenvolvido, ao permitir integração, percepção e ações como a promoção de debates e incentivo de discussões em relação ao tema, *Bullying: caminhos para o combate*.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Programa de Prevenção à Violência nas Escolas**: violências nas escolas. Brasília: Flacso/Brasil, 2015.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. *A Vida do Espírito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BRASIL. *Política Nacional dos Resíduos Sólidos*. Lei no 12.305 de 02 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>.

BIGNOTTO, Newton & MORAES, Eduardo J. (org.) *Hannah Arendt: diálogos, reflexes, memórias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

BURSZTYN, M. (org.) **Ciência, ética e sustentabilidade**. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2013.

_____. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DELORS, Jacques; NANZHAO, Zhou. **Educação um tesouro a descobrir**. 1998. 52p.

FERREIRA, G.C.. **Redes Sociais de Informação**: uma história e um estudo de caso. *Perspectivas em ciência da informação*, v.16, n.3, p.208-231, jul./set. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 25º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Política e educação: ensaios*. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

SIMÕES, Isabella de Araújo Garcia. **A Sociedade em Rede e a Cibercultura**: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação. http://www.insite.pro.br/2009/Maio/sociedade_ciberespa%C3%A7o_Isabella.pdf. Acesso em 21/03/2016 às 21:30.

ZENÓBIO, Juliano Henrique; GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro. **Redes Sociais na Educação**: Benefícios no Uso de Ferramentas do Facebook pelos Professores nos Processos de Ensino e Aprendizagem http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2014/GT02/GT_02_x22x.pdf. Acesso em 12/04/2016 às 12:03.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999b.

_____. *A Inteligência Coletiva*. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. *O que é o Virtual?* São Paulo: Editora 34, 1999c.

LIPMAN, Matthew. Caring as Thinking. In: Inquiry. New Jersey: Upper Montclair, v. XV, nº01, p1-13, 1995.

LIPMAN, Matthew. **O Pensar na Educação**; trad.: Ann Mary Fighiera Perpétuo. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MACHADO, J.R.; TIJIBOY, A.V.; **Redes Sociais Virtuais**: em espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. *Novas tecnologias na educação*, v.3, n.1, maio. 2015.

MARCHESSOU, François. *Estratégias, Contextos, Instrumentos, Fórmulas*: a contribuição da tecnologia educativa ao Ensino Aberto e à Distância. **Revista Tecnologia Educacional** – V. 25 (139), Nov./Dez. 1997 – pp. 6 a 15.

O’SULLIVAN, Edmund. **Aprendizagem Transformadora** – uma visão educacional para o século XXI. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SILVA, Ana Beatriz. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. São Paulo: Globo Livros, 2009.

SOUZA, F. S. C. de. **A ocupação de áreas de risco excluídas da delimitação das Áreas de Preservação Permanente pelo Código Florestal**: o caso de Santo Antônio de Leverger (MT). Monografia. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso. 2014.

ZABALA, Antoni. **Enfoque Globalizador e Pensamento Complexo**. Artes Médicas, 2002.

PREFACIADOR



ANTONIA PICORNELL-LUCAS - Doctora en Filosofía y Ciencias de la Educación y Graduada en Trabajo Social por la Universidad de Salamanca, es Profesora Titular de Universidad de Trabajo Social y Servicios Sociales de la Universidad de Salamanca. Ha impartido docencia en Grado y Posgrado en diferentes universidades españolas y europeas (Alemania, Bélgica, Italia, Noruega, Portugal). Ha sido investigadora visitante en centros de Chile, Ecuador y México y Profesora Visitante Extranjera en la Universidade Federal da Paraíba (Brasil). Ha coordinado proyectos de investigación sobre estudios de infancia, objeto de investigación en las Tesis Doctorales dirigidas. Ha organizado y participado en numerosos congresos nacionales e internacionales y conferencias invitadas (Argentina, Chile, Uruguay, Brasil), así como en la coordinación de obras colectivas y la colaboración en revistas científicas sobre el campo objeto de su estudio. Presidenta del Comité Provincial de UNICEF en Salamanca (2014 - 2019); Fundadora y Presidenta, desde el año 2013, de la Red Iberoamericana para la Docencia e Investigación en Derechos de la Infancia [REDIdi].

SOBRE OS AUTORES



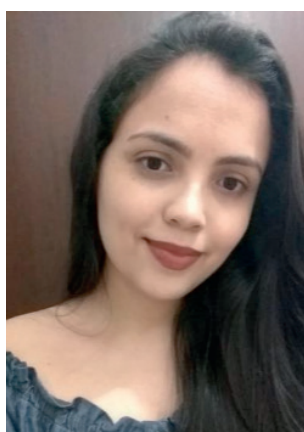
ALEXANDRE MAGALHÃES DE ARRUDA JUNIOR - Técnico em Química, pelo IFMT Campus Bela Vista. Membro do Grupo de Pesquisa em Ciências, História e Sociedade Contemporânea. Bolsista no projeto de pesquisa sobre Fontes Lipídicas e Doenças Cardiovasculares. cursando licenciatura em Química na Universidade Federal de Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/2205894466666217>



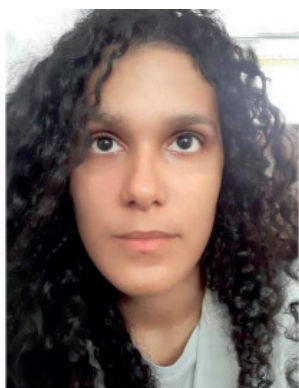
AMANDA SILVA DE LIMA - Graduada em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ. Advogada - OAB/PB. Integrante do Grupo de Pesquisa Humanidades & Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso. Dedicar-se, principalmente, ao estudo das seguintes temáticas: Relações Sociais, Vulnerabilidades Sociais e Relações de Consumo. <http://lattes.cnpq.br/4086339756582828>



ANNA BEATRIZ RODRIGUES DE AMORIM - Estudante do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Bela Vista. Estudante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) do IFMT Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/7075218352860286>



CARLA CRISTINA RODRIGUES SANTOS - Graduada em pedagogia pelas Faculdades Unidas do Vale do Araguaia, possui segunda licenciatura em Letras (UNIP). Pós-graduada em Neuropsicopedagogia pela Unisserra. Pós-graduanda em Ensino de Ciências da Natureza pelo Instituto Federal de Mato Grosso. Atualmente é professora efetiva da rede estadual de Mato Grosso e da rede municipal de Campo Verde. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5572794992244227>



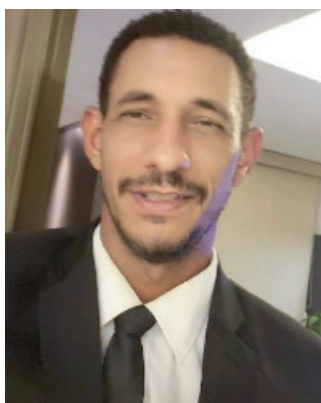
CAROLINA DE VASCONCELOS LOPES BORBA - Estudante do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/4926490146900550>



CAROLINA GUIMARÃES SANTOS - Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cursando Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de extensão pela UFMG atuando na Secretaria do Patrimônio da União (SPUMG). Estudante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) IFMT Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/4926490146900550>



CLEIDE ESTER DE OLIVEIRA - Doutorado em Psicologia Social, UFPB. Mestrado em Estudos da Linguagem, UFMT. Especialização em Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola, UFMT - DELE - Diploma Superior de Español como Lengua Extranjera (MEC - España). Graduação em Letras Licenciatura Plena - FAFICLE/SP. Habilitação em Língua Espanhola UFMT. Participa do Núcleo de Pesquisa NUPEDIA-(UFPB). Participa do grupo de pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (IFMT). <http://lattes.cnpq.br/3723791203221068>



DEGMAR FRANCISCA DOS ANJOS - Possui doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso e graduação em Letras Português e Espanhol pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atualmente é Docente Efetivo e Diretor de Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB e docente colaborador no Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino do Instituto Federal de Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/0538812567788479>



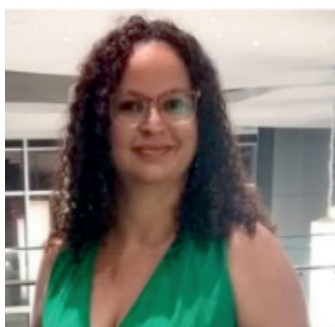
FELICÍSSIMO BOLÍVAR DA FONSECA - Doutorado em Psicologia Social (UFPB). Mestrado em Educação (UFMT). Especialização em Metodologia do Ensino Tecnológico (UFMT). Bacharel em Ciências Contábeis (UFMT). Bacharel e Licenciado em Filosofia (UFMT). Professor EBTT do IFMT-Campus Cuiabá-Bela Vista. Vice-Lider do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) IFMT Campus Cuiabá-Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/5237205467561324>



GABRIEL BELO LYRA E LIMA - Graduando em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e Graduando em Ciência de Dados pela Universidade Cruzeiro do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa Humanidades & Sociedade Contemporânea (IFMT). Dedicase principalmente ao estudo das seguintes temáticas: Gestão de dados, análise estatística, estruturas de dados e Big Data. <http://lattes.cnpq.br/2500645651074025>



GILSON PEQUENO DA SILVA - Mestrando em Ensino Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, Área de Concentração: Ensino, Currículo e Saberes Docentes, Linha de Pesquisa: Ensino de Matemática, Ciências Naturais e suas Tecnologias, possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Cuiabá - UNIC (2002), graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2005) e Especialização em Gestão em Educação Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2006). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea GPHSC/IFMT Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/1389757071983268>



ISABEL CRISTINA SILVA - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino - PPGEn – IFMT/UNIC - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso / Universidade de Cuiabá. Participante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea - GPHSC.



JAIR ANICETO DE SOUZA - Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Curso de Especialização em Educação a Distância pela UNIVERSIDADE PAULISTA. Mestrando do Programa de Mestrado em Ensino do IFMT - Cuiabá. Participa como pesquisador do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/6024196414327047>



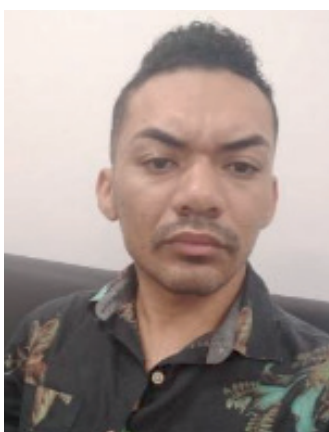
MARCO AURÉLIO BULHÕES NEIVA - Pós doutorando em Direitos Sociais pela Universidade de Salamanca (UNSA), Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA). Pós Graduação/Especialização em: Engenharia de Segurança do Trabalho (UFMT), Direito Público (ICE), MBA em Gestão Estratégica (UFMT). Graduado em Direito pela Universidade de Cuiabá (UNIC), graduado em Engenharia Elétrica pela UFMT. Docente de carreira do Instituto Federal de Mato Grosso nas cátedras de Direito Ambiental, Segurança do Trabalho e Eletrotécnica. Docente do curso de Pós Graduação/Especialização em Inovação e Empreendedorismo para Negócios Sustentáveis do IFMT. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Mato Grosso com registro no CNPq. Advogado. Membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB/MT. <http://lattes.cnpq.br/8540831188896258>



NATÁLIA SATHLER DE SOUZA CUNHA - Graduada em Licenciatura Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia, atua como docente nos anos finais do ensino fundamental de matemática no município de Uberlândia. Graduação em Estatística na Universidade Federal de Uberlândia. Link currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4233897648176488>.



NIEDJA DE FREITAS PEREIRA - Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, Licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Especialista em Geopolítica e História pelas Faculdades Integradas de Patos. Técnica em Assuntos Educacionais no IFPB. Atualmente cursa Bacharelado em Direito pela UFPB. <http://lattes.cnpq.br/9661261815829585>



PAULO ALVES DE OLIVEIRA - Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso (2012). Atualmente é tae-ife - assistente em administração (pcife) do Instituto Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e sociedade, atuando principalmente no seguinte tema: educação, ensino, aprendizagem, vulnerabilidade sociais, direitos humanos e mídias sociais. <http://lattes.cnpq.br/0770327171652503>



PRISCILA VELOSO RAMOS - Bacharel em Química com Atribuições Tecnológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso. Cursando Gestão Ambiental IFMT Campus Bela Vista. Pós-graduanda em Ensino de Química e A Moderna Educação. Estudante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) IFMT Campus Bela Vista. Bolsista FAPEMAT edital 45/2019 PROPES/IFMT. <http://lattes.cnpq.br/0129103463814840>



QUINTILIANO SIQUEIRA SCHRODEN NOMEINI - Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia (2005), Mestre em Estatística e Experimentação Agropecuária pela Universidade Federal de Lavras (2007), Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Uberlândia (2012) e Pós Doutorado com concentração em Séries Temporais e Multivariada no programa de Pós-Graduação em Estatística Aplicada e Biometria na Universidade Federal de Alfenas (2015). Professor Associado pela Universidade Federal de Uberlândia - Faculdade de Matemática. <http://lattes.cnpq.br/7777119607530651>



RAQUEL MARTINS FERNANDES - Pós-doutora em Psicologia Social na Universidade Federal da Paraíba e líder do Grupo de Pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea. Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/5856525232992306>



RODRIGO RIBEIRO DE OLIVEIRA - Possui graduação em Administração pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (2005), mestrado em Administração pela Universidade Metodista de São Paulo (2008), doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba (2012) e realizou estágio Pós Doutoral na Universidade Metodista de São Paulo (2016). Atualmente é professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). <http://lattes.cnpq.br/9456573255125999>.



VANESSA COSTA GONÇALVES SILVA - Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino com Associação ampla entre a Universidade de Cuiabá (Unic) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso (IFMT). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1999). Com especialização em Educação a Distância pelo SENAC - MT. Servidora do Instituto Federal de Mato Grosso - Técnica Administrativa. Professora do curso de Licenciatura em Química pela Universidade Aberta do Brasil (UAB/EAD). <http://lattes.cnpq.br/7046686448958045>



VERALÚCIA GUIMARÃES DE SOUZA - Graduada em Letras Português/Inglês pela UFMT, mestre em Estudos de Linguagem pela UFMT, doutora em Linguística UnB. Atualmente é professora efetiva do IFMT Campus Cuiabá Bela Vista. Pesquisadora no GPHSC. <http://lattes.cnpq.br/8258543105420805>



YURI OGAYA DE ASSUMPÇÃO - Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Várzea Grande e em Educação Artística. Licenciatura em Música pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professor titular no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CAMPUS JUINA e no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CAMPUS BELA VISTA. <http://lattes.cnpq.br/1297661315810527>

 **Atena**
Editora

2 0 2 0